



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
Curso Reconhecido pelo MEC, Portaria 485 de 14/05/2020, publicada no D.O.U 18/05/2020

CLARA CRISTIANA ODILON PEREIRA

***MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: A EX-MINISTRA DAMARES
ALVES E O SEU EVENTO POLÊMICO***

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CLARA CRISTIANA ODILON PEREIRA

***MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: A EX-MINISTRA DAMARES
ALVES E O SEU EVENTO POLÊMICO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestra em Estudos Linguísticos.

Orientador(a): Prof. Dr. Lucas Nascimento.

Feira de Santana-BA
2025

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteadó – UEFS

P49m Pereira, Clara Cristiana Odilon
Menino veste azul e menina veste rosa: a ex-ministra Damares Alves
e o seu evento polêmico / Clara Cristiana Odilon Pereira. - 2025.
125.: il.

Orientador: Lucas Nascimento Silva

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2025.

1. Argumentação. 2. Discurso. 3. Estudos de gênero. 4. Política.
5. Enunciados polêmicos. I. Silva, Lucas Nascimento, orient. II.
Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-
Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

TERMO DE APROVAÇÃO

CLARA CRISTIANA ODILON PEREIRA

MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: A EX-MINISTRA DAMARES ALVES E O SEU EVENTO POLÊMICO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, área de concentração Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa Práticas Textuais e Discursivas, como requisito para obtenção do título de Mestra em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 05 fevereiro de 2025.

Prof. Dr. Lucas Nascimento – Orientador
Universidade Estadual de Feira de Santana

Assinatura: 

Profa. Dra. Geisa Fróes de Freitas - Examinadora Externa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

Assinatura: 

Prof. Dr. Rodrigo Seixas Pereira Barbosa – Examinador Interno
Universidade Estadual de Feira de Santana/ Universidade Federal de Goiás

Assinatura: 

Aos meus pais, que moveram montanhas e deixaram o sol brilhar no meu caminho. O apoio inabalável, os sacrifícios sem fim e o amor imenso de vocês foram a minha luz guia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e à Nossa Senhora pela orientação divina e proteção constante ao longo desta jornada. Sem a fé e a força que eles me proporcionaram não teria chegado até aqui.

À minha família, especialmente aos meus pais, Ronilza e Cristiano, por todo o amor, apoio incondicional e por sempre acreditarem em mim, oferecendo a base que me fortaleceu durante todos os momentos desta trajetória.

Ao meu tio Robério (*in memorian*) e ao meu avô Atanael (*in memorian*) que sempre acreditaram que eu alçaria voos maiores. Onde quer que vocês estejam, eu sei que estão comemorando minhas conquistas junto comigo com o mesmo amor e orgulho que sempre demonstraram.

Ao meu parceiro, Pablo, por todo o amor, carinho e apoio constantes ao longo desta jornada. Sua presença foi essencial para que eu seguisse em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Aos meus amigos da pós-graduação, Jacson, Malu e Manu, por compartilharem comigo não apenas conhecimentos, mas também momentos de afeto e companheirismo, sempre prontos para ajudar, apoiar e dividir sorrisos e desafios.

À minha querida amiga Paula por acreditar em mim de forma incansável e por comemorar cada pequena vitória como se fosse sua, compartilhando sua alegria e motivação.

Ao meu querido orientador, Lucas Nascimento. Sou imensamente grata pela orientação, parceria e confiança, sua sabedoria e paciência foram fundamentais para que eu alcançasse os objetivos desta pesquisa.

Aos membros da Banca Examinadora pela dedicação, leitura criteriosa e valiosas contribuições.

Aos professores e funcionários do PPGEL/UEFS pelo auxílio e dedicação. Particularmente aos primeiros que, com suas contribuições enriqueceram minha formação acadêmica e profissional.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, que me possibilitou uma dedicação integral ao mestrado. Sem essa bolsa este sonho não teria sido possível.

A igualdade de gênero não é uma questão de
escolha, é uma questão de direitos humanos.
(Friedan, 2013, p. 59)

RESUMO

Damaraes Alves, ex-ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), fez diversas declarações polêmicas durante a sua permanência no cargo. Uma delas é *Menino veste azul e menina veste rosa*, que gerou opiniões divergentes dentro e fora das mídias digitais. Essas divergências representam as disputas políticas e culturais contemporâneas, mas que, desde os tempos longínquos, sempre fizeram parte da sociedade, promovendo discursos que se tornaram centrais nesse contexto. Sendo assim, no contexto atual, inúmeros são os discursos que trazem enunciados polêmicos em meio à atuação política no Brasil. Dessa forma, tomando como objeto o evento polêmico que gira em torno da declaração *Menino veste azul e menina veste rosa*, de Damaraes Alves, propomos uma análise de quatro vídeos postado na plataforma digital *Youtube* em quatro canais diferentes: Jonathan Nemer (2019); Déia e Tiba (2019); Louie Ponto (2019); Nunca Te Pedi Nada (2019). Foram selecionados, de cada canal, um vídeo vinculado ao enunciado da ex-ministra com a intenção de caracterizar os campos discursivos do evento polêmico em análise. Os vídeos foram empregados para a análise dos discursos antagônicos a fim de caracterizá-los, como também para proceder à análise dos atos polêmicos dos sujeitos argumentantes buscando a compreensão dos sentidos dos argumentos e como eles se constituem. Portanto, tomando como ponto de partida a Análise Dialógica da Argumentação (Nascimento, 2018a), foram analisadas as relações entre o orador e o auditório, bem como os atos polêmicos que os permeiam assim como as noções de *polêmica em espaços públicos*, *eventos polêmicos*, *atos polêmicos*. A partir desta análise, foi possível ampliar o debate sobre polêmicas em espaços públicos, especialmente em contextos político-sociais, como o suscitado pelo evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*, objeto central deste estudo. Além disso, foi possível compreender o percurso desse evento polêmico na conjuntura atual. Os resultados deste trabalho proporcionaram a identificação de valores e a compreensão dos campos discursivos presentes no ato polêmico em questão, assim como evidenciaram a maneira como os atos polêmicos dos sujeitos argumentantes influenciam no caráter migratório da polêmica dentro do evento analisado.

PALAVRAS-CHAVES: Argumentação. Polêmica. Política. Discurso. Estudos de Gênero.

ABSTRACT

Damare Alves, former Minister of the Ministry of Women, Family, and Human Rights in Jair Bolsonaro's government (2019–2022), made several polemic statements during her tenure. One of these is *Boys wear blue, and girls wear pink*, which sparked divergent opinions both within and outside digital media. These divergences reflect contemporary political and cultural disputes, which, despite their historical roots, have always been part of society, fostering discourses that have become central in this context. Thus, in the current context, numerous discourses include polemic statements within the realm of Brazilian politics. In this light, focusing on the polemic event surrounding Damare Alves's statement *Boys wear blue, and girls wear pink*, we propose an analysis of four videos posted on the YouTube platform by four different channels: Jonathan Nemer (2019); Déia e Tiba (2019); Louie Ponto (2019); and Nunca Te Pedi Nada (2019). One video related to the former minister's statement was selected from each channel to characterize the discursive fields of the polemic event under analysis. These videos were used to analyze the antagonistic discourses, as well as the polemic acts of the arguing subjects, aiming to understand the meanings of their arguments and how these meanings are constructed. Thus, based on the Dialogical Argumentation Analysis framework (Nascimento, 2018a), we examined the relationships between the speaker and the audience, the polemic acts that permeate them, and the notions of polemic in public spaces, polemic events, and polemic acts. This analysis made it possible to expand the debate about polemics in public spaces, particularly in political-social contexts like the one triggered by the polemic event *Boys wear blue, and girls wear pink*, the central object of this study. Moreover, it allowed for an understanding of this polemic event's trajectory in the current context. The results of this study identified values and provided an understanding of the discursive fields present in the polemic act in question. Additionally, they highlighted how the polemic acts of the arguing subjects influence the migratory nature of the polemic within the analyzed event.

KEYWORDS: Argumentation. Polemic. Politics. Discourse. Gender Studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Vídeo <i>Menino usa Azul e Menina usa Rosa???</i>	80
Figura 02 –	Vídeo “ <i>Menino veste azul e menina veste rosa</i> ”?	84
Figura 03 –	Vídeo <i>Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa</i>	88
Figura 04 –	Vídeo <i>Pq menino veste azul e menina veste rosa?</i>	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 –	Análise do campo tradicionalista	87
Quadro 02 –	Análise do campo afetivossexual	99
Quadro 03 –	Modalização Epistêmica – campo tradicionalista	101
Quadro 04 –	Modalização Axiológica – campo tradicionalista	104
Quadro 05 –	Modalização Deontica – campo tradicionalista	103
Quadro 06 –	Modalização Volitiva – campo tradicionalista	104
Quadro 07 –	Modalização Epistêmica – campo afetivossexual	105
Quadro 08 –	Modalização Axiológica – campo afetivossexual	106
Quadro 09 –	Modalização Deontica – campo afetivossexual	107
Quadro 10 –	Modalização Volitiva – campo afetivossexual	109

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADA	Análise Dialógica da Argumentação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
GGB	Grupo Gay da Bahia
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras identidades relacionadas
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGEL	Programa de Pós- Graduação em Estudos Linguísticos
STF	Supremo Tribunal Federal
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A CONSTITUIÇÃO DO EVENTO POLÊMICO <i>MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA</i>	19
2.1	O ENUNCIADO DE DAMARES ALVES E SUAS REVERBERAÇÕES	19
2.2	ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO	22
2.2.1	O dialogismo bakhtiniano	24
2.2.2	Gênero do discurso bakhtiano	26
2.2.3	A retórica e a Nova Retórica	29
2.3	O DISCURSO EM MEIO DIGITAL: AS REDES SOCIAIS	33
2.4	DISPOSITIVOS DE ANÁLISE	39
2.4.1	Polêmica	39
2.4.2	Evento Polêmico	43
3	OS CAMPOS DISCURSIVOS E O EVENTO POLÊMICO	46
3.1	COMO SE CONSTITUI OS CAMPOS DISCURSIVOS DENTRO DO EVENTO POLÊMICO?	46
3.1.1	A polêmica como estratégia política	48
3.2	CAMPO TRADICIONALISTA	50
3.2.1	O discurso religioso	52
3.2.2	A história do Cristianismo: católicos e evangélicos, como chegaram no Brasil?	53
3.3	CAMPO AFETIVOSSEXUAL REFORMISTA	65
3.3.1	O discurso LGBTQIA+: os estudos de gênero e sexualidade	66
3.3.2	A história da comunidade LGBTQIA+ no Brasil	69
3.3.3	Azul e rosa: a história das cores	74
3.4	A DELIMITAÇÃO DOS CAMPOS DISCURSIVOS	77
4	ANALISANDO <i>MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA</i>: OS VÍDEOS EM JOGO	79
4.1	ATOS POLÊMICOS: CAMPO TRADICIONALISTA	79

4.2	ATOS POLÊMICOS: CAMPO AFETIVOSSEXUAL	88
4.3	COMPREENDENDO AS MODALIZAÇÕES ENUNCIATIVAS DOS ATOS POLÊMICOS	101
4.4	A LÓGICA DA PERSEGUIÇÃO	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	120

1 INTRODUÇÃO

Os estudos que tocam a natureza humana sempre me interessaram, principalmente aqueles que pertencem ao campo da linguagem e do discurso. Desde antes de adentrar o mundo acadêmico, quando ainda estava na Educação Básica, achava fascinantes as reflexões filosóficas e sociológicas que eram postas em sala e aquelas que eu procurava de maneira independente. Por causa desse fascínio, escolhi me graduar em Letras no ano de 2018, decisão que contribuiu essencialmente para toda a minha jornada acadêmica.

No sexto semestre da graduação, consegui definir o foco da minha pesquisa, percebendo que queria trabalhar com análise do discurso. No sétimo semestre, encontrei minha verdadeira paixão: os estudos da argumentação, com ênfase na polêmica. Foi na disciplina de *Português VII*, com o professor Lucas Nascimento, que conheci o Grupo de Pesquisa Dialógicos em Discurso e Argumentação (Dialógicos-UEFS/CNPQ), onde fui introduzida nos estudos da argumentação e da polêmica como modalidade argumentativa. Então, em 2022, ano de conclusão do meu curso de graduação, comecei a desenvolver o projeto de pesquisa para a seleção do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS), o qual foi aprovado e agora se concretiza nesta dissertação. Dessa maneira, as reuniões do grupo, meus estudos em Linguística e minha paixão pela pesquisa me levaram ao meu objeto inicial: o enunciado *Menino veste azul e menina veste rosa*, da ex-ministra Damares Alves, proferido em um momento delicado da política nacional.

Partindo desse objeto inicial, comecei as minhas pesquisas e cheguei a algumas pequenas conclusões iniciais. Assim, compreendi que os discursos sempre foram palco para disputas políticas e culturais desde os tempos mais remotos. Dessa maneira, como continuação dessas disputas, coexistem inúmeros conflitos político-sociais na sociedade contemporânea. Esse fenômeno acontece porque pessoas situadas em locais diferentes possuem posicionamentos diferentes, assim, observam e analisam as situações de maneiras dessemelhantes.

No contexto atual, inúmeros são os enunciados polêmicos que emergem de discursos de políticos brasileiros. No que se refere à questão de gênero e sexualidade, podemos encontrar incontáveis enunciados que se tornaram polêmicos, dentre eles os proferidos pela ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. Dentre esses enunciados, encontramos *Menino veste azul e menina veste rosa*, que começou a ser amplamente debatido após a

divulgação de um vídeo da até então ministra comemorando a “nova era”, referindo-se ao governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Esse vídeo foi divulgado largamente em meio às mídias digitais e redes sociais.

O vídeo em questão, produzido de maneira amadora, foi filmado em um momento particular, longe do público, onde é possível observar que Damares estava cercada somente dos seus apoiadores. Ao assisti-lo, é possível notar que a ex-ministra estava com a mesma roupa que utilizou durante a sua cerimônia de posse de cargo, o que faz com que suponhamos que as imagens foram feitas no dia 02 de janeiro de 2019, período no qual a até então ministra participou da cerimônia de transmissão de cargo. É importante citar que, durante a transmissão de sua posse, Damares já havia afirmado em seu discurso que “menina será princesa e menino será príncipe” (Canal Gov, 2019) E dando um caráter binarista ao seu discurso.

A partir de um vídeo amador, uma série de reações foram notadas nos meios digitais. As cenas foram replicadas por diversos perfis do *Facebook*, *Youtube*, *Twitter* e *Instagram* – redes sociais mais utilizadas no nosso país –; a maior parte delas contam com milhões de visualizações e compartilhamentos. Dentre os comentários vinculados a essas publicações, é possível identificar que há quem defenda e se posicione a favor do enunciado de Damares e quem a critique e não concorde com o seu posicionamento. Após a repercussão do vídeo, a então ministra afirmou que seu objetivo foi fazer uma declaração contra a *ideologia de gênero*¹, se posicionando a partir da compreensão de que a sexualidade das crianças é definida por questões biológicas.

A partir das considerações apresentadas, esta pesquisa se mostra relevante por pertencer à temática de gênero e sexualidade, que é marcada, no contexto atual, por questões de homofobia, misoginia e sexismos em geral. Além disso, a análise de discurso aplicada a um *corpus* proveniente da política nos dá horizonte para análise do contexto político-social do nosso país atrelada às questões que envolvem a comunidade LGBTQIA+.

¹ A expressão “ideologia de gênero” tem sua origem atribuída a um discurso promovido pelo Vaticano na década de 1990, como uma resposta à Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995, em Pequim. O termo foi utilizado de forma crítica para deslegitimar estudos e avanços relacionados aos direitos reprodutivos e de gênero, como o direito ao aborto, o reconhecimento das identidades LGBTQIA+ e as políticas educacionais voltadas à igualdade de gênero. A Igreja Católica posicionou-se contra essas pautas, considerando-as uma ameaça à “ordem natural” e à doutrina tradicional sobre a família e a sexualidade. O termo ganhou notoriedade na Europa e, posteriormente, no Brasil, especialmente após a publicação do livro *Lexicon* pelo Vaticano em 2003, consolidando críticas às políticas de gênero e bioética. No Brasil, o uso da expressão se intensificou, a partir de 2014, durante os debates sobre o Plano Nacional de Educação, e foi incorporado ao discurso político conservador, sendo utilizado em campanhas como as de 2018 para mobilizar movimentos contrários às pautas progressistas em torno da igualdade de gênero e diversidade sexual (Miskolci, 2018).

Assim, este estudo se constitui de forma interdisciplinar, buscando compreender as relações de gênero, entendendo de que maneiras estão relacionadas à construção histórica, trazendo indícios das relações de poder marcadas pela cultura e pela história no cenário político contemporâneo brasileiro, principalmente, no que diz respeito à utilização das cores azul e rosa como marca de gentrificação entre os sexos.

No nosso país, as discussões que abarcam esse tema são repletas de discursos que subsistem na sociedade brasileira. *Menino veste azul e menina veste rosa* é um marco no que diz respeito às questões político-sociais no Brasil, tornando-se um evento polêmico de grande proporção no qual os sujeitos constituem discursos antagônicos sobre os valores que são acionados por ele. Dessa forma, este trabalho também visa explorar os dispositivos acionados pela polêmica fomentada pelo enunciado de Damares Alves com a intenção de contribuir com a compreensão de como se estabelecem e funcionam os conflitos político-sociais na sociedade brasileira. Ao analisar esse evento polêmico, contribuímos também com os estudos no cenário político sobre gênero e sexualidade, que, apesar de não serem recentes, ainda encontramos controvérsias sobre o assunto que podem ser analisadas através dos dispositivos oferecidos pela Análise Dialógica da Argumentação (ADA) (Nascimento, 2018a).

Portanto, a pesquisa colabora para a ampliação e o desenvolvimento do debate sobre polêmicas em espaços públicos a partir dos estudos do objeto escolhido a partir da ADA. Promovendo, assim, a compreensão dos campos antagônicos do evento e a sua constituição, como também o entendimento de como os posicionamentos e argumentos dos sujeitos acionam outras polêmicas dentro do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*.

Esse enunciado tornou-se um evento polêmico porque é constituído pela antagonia de posicionamentos controversos dentro de um determinado espaço, onde há a atualização de outras polêmicas dentro dos seus campos de discursos. Nesse evento, há a presença de dois campos discursivos antagônicos: o campo tradicionalista, que defende o conservadorismo pautado na defesa contra a aplicação da *ideologia de gênero* e no qual os sujeitos defendem valores conservadores; e o campo afetivossexual reformista, que defende ideias progressistas e a discussão da pauta de *identidade de gênero* e no qual existe a participação do grupo LGBTQIA+ e apoiadores do movimento Feminista.

Nesses campos, a escolha dos termos *ideologia* e *identidade* pelo campo tradicionalista e pelo campo afetivossexual reformista, respectivamente, possui uma intenção antagônica a ser reproduzida nos discursos dos grupos participantes dos campos discursivos dentro do evento polêmico apresentado. Isso fica evidente porque, como pontua Nascimento (2020, p.12), “[...] a escolha de um termo não é desprovida de intenção argumentativa”.

Como comentado, o evento polêmico a ser analisado, *Menino veste azul e menina veste rosa*, possui um percurso extenso nas mídias digitais. Assim, a discussão proposta aqui baseia-se na análise do percurso desse evento polêmico a partir de quatro vídeos presentes na plataforma do *Youtube* a fim de caracterizar e constituir os campos discursivos que envolvem esse evento polêmico, como também compreender os sentidos que constituem os posicionamentos dos sujeitos argumentantes presentes em ambos os campos discursivos.

Para construir essa análise serão utilizados quatro vídeos: 1) *Menino usa Azul e Menina usa Rosa???* – canal Jonathan Nemer (2019); 2) *Menino veste azul e menino veste rosa?* – canal Déia e Tiba (2019); 3) *Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa* – canal Louie Ponto (2019); 4) *Pq menino veste azul e menina veste rosa?* – canal Nunca Te Pedi Nada (2019).

Os vídeos, produzidos por pessoas públicas em seus canais, foram postados durante o ápice do evento polêmico, trazendo consigo características da polêmica. Sendo assim, através desse ponto de partida, questionamos: como se dá a constituição do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa* em torno da declaração da ex-ministra? Partindo disso, o objetivo principal desse trabalho é *analisar o evento polêmico Menino veste azul e menina veste rosa, em torno da declaração da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil, Damares Alves, compreendendo a sua trajetória constitutiva no “Youtube”*. Também buscamos: i) compreender os sentidos dos argumentos polêmicos no espaço público digital dentro do evento polêmico; ii) caracterizar os valores que constituem casa campo discursivo em oposição no evento polêmico na plataforma do *Youtube*.

Dessa maneira, a seção dois fundamenta teoricamente a análise do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*, proferido por Damares Alves em 2019, ao explorar conceitos como polêmica, evento polêmico, argumentação e gêneros do discurso. Embasado nos estudos de Bakhtin (2010;2011;2013), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), e Nascimento (2018a), a seção apresenta a ADA como principal abordagem teórico-metodológica, destacando sua pertinência para investigar discursos polarizados em campos antagônicos.

Essa seção articula o dialogismo bakhtiniano e a Nova Retórica para compreender os embates discursivos entre valores tradicionais e identidades de gênero, analisando como esses valores se manifestam e se confrontam em plataformas digitais, especialmente no *YouTube*. Além disso, discute as características dos discursos digitais nativos e o impacto das redes sociais na disseminação de polêmicas, considerando a relevância dos atos polêmicos na constituição de eventos discursivos. Assim, essa fundamentação teórica permite situar o objeto de estudo no

contexto das interações digitais contemporâneas, destacando a tríade política, religião e comunidade LGBTQIA+ como elementos centrais da análise.

Na terceira seção da dissertação, abordamos os campos discursivos que emergem do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*, situando-os no contexto político e social do governo de Jair Bolsonaro (2019–2022). A análise considera como os campos tradicionalista e afetivossexual reformista disputam espaço e visibilidade junto ao público brasileiro, mobilizando valores divergentes em torno de temas como família, identidade de gênero e direitos LGBTQIA+.

Além disso, o texto explora as estratégias discursivas e os valores centrais de cada campo, fundamentando-se em Perelman e Olbrechts-Tyteca (ano), além dos conceitos de espaço público e digital. O campo tradicionalista se alicerça em valores religiosos conservadores e no discurso cristão, enquanto o campo afetivossexual reformista reivindica direitos e representatividade para as minorias sexuais e de gênero. Ambos os campos são analisados em sua relação com a política e o impacto das redes sociais na amplificação de seus discursos. Ao situar a polêmica no cenário brasileiro contemporâneo, a terceira seção evidencia o papel das estratégias políticas baseadas em polarização e da calcificação social na consolidação de identidades discursivas antagônicas, reforçando o caráter simbólico e conflituoso do evento polêmico.

Por fim, na quarta seção, apresentamos, por meio dela a análise do nosso *corpus*, como os campos discursivos tradicionalista e afetivossexual mobilizam atos polêmicos, argumentos e estratégias argumentativas para sustentar suas posições. Os quatro vídeos selecionados representam perspectivas diversas: canais ligados ao campo tradicionalista enfatizam valores religiosos e conservadores, enquanto os vinculados ao campo afetivossexual, ao movimento LGBTQIA+ e às teorias feministas criticam os estereótipos de gênero e defendem maior diversidade e inclusão. A análise detalha os recursos de modalização epistêmica, axiológica, deôntica e volitiva, evidenciando como cada campo constrói sua argumentação para se aproximar de seu público e legitimar seus valores. Essa análise revela a profundidade e a polarização dos discursos, destacando como a interação digital potencializa os embates ideológicos em torno de temas sensíveis e politicamente relevantes no Brasil contemporâneo.

2 A CONSTITUIÇÃO DO EVENTO POLÊMICO *MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA*

2.1 O ENUNCIADO DE DAMARES ALVES E SUAS REVERBERAÇÕES

A política brasileira é marcada por uma série de características únicas e complexas, as quais refletem a diversidade cultural, social e econômica do nosso país. Sabemos que o Brasil é uma República Federativa presidencialista, sendo assim, o presidente exerce tanto funções de Chefe de Estado quanto de Chefe de Governo. Porém, ele não governa sozinho, o sistema político brasileiro também inclui o Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, e um sistema judiciário independente, o Supremo Tribunal Federal (STF).

No que se refere às organizações partidárias, o cenário político brasileiro é marcado por um sistema bastante fragmentado, com dezenas de partidos ativos. Como resultado dessa fragmentação, há inúmeras e instáveis negociações para formar maioria no Congresso Nacional e governar o nosso país. Outro ponto importante é que há mudanças frequentes de partidos por parte dos políticos, existindo muitas trocas e filiações, causando, muitas vezes, instabilidade política.

No que tange a essa questão, a política brasileira está imersa em diversos discursos que se tornaram polêmicos – tanto no sentido popular da palavra, como também no sentido teorizado aqui – como reflexo do seu sistema e cenário político. Segundo Amossy (2017, p. 49) “a polêmica é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes em uma dada cultura”. A partir disso, podemos afirmar, que, no contexto atual, inúmeros são os enunciados polêmicos que emergem de discursos em meio à atuação política no Brasil.

No dia 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro, 38º presidente do Brasil, eleito com 57,8 milhões de votos, assumiu a Presidência da República. Dentre as suas inúmeras promessas, o “desejo de mudança”, seu viés patriota e sua ligação direta com entidades religiosas guiaram o Brasil por quatro anos de governo. O ano de sua posse foi marcado por inúmeros eventos polêmicos que perpassaram, e ainda perpassam, a nação brasileira: incorporou à gestão uma pauta conservadora nos costumes – promoveu atos religiosos no Palácio do Planalto –, elegeu as redes sociais como canal direto de comunicação e colecionou uma série de declarações polêmicas.

A ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, figura atrelada à posição conservadora do governo de Jair Bolsonaro e muito vinculada a ele, no que se refere à questão de gênero e sexualidade, proferiu inúmeros enunciados que vieram a se tornar polêmicos. Dentre essa gama de enunciados, encontramos o nosso interesse de pesquisa: *Menino veste azul e menina veste rosa* – que começou a ser amplamente debatido após o vazamento e divulgação da até então ministra, comemorando o que foi denominado por ela como “nova era” – referindo-se ao governo de Jair Bolsonaro. Esse vídeo teve um grande impacto em meio às mídias digitais, como também nas redes sociais.

Produzido de maneira totalmente amadora, registrado em um celular por seus apoiadores, em um momento particular, longe do público e dos repórteres, é possível observar no vídeo que Damares Alves estava cercada somente por aqueles que apoiavam as suas ideias e o governo do até então presidente eleito; a sua rápida disseminação na rede culminou em um evento polêmico de comoção nacional com valores e posicionamentos divergentes. Ao assisti-lo, é possível notar que a ex-ministra estava com a mesma roupa que utilizou durante a sua cerimônia de posse de cargo, o que pode indicar que as imagens foram feitas no dia 02 de janeiro de 2019, período no qual a até então ministra participou da cerimônia de transmissão de cargo. Nesse contexto, é importante citar que durante a transmissão da cerimônia de sua posse, Damares já havia afirmado, em seu discurso oficial, que “menina será princesa e menino será príncipe”, dando um caráter binarista ao seu discurso, que foi associado posteriormente ao seu enunciado polêmico *Menino veste Azul e menina veste rosa*.

Com o vazamento do vídeo da ex-ministra, uma série de reações foram notadas nos meios digitais. O vídeo foi replicado por diversos perfis do *Facebook*, *Youtube*, *Twitter* e *Instagram* – redes sociais mais utilizadas no nosso país –, a maior parte das reproduções do vídeo conta com milhões de visualizações e compartilhamentos. As posições antagônicas produzidas por essa disseminação fazem imergir o interesse central do nosso trabalho que é entender como se constitui o evento polêmico *Menino veste azul e Menina veste rosa*, pois ele pertence à temática de gênero e sexualidade, que é marcada no contexto atual por questões de homofobia, misoginia e sexismos em geral. Mas, para isso, se fez necessário um recorte em meios às diversas redes sociais, já que esse evento tomou uma proporção gigantesca nos meios digitais.

Para construirmos esta dissertação, escolhemos trabalhar com a plataforma on-line do *Youtube*, que nos possibilita uma maior visão de como a polêmica é acionada e quais os valores são utilizados pelos sujeitos argumentantes (Nascimento, 2018a; 2018b) em meio à constituição desse evento polêmico. Dessa maneira, deixamos claro que não iremos analisar, em primeiro plano, o vídeo vazado de Damares Alves, mas a constituição do evento polêmico que reverberou

através desse vídeo. Então, de qual maneira analisaremos a constituição do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa* em torno da declaração da ex-ministra?

Após um extenso mapeamento na plataforma do *Youtube*, a discussão proposta aqui baseia-se na análise do percurso desse evento polêmico a partir de quatro vídeos presentes na plataforma. Esses vídeos foram escolhidos utilizando o enunciado polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa* como auxílio para a busca de vídeos que discutissem o enunciado da até então ministra. A partir dessa busca, foram escolhidos quatro vídeos que reverberavam esse evento polêmico e que nos permitissem a análise constitutiva do enunciado polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*; esses vídeos foram produzidos pelos canais de Jonathan Nemer (2019), de Déia e Tiba (2019), Louie Ponto (2019) ²e Nunca Te Pedi Nada (2019).

Trabalhar com a constituição desse evento polêmico faz com que tenhamos uma teia constituída por temas que ainda são muito delicados a sociedade brasileira: política, religião e comunidade LGBTQIA+ – a tríade de reverberações que passam em meio ao nosso objeto de pesquisa. Essa tríade indica que debater política no nosso país pode ser comparado a um emaranhado de fios que se completam, mas nunca entram em ajuste. Dessa forma, o Brasil enfrenta uma polarização política bastante intensa, nas quais os sujeitos tendem a se posicionar de maneira extrema em relação a inúmeras questões políticas, o que resulta em debates acalorados e divisões sociais.

Essa efervescência política, nos últimos anos, se tornou ainda mais intensa no cenário político brasileiro em razão da presença de religiosos no Congresso Nacional. Esse número começou a se alavancar a partir do ano de 2003, quando foi instituída, oficialmente, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) – que atualmente é composta por 220 deputados e 26 senadores. Junto com o crescimento de religiosos, também observamos a participação ativa da comunidade LGBTQIA+ na política do nosso país, destacando-se Erika Hilton (PSOL-SP). Deputada Federal eleita em 2022 leva as pautas da comunidade para a Câmara em busca de direitos, espaço e melhorias para a comunidade (Gershon, 2022).

Porém, o que essa tríade tem de fato a ver com a constituição do evento polêmico *Menino veste azul e Menina veste rosa*? O enunciado de Damares Alves foi proferido em um momento político no qual ela acabou de assumir um dos ministérios mais importantes: Mulher, Direitos Humanos e Família. A assunção de Damares Alves para o cargo nos leva a considerar não apenas o contexto do vídeo no qual aparece o seu enunciado, mas também toda a sua trajetória até chegar naquele momento. A ex-ministra é uma pastora evangélica e advogada, e,

² Link: https://www.youtube.com/watch?v=ZN81FAzsV_I&t=451s

apesar de ter se tornado uma figura pública ainda mais proeminente na sociedade brasileira após a sua atuação política no Brasil, ela já trabalhava como advogada atuando em organizações não-governamentais voltadas para questões relacionadas aos direitos humanos e a proteção das crianças. Ela sempre esteve em destaque quando o assunto era a defesa de pautas conservadoras e religiosas, sendo conhecida pelo ativismo religioso e seu engajamento na política com pautas conservadoras.

E é dessa forma que chegamos no ponto crucial do evento polêmico estudado: Damares, ao proferir que *Menino veste azul e menina veste rosa*, mobilizou uma disputa de valores e argumentos no que tange a essa afirmativa. De um lado, sujeitos que apoiam a sua afirmativa, que faz referência a *ideologia de gênero*, e, de um outro, os que condenam a sua afirmativa, referindo-se a uma *identidade de gênero*.

Com base nesse acontecimento, além de traçar a trajetória constitutiva do evento polêmico no *Youtube*, buscamos compreender os sentidos dos argumentos polêmicos no espaço público digital dentro do evento polêmico, como também caracterizar quais são os valores que constituem cada campo discursivo em oposição no evento polêmico, e, por último, analisar quais são os atos polêmicos dos sujeitos argumentantes nos vídeos que abordam o evento polêmico no *Youtube*.

2.2 ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO

Para trabalharmos com o nosso *corpus*, utilizaremos a Análise Dialógica da Argumentação (ADA), um encontro epistemológico, promovido por Nascimento (2018a), do dialogismo de Bakhtin (2010, 2011, 2013) e a Nova Retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005). Sendo assim, faremos uma breve apresentação do caminho teórico que despertou a ADA.

Essa teoria surgiu da tese de doutorado de Lucas Nascimento, defendida no ano de 2018, sob o título *Análise dialógica da argumentação: a polêmica entre afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço público* (Nascimento, 2018a). Conforme Nascimento (2018a;2018b), o dialogismo Bakhtiniano dialoga diretamente com ideias fundamentais da filosofia, rompendo com a vertente neokantista e utilizando contribuições da vertente fenomenológica. Assim, a filosofia possui um papel fundamental para a elaboração de princípios, métodos e abordagens que sejam adequadas para propor uma vertente científica que lide de maneira conveniente com as questões que dizem respeito à realidade humana. À vista disso, Bakhtin (2010;2011;2013) inicia uma nova abordagem para estudos da área de

linguagem, literatura, cultura e da constituição identitária dos sujeitos, enfatizando a importância do discurso na construção do eu e na relação entre indivíduo e sociedade

Ao centrar-se na questão da participação do sujeito no *ser*, Bakhtin (2010;2011;2013) cria o conceito de *sujeito responsável*, um indivíduo único que é capaz de deixar suas marcas em cada um de seus atos, sendo, assim, responsável, e, conseqüentemente, ético. Para Bakhtin, a responsabilidade do sujeito não se limita a uma dimensão moral abstrata, mas está profundamente enraizada no diálogo com o outro e no contexto sociocultural em que ele se insere. O sujeito responsável é aquele que reconhece sua participação ativa na construção do significado e da realidade, assumindo a autoria de seus discursos e ações. Dessa maneira, esse sujeito não apenas responde ao mundo ao seu redor, mas também se coloca de forma ética diante dele, considerando as implicações de suas palavras e atitudes.

Por outro lado, para que exista um dialogismo, é necessário que o sujeito tente se posicionar do ponto de vista do outro, contemplando-o, pois “[...] ele vê no outro o que não vê de si” (Nascimento, 2018b, p. 159). Dessa forma, pode-se dizer que há uma relação profundamente dialógica entre o outro e o que o outro faz do eu. Assim, conclui-se que a constituição do sujeito se dá de maneira intersubjetiva, sempre mantendo uma relação dialógica com o outro, na qual a responsabilidade se manifesta não apenas na expressão individual, mas na interação constante com a alteridade, em um movimento contínuo de resposta e criação de sentidos.

A Nova Retórica, de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), trata a linguagem como pano de fundo, onde é possível distinguir a argumentação como seu objeto primário, tratada pela Nova Retórica como uma ação que atuará por meios discursivos sobre os ouvintes. Não é possível encontrar uma concepção de linguagem na Nova Retórica, porém, a partir das noções que tratam da argumentação, afirma-se que existe uma concepção dialógica da linguagem, mesmo que não explicitada.

O orador, também chamado de sujeito argumentante por Nascimento (2018a; 2018b), “[...] não se constitui a priori, mas ante o seu auditório, para o qual direcionará sua argumentação, de maneira que este também se constitui diante daquele” (Nascimento, 2018b, p. 162). Dessa maneira, o sujeito argumentante é constituído pelas relações com o seu auditório em forma de diálogo, um depende do outro para que exista uma relação constitutiva. Assim, a argumentação é o ato do orador que vai em direção ao auditório.

A ADA propõe quatro noções a serem trabalhadas durante a análise: polêmica; evento polêmico; atos polêmicos e microatos polêmicos. A noção principal é de que a *polêmica* é um desacordo profundo que se manifesta argumentativamente por meio da polarização, cujas

características particulares delineiam-se no processo argumentativo concreto. Retornaremos, mais adiante, as noções propostas que nos são aplicáveis.

Neste trabalho, o evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa* será analisado através da relação entre o orador, também chamado de sujeito argumentante (Nascimento, 2018a, 2018b) e o auditório. Dessa forma, entendemos os posicionamentos polêmicos e atos polêmicos como ações dos sujeitos argumentantes que disputaram os sentidos em torno do enunciado polêmico da ex-ministra. Após essas considerações, entendemos que a ADA apresenta potencial para inúmeras aplicações, inclusive para analisar a constituição do evento em questão. Portanto, aplicaremos essa teoria para a construção do nosso trabalho.

2.2.1 O dialogismo bakhtiniano

Ao nos depararmos com a obra bakhtiniana, logo conseguimos retirar uma consideração preliminar: não é fácil lê-la, nem compreendê-la. Não há, na filosofia bakhtiniana, um manual sobre a sua teoria, nem mesmo uma organização sumária, na qual encontramos todos os seus conceitos acabados e delineados. Ao longo da sua vida o autor foi desenvolvendo as suas ideias, remodelando-as, modificando-as e republicando-as.

A obra bakhtiniana é bastante discutida no meio acadêmico, principalmente quando nos referimos aos discursos pedagógicos e aos gêneros do discurso. Segundo Fiorin (2022, p. 8), “Bakhtin apresenta um pensamento absolutamente original sobre a linguagem [...]”, pois trouxe um novo olhar sob a perspectiva da linguagem, redirecionando os estudos por caminhos que ainda eram pouco explorados.

Dentre os muitos conceitos delineados e explorados pelo autor, temos o *dialogismo*. Para ele, a língua, em sua totalidade e em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica, portanto, todos os enunciados, dentro de um processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Assim, um enunciador, para construir o seu discurso, leva em conta o do outro, que também está presente no seu. Sob a ótica dos estudos bakhtinianos, “não há nenhum objeto que não apareça cercado, envolto, embebido em discursos. Por isso, todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circulam” (Fiorin, 2022, p. 22).

Dentro do conceito de dialogismo, é necessário fazermos alguns esclarecimentos para que, de fato, ele seja compreendido. Não são as unidades da língua que são dialógicas, mas os enunciados, isto é, as unidades da língua são os sons, as palavras e as orações, já os enunciados

são unidades reais de comunicação e “a oração, enquanto unidade da língua é desprovida da capacidade de determinar imediata a posição responsiva do falante” (Bakhtin, 2016, p. 44)

As unidades da língua são repetíveis, podem estar presentes diversas vezes, porém os enunciados são únicos. Com efeito, os enunciados não podem ser repetidos, pois eles são acontecimentos únicos, cada vez que são produzidos tem sua própria utilização, entonação e situação comunicativa próprias. No entanto, para um bom entendimento dos enunciados, é necessário que exista um bom estudo e base sobre as unidades da língua e os seus usos.

Tomando como base que todo enunciado é dialógico, o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, pois todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, isto é, ouve-se sempre duas vozes. Um enunciado será sempre heterogêneo, pois revela duas posições: a sua, e a posição pela qual ele se constrói. E é exatamente nesse ponto que entendemos a importância do estudo da constituição do enunciado *Menino veste azul e menina veste rosa*, aqui estudado. Analisar esse enunciado pelo viés do dialogismo bakhtiniano é entender que ele não se dirige somente a um destinatário imediato, mas também a diversos outros:

Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados procedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentendendo-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir a sua posição sem correlacioná-la com outras posições (Bakhtin, 2011, p. 297).

A ADA propõe o orador como um sujeito dialógico, nomeado dentro da teoria como sujeito argumentante. Para que exista um dialogismo, é necessário que o sujeito tente se posicionar do ponto de vista do outro, contemplando-o, pois “[...] ele vê no outro o que não vê de si” (Nascimento, 2018b, p. 159). Dessa forma, como acima mencionado, pode-se dizer que há uma relação profundamente dialógica entre o outro e o que o outro faz do eu. Assim, conclui-se que, a constituição do sujeito se dá de maneira intersubjetiva, sempre mantendo uma relação dialógica com o outro.

A ADA é bastante relevante diante no nosso *corpus*, pois, por meio dela, será possível fazer uma análise mais detalhada sobre as questões que envolvem nossa pesquisa: o discurso religioso e o discurso LGBTQIA+ no cenário político brasileiro. Observando a relação dialógica entre o orador e o auditório, Nascimento (2018a) reitera que é fundamental considerar que os sujeitos respondem e se movimentam por meio dos seus valores, do seu meio social em

resposta um ao outro. Dessa forma, conseguimos perceber uma aproximação entre a proposta da Nova Retórica e da filosofia bakhtiniana, na qual o orador procura compreender e adentrar as dimensões do auditório, entendendo e captando os seus valores, crenças e se organizando argumentativamente em forma de resposta. Dessa maneira, entendemos que “essa resposta determina a construção dos enunciados do sujeito, digo, de sua argumentação concretizada em algum gênero discursivo” (Nascimento, 2018a, p.129). Assim, é de suma importância entender também o conceito de *gêneros do discurso* presentes em Bakhtin (2010;2011;2013) para de fato prosseguir.

2.2.2 Gêneros do discurso bakhtinianos

O estudo sobre os gêneros do discurso, assim como toda a obra bakhtiniana, foi utilizado e apropriado por diversas esferas no nosso país, mas principalmente por aquelas que trabalham diretamente com a linguagem e seus usos. Dessa maneira, os gêneros do discurso foram tomados, na maioria das vezes, como um conjunto de propriedades formais que o texto deve obedecer. Porém, para Mikhail Bakhtin:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (2011, p. 262).

Assim, os gêneros dos discursos vão muito além de tipos de textos agrupáveis por traços e características comuns ou de um rol de propriedades formais, fixas e imutáveis com um caráter normativo. Bakhtin (2016) não teoriza sobre gêneros do discurso levando em conta o produto final, mas o processo de produção, pois para ele o que é interessante de fato é o vínculo inerente existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas. Assim, os enunciados devem ser vistos na sua função dentro desse processo de interação. É preciso estarmos ciente de que os seres humanos agem de determinadas maneiras dependendo das esferas de atividades nas quais estão incluídos. Essas esferas vão implicar diretamente na utilização de linguagem para a construção e formação de determinados enunciados, ou seja, não se produzem enunciados fora das esferas, o que vai significar que eles são determinados pelas condições específicas e pelas finalidades de cada esfera.

De maneira objetiva, seguindo a ótica de estudos de Bakhtin, os gêneros do discurso são definidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2016, p.12). Esses

enunciados são caracterizados por um conteúdo temático, uma construção composicional e um estilo. Diante disso, devemos sempre falar de gênero no interior de uma esfera de atuação.

Ao saber que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (Bakhtin, 2016, p. 11), conseguimos compreender que todas as esferas de atividade humana são sujeitas às suas próprias tradições e diálogos. Por exemplo, quando falamos sobre as atividades da esfera LGBTQIA+, especificamente das lutas por direitos, surgem inúmeras possibilidades de análises: quando e como começaram? Quais as dificuldades enfrentadas? Como lutar contra as barreiras e os preconceitos? Já quando partimos para a esfera religiosa, encontramos diálogos e tradições que se diferem da esfera LGBTQIA+. São esferas diferentes, que necessitam de estudos, análises, olhares e compreensões diferentes, afinal cada uma delas possui enunciados próprios, relativamente estáveis, dentro da sua esfera de ação e comunicação.

Partindo desse pressuposto, os gêneros do discurso estão sempre vinculados a um domínio da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades, estabelecendo uma interconexão na linguagem com a vida social. Assim, o conteúdo temático, estilo e organização composicional constroem o que constitui o enunciado, que é marcado pela especificidade de uma esfera de ação. Ao nos referirmos ao conteúdo temático, não ligamos diretamente ao assunto específico do texto, mas no caminho de ser um domínio de sentido de que se ocupa determinado gênero. Já a construção composicional é o modo de organizar o texto, de estruturá-lo, se é escrito em prosa, em versos, se é localizado no tempo e no espaço, dentre outras maneiras de estruturar um texto. E, por último, o estilo diz respeito a uma seleção dos meios linguísticos, ou seja, a escolha de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função do interlocutor e sua atividade responsiva no enunciado. Dessa forma:

A diversidade desses gêneros é determinada pelo fato de que eles diferem entre si dependendo da situação, da posição social e das relações pessoais de reciprocidade entre os participantes da comunicação (Bakhtin, 2016, p. 39)

Quando Bakhtin (2016) afirma que os gêneros são relativamente estáveis, é necessário considerarmos a historicidade dos gêneros, ou seja, ter uma atenção sobre a mudança, compreender que não há uma normatividade fixa no conceito, pois os gêneros estão em contínua evolução e mudança:

Quanto mais dominamos os gêneros, maior é a desenvoltura com que empregamos e mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação – em suma, tanto mais

plena é a forma que realizamos o nosso livre projeto de discurso (Bakhtin, 2016, p. 41)

Dessa maneira, podemos concluir que a conceitualização de gênero, proposta por Bakhtin, une estabilidade, instabilidade, permanência e mudança, reconhecendo que há propriedades em comum entre os textos e que há também aquelas que se modificam continuamente (Fiorin, 2022). É necessário salientar que os gêneros não são enunciados exclusivos da modalidade escrita da língua, mas abarcam a totalidade do uso da linguagem em suas modalidades, o que inclui a oralidade.

Bakhtin divide os gêneros do discurso em primários e secundários. Os primários são os gêneros da vida cotidiana; na grande maioria das vezes, eles estão no âmbito da oralidade, mas não exclusivamente. Pertencem à comunicação verbal espontânea e têm relação direta com o contexto mais imediato, como, por exemplo, o e-mail, o bilhete, a conversa no telefone como a chamada de voz, textos no Whatsapp, dentre outros. Já os gêneros secundários vão ser um pouco mais elaborados, eles pertencem à esfera da comunicação cultural, sendo elas: a jornalística, religiosa, pedagógica, científica, dentre outras. No pensamento bakhtiniano, os gêneros secundários não surgem isoladamente, mas se formam a partir da reelaboração e ressignificação dos gêneros primários, o que evidencia a interdependência entre eles.

Essa inter-relação entre os gêneros do discurso reflete o caráter essencialmente dialógico da linguagem, no qual cada enunciado se constitui em resposta a outros enunciados, em um fluxo contínuo de significação. Nessa perspectiva, a argumentação também se insere nesse processo, pois todo argumento nasce de um diálogo prévio, de uma questão colocada que exige uma tomada de posição. Dessa forma, fazendo-se valer da definição de enunciado contida dentro dos gêneros do discurso proposta por Bakhtin (2016), Nascimento (2018a) propõe o argumento como enunciado, pois ele “pressupõe uma resposta de um sujeito a uma questão levantada por outro sujeito no contexto de um problema” (Nascimento, 2018a, p. 170). Dessa maneira, compreendemos a argumentação como um processo dialógico, no qual cada posição assumida é sempre uma resposta ao outro, enraizada nas interações sociais e discursivas que a antecedem. Assim, para este trabalho, caminharemos com essa noção de argumento:

[...] um argumento é um ato dialógico em sua inteireza, pois ele põe em dialógica um eu e um outro e seus valores atualizados em torno de uma questão. Por vezes, um argumento pode ser todo um texto, noutras, cabe dentro e uma frase e, em alguns casos um argumento pode ser apenas uma palavra. O que nunca se deve perder de vista e sua resposta a uma questão (Nascimento, 2018a, p. 171).

Dessa maneira, construiremos este trabalho por meio da ADA, analisando a constituição do evento polêmico que surgiu através do enunciado proferido por Damares Alves supostamente após a sua cerimônia de posse de cargo em 2019.

2.2.3 A retórica e a Nova Retórica

Quando costumamos ouvir a palavra retórica, automaticamente a associamos a situações ou frases desagradáveis, pois, frequentemente, ela é usada em estratégias políticas nas quais se criam um impacto emocional ou uma reflexão, geralmente associadas pelo público à ideia de que aquilo não será cumprido de fato. Com efeito, com o passar dos anos, a retórica perdeu o seu real sentido, fazendo com que a associássemos a situações que se tornaram inconvenientes. Contudo, ela é uma arte de suma importância para o mundo da argumentação e para a nossa sociedade, uma vez que é uma das bases fundamentais da comunicação persuasiva.

Sem dúvidas, língua é poder e, desde os tempos mais remotos, é utilizada como meio de exercício de poder e dominação. A diferença crucial é que, atualmente, o uso da língua e da linguagem como meio de dominação passou a ser exercida de maneira mais consciente e crítica. A sociedade contemporânea percebeu que a força da língua se tornou cada vez maior pela facilidade de distribuição de informações e de conhecimento por meios das mídias digitais, onde a influência alcança, de maneira mais rápida, milhares de pessoas ao mesmo tempo.

Em meio às redes sociais, através das novas mídias digitais e com o “poder” de persuasão dos chamados *influencers digitais*, notamos que a cada dia diversas pessoas entram no mundo da persuasão tentando “vender” posicionamentos, imagens e valores, um mundo que observamos ser totalmente retórico, fazendo com que percebamos que a retórica aristotélica não está perdida no tempo; dessa forma, entendemos que as contribuições da antiga retórica ainda são de grande valia para a sociedade contemporânea. Assim, ao tentar “vender” o que lhe é designado, os sujeitos constroem um *éthos* – uma imagem de si que será destinada a garantir o sucesso da sua “venda”. Essa questão será desdobrada abaixo.

De fato, o caminho da retórica é longo, minucioso e muito interessante, afinal ela nasceu como forma de atender as demandas de natureza pragmática. Com isso, ao falar de retórica clássica, precisamos estar cientes que durante esse período se destacaram três definições marcantes sobre essa ciência da linguagem – mas cabe frisar que o nosso foco será a retórica aristotélica, a qual precisa ser compreendida para que alcancemos a Nova Retórica.

Com os estudos de Meyer (2007), somos colocados diante de três definições clássicas da retórica. A primeira delas é a do filósofo Platão, que vai ser responsável por desqualificá-la.

Segundo esse filósofo, ela vai apenas tratar de uma manipulação, um jogo de massas que acontece no auditório, no qual o foco principal está nas emoções despertadas pelo orador, como também as suas reações em um dado jogo argumentativo. A definição dada por Platão é bastante acolhida pelo mundo moderno, mesmo que de forma inconsciente, já que grande parte da sociedade acredita que a retórica se trata apenas de um jogo de manipulações, uma massa de manobra.

A segunda definição parte de Quintiliano, para quem a retórica se trata da *ars bene discendi*: a arte do bem dizer, falar bem, se expressar de forma exitosa verbalmente perante o seu auditório. De acordo com essa definição, o centro da retórica é o próprio orador, toda a sua expressão, seu eu e a sua intenção. A terceira definição a ser tratada por nós é a Aristotélica, que incide sobre a própria linguagem que é utilizada pragmaticamente. Aristóteles constrói uma retórica que é discursiva e racional, centrada na linguagem e dotada de três dimensões: o *lógos*, o *páthos* e *éthos*. O *lógos* refere-se ao apelo à razão ou à lógica na argumentação, ele envolve o uso de argumentos sólidos, raciocínio lógico e evidências para persuadir o auditório, ou seja, é todo um aparato enunciativo-argumentativo (Meyer, 2007; Aristóteles, 2012).

O filósofo considerava o *lógos* como um dos dispositivos fundamentais para a persuasão. O *páthos* é o apelo às emoções ou paixões do auditório, ele envolve os usos de elementos emocionais, narrativas, metáforas vívidas e uma linguagem evocativa para despertar sentimentos específicos como a compaixão a raiva, o medo, a esperança, entre outros. Ao fazer essa conexão com o auditório, o orador cria uma relação profunda e persuasiva, desempenhando um papel fundamental na tomada de decisões e na formação de opiniões (Meyer, 2007; Aristóteles, 2012).

O *éthos* refere-se à imagem moral e ética do orador, o que inclui a sua credibilidade e autoridade. Ele é fundamental para persuadir o auditório, pois um orador percebido como respeitável e virtuoso é propenso a ser ouvido, respeitado e influencia os demais. A imagem do orador afeta diretamente como o auditório percebe, recebe e interpreta os seus argumentos (Meyer, 2007; Aristóteles, 2012). Dada as três dimensões, Aristóteles (2012) entende por retórica “[...]a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir [Retórica, I, 2, 1355b]”.

A esse ponto, é notável que a retórica é uma arte de suma importância, contudo, mesmo possuindo esse grande destaque, ela passou por um grande momento de declínio (Reboul, 2004). Foi no Renascimento, quando novas perspectivas surgiram, gerando uma grande desconfiança sobre a retórica – como também rompendo o elo que unia a argumentação e a oratória –, que a retórica perdeu o seu lugar para as ideias cartesianas.

O filósofo René Descartes foi um dos grandes responsáveis pelo declínio e talvez “esquecimento” da retórica. Em sua teoria, Descartes rejeita a dialética, pois, segundo o filósofo, ela apenas apresenta opiniões e não traz a verdade. Para ele, a dialética não passa de um instrumento que pode propagar o erro, já que não se baseia em princípios racionais rigorosos. Essa visão se contrapõe à tradição aristotélica, na qual a dialética e a retórica estão interligadas. Aristóteles via a dialética como um método argumentativo que busca o provável por meio da contraposição de ideias, enquanto a retórica se fundamentava na persuasão, adaptando-se ao contexto e ao público. Assim, diferentemente de Descartes, Aristóteles considerava a retórica um instrumento legítimo do discurso racional, pois, mesmo lidando com opiniões, possibilitava a construção de argumentos sólidos e eficazes.

A concepção cartesiana, no entanto, rompe com essa tradição, priorizando um método baseado na dúvida metódica e na certeza matemática. Esse pensamento foi difundido através da sua obra intitulada *Discurso sobre o método* (Descartes, 2022), na qual ele explicitava o seu método que posteriormente tornou-se conhecido como cartesianismo ou pensamento cartesiano. Essa mudança de paradigma contribuiu para o enfraquecimento da retórica como arte argumentativa e para a valorização de um ideal de verdade absoluta, em detrimento da construção dialógica do conhecimento.

Foi a partir da metade do século XX que a retórica passou por um processo de renovação. Após um longo período de desvalorização e esquecimento, em meados dos anos 60, que uma variedade de perspectivas teóricas foram surgindo e reabrindo novos olhares para os estudos retóricos (Nascimento, 2018a). O *Tratado da argumentação: a Nova Retórica* é uma das perspectivas teóricas que nasceram desse período. A Nova Retórica recuperou a dialética e retomou a tradição da retórica aristotélica, rompendo, assim, com as ideias de Descartes e seu método:

A publicação de um tratado consagrado à argumentação e a sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriundas de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p.1)

É preciso estar atento a alguns detalhes dentro dessa teoria, pois a argumentação retórica está contida no campo da influência. Sendo assim, deve ser evidente o fato de que ela se distingue da demonstração, mas, que fique claro, isso não tem conexão com ser irracional ou ilógica. Isso é explicado, porque a demonstração funciona sob a lógica formal, enquanto a argumentação vai trabalhar sob a lógica informal. Dessa forma, é necessário entender que:

A nova retórica leva em conta o desacordo, a divergência a dissensão como fato sociológico e que toda pretensão à verdade precisa ser argumentada, justificada, pois ela não se impõe como autoevidente. Nesse sentido, todas as perspectivas em torno da verdade são igualmente argumentáveis, o que não significa dizer respeito a um relativismo epistemológico (Nascimento, 2018a, p.114)

Então, nós podemos afirmar que a contribuição da Nova Retórica para os estudos da linguagem vai além do campo da argumentação, uma vez que possibilita a avaliação do julgamento do conhecimento e de valor em torno de decisões ao se apresentar razões para ações, trazendo consigo colaborações para o campo sociológico e para o funcionamento da sociedade como um todo.

A Nova Retórica possui três pressupostos básicos: a comunicabilidade, a discutibilidade e a contextualidade – elaborados a partir do ponto de vista da sua filosofia colocando em prioridade a pragmática sobre a semântica. Isso acontece porque a racionalidade é inseparável da comunicação discursiva, como também o discurso apodítico não é anuência em questão filosófica e, por último, o sentido de um discurso vai depender tanto da situação concreta quanto da situação particular em relação aos efeitos que produz no orador, ou seja, o contexto – contextualidade (Grácio, 1992).

No que diz respeito à linguagem, o *Tratado da Argumentação* (Perelman; Olbrechts-Tyteca 2005) não possui uma separação entre conteúdo e forma, ele assume uma posição descritiva. Quando aborda as avaliações das argumentações, refere-se aos critérios de qualidade e eficácia dos auditórios, pois não há, em sua obra, elementos que apresentam procedimentos de como argumentar bem. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) trazem em seu texto quadros de técnicas argumentativas que possuem a função de oferecer elementos de análise para perceber como funcionam e interagem os argumentos dentro de uma dada situação comunicativa, mas, em nenhum momento, em sua obra, eles trazem elementos práticos de como argumentar bem (Nascimento, 2018a).

A partir dos estudos inaugurais de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), muitos outros estudos de base retórica começaram a surgir. Os desdobramentos dos estudos de argumentos sob a perspectiva dos estudos retóricos são bastante heterogêneos, o que torna um pouco complexo delineá-los dentro de um quadro específico.

É preciso estarmos cientes de que mesmo que a Nova Retórica tenha trazido para modernidade o caráter persuasivo, ela é mais uma teoria da argumentação persuasiva do que uma teoria da argumentação em geral. É importante compreender que o *Tratado* (Perelman;

Olbrechts-Tyteca, 2005) nos deixa com alguns espaços a serem preenchidos, como, por exemplo, algumas questões específicas no que diz respeito à linguagem.

A Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) aborda a linguagem como o cenário no qual a argumentação se destaca como objeto central. Nessa perspectiva, a argumentação é compreendida como uma ação que opera, por meio do discurso, sobre os ouvintes. Reiteramos que, embora a Nova Retórica não apresente uma concepção explícita de linguagem, pode-se inferir, a partir das noções relacionadas à argumentação, a presença de uma visão dialógica da linguagem.

E é a partir desse ponto que se faz necessário utilizar-se do dialogismo bakhtiniano para analisar o nosso objeto em questão. Em Bakhtin (2010;2011;2013), a discursividade se impõe como objeto central, não possuindo uma distância tão evidente em relação à Nova Retórica. Contudo, é necessário citar que pra Bakhtin e seu Círculo, a abordagem sobre a discursividade opera para o funcionamento da linguagem em múltiplas esferas de produção e compreensão, ou seja, ela é o objeto central. Contudo, na Nova Retórica a linguagem é apenas plano de fundo, como explicita os autores do *Tratado*: “Nosso tratado versará sobre recursos discursivos para se obter a adesão dos espíritos: apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada a seguir” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 8).

E é exatamente nesse ponto que a ADA surge. Bebendo do *Tratado da Argumentação* (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005), bem como da filosofia bakhtiniana (2010;2011;2013). Esse encontro epistemológico é um laço entre a noção de argumentação contida no primeiro, e o dialogismo contido na proposta de linguagem de Bakhtin. Dessa forma, assumimos que não há uma separação entre a argumentação e a linguagem, pois os discursos não são nada mais do que enunciados que afirmam, respondem e se relacionam com outros enunciados.

2.3 O DISCURSO EM MEIO DIGITAL: AS REDES SOCIAIS

O digital precisa ser compreendido como algo que está “para além de uma mera forma de produção da tecnologia” (Dias, 2018, p. 28). Nos dias de hoje, “ser digital” é uma parte indissociável de ser um *ser social*, afinal, a nossa vida tornou-se diretamente ligada às produções tecnológicas. No cotidiano, a tecnologia desempenha um papel essencial na simplificação e otimização de diversas atividades no nosso dia a dia, passando pela comunicação, pela organização de tarefas, pelo transporte, pelas compras, pela facilitação de acesso às plataformas educacionais, pela otimização do trabalho, pelo entretenimento, dentre outros. Assim, o digital passou a ser “uma condição político-ideológica do discurso, como uma

condição e meio de produção e reprodução das formas de existência capitalistas.” (Dias, 2018, p. 28).

Dessa maneira, podemos afirmar que, no contexto atual, inúmeros enunciados e discursos surgem e emergem nos meios digitais. Assim, milhões de pessoas – em qualquer parte do mundo – conseguem obter acesso a informações de maneira rápida com apenas um clique; essa rapidez aconteceu com o *corpus* de análise do nosso trabalho. O enunciado polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*, de Damares Alves, registrado através de um vídeo e postado na plataforma *Youtube*, gerou uma onda de réplicas em outras plataformas digitais, tornando-o um evento polêmico, noção que será aprofundada posteriormente.

Para analisar a constituição do evento polêmico estudado por este trabalho foram utilizados quatro vídeos que estão veiculados no *Youtube*. Para prosseguir com os estudos, é necessário que nos aprofundemos nos conceitos contidos na análise do discurso digital, contidos em *Análise do discurso digital: dicionário das formas e práticas* (Paveau, 2022).

De acordo as elaborações de Paveau (2022):

A análise do discurso digital consiste na descrição e análise do funcionamento das produções languageiras nativas da internet, particularmente da web 2.0, em seus ambientes de produção, mobilizando igualmente os recursos languageiros e não languageiros dos enunciados (Paveau, 2022, p. 57).

Para a autora, as produções languageiras nativas da internet são produções elaboradas exclusivamente para o meio on-line, nos espaços de escrita e com ferramentas propostas pela internet. Portanto, a análise do discurso digital tem o objetivo de dar conta do funcionamento específico dos discursos nativos da internet. Segundo Paveau (2022), os discursos digitais nativos possuem seis características específicas que modificam o mecanismo teórico e metodológico da análise do discurso. Dessa maneira, os discursos no meio digital são constituídos pela heterogeneidade da linguagem e da tecnologia, como *hashtags* ou pseudônimos em mídias digitais, sendo a composição a primeira característica desse tipo de discurso.

Sob o mesmo ponto de vista, a deslinearização é a segunda característica do discurso digital, pois ele não se desenvolve de maneira obrigatória sob um eixo sintagmático ao longo do discurso, podendo possuir links hipertextuais que encaminham o leitor para outro discurso diferente do inicialmente apresentado. E, por disporem de um grande alcance, os discursos digitais nativos possuem uma enunciação ampliada, permitindo a inscrição coletiva dentro de um mesmo discurso, porém, detendo a identificação de cada enunciadador. Consequentemente,

esses discursos são imprevisíveis, pois são produzidos de maneira parcial por programas e algoritmos.

Além disso, esses discursos conservam uma relacionalidade e investigabilidade marcantes, uma vez que estão inscritos em uma relação com outros discursos presentes também no meio tecnológico, assim, se inscrevem no universo digital e podem ser investigados e relacionados por ferramentas de buscas e redocumentação de maneira rápida para eventuais consultas e/ou replicações:

Os discursos nativos da web são, aliás, relacionais: a arquitetura da rede faz com que eles sejam todos materialmente interligados. Entre eles e seu enunciador está aquilo que lhes atribui propriedades particulares, como sua investigabilidade (todo enunciado on-line pode ser pesquisado e encontrado por meio de ferramentas como buscadores) e sua idiogitabilidade (todo enunciado da web on-line tem sua forma única e subjetiva, determinada pelos parâmetros de navegação, de sociabilidade, de leitura e de escrita do internauta) (Paveau, 2022, p.41).

Segundo Charaudeau (2013, p. 58), “[...] as mídias apresentam-se como um organismo especializado que tem vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia”. Dessa maneira, as mídias digitais têm a função de tornar público aquilo que é de direto da sociedade, o que, por muitas vezes, seria ocultado, ignorado. Contudo, a mídia também se delineia através de uma lógica comercial, ou seja, por diversas vezes as mídias são usadas como massa de manobra com a função de persuadir a população, seja para benfeitorias ou não. Fazendo parte também das mídias, as redes sociais atuam da mesma maneira.

Através das redes sociais, os sujeitos interagem com pessoas que estão próximas e distantes, manifestam os seus pontos de vista, pesquisam, resolvem problemas e atuam na sociedade. Cada vez mais conseguimos observar que existe uma migração dos sujeitos dos espaços públicos físicos reais para os espaços públicos digitais, transformando esses em uma espécie de praça pública onde acontecem discussões, julgamentos de valores, compartilhamentos e soluções de problemas (Amossy, 2017). Quando nos referimos ao espaço público digital, o consideramos, “[...] como um lugar de interação discursiva, em que é possível analisar a produção, a circulação e a recepção de discursos em que os sujeitos online buscam participar, de algum modo, da vida pública, e mais especificamente política” (Seixas; Nascimento, 2021, p. 2402).

É um fato dizer que nós somos seres sociais. Dessa forma, a sociedade é constituída de seres diversos com valores e conhecimentos que divergem em inúmeros pontos, e como é de se esperar de uma sociedade democrática, todos são incluídos com seus pontos de vistas e valores

distintos, pelo menos deveria ocorrer dessa maneira. Contudo, atualmente, com o fenômeno das redes sociais, há diversas manifestações que têm colocado em evidência muitos comportamentos pautados na exclusão e no preconceito, fenômenos que ocorrem com menos incidência no espaço público físico.

Aqui, o nosso objeto de pesquisa provém da política e tem o seu discurso disseminado através das redes sociais, portanto, no espaço público digital. Sem dúvidas, conseguimos encontrar diversos conteúdos propagados nas redes sociais, os quais são linkados a diversos nichos por milhões de indivíduos e compartilhados inúmeras vezes. Na era do espetáculo, na qual todo e qualquer assunto é levado às redes sociais; não seria diferente com a política, ela está presente ativamente nas redes.

Assim como ocorreu com a televisão nas décadas passadas, as redes sociais se tornaram o maior meio de disseminação de discursos, principalmente dos políticos. Nessa corda bamba, leva vantagem aquele que produzir o maior espetáculo. Portanto, deu-se a vez para a “política-espetáculo” (Courtine, 2003). A política deixou de ser um “nós” para tornar-se um “eu”, ou seja, ressurgiu um discurso no qual o destaque se dá ao “indivíduo falante, enquanto o aparelho político se apagaria: as vozes não seriam mais anônimas, cada um falaria em seu nome” (Courtine, 2003, p. 22). stop

Com a rapidez das redes sociais, é cada vez mais comum observarmos a disseminação daquilo que é chamado por Courtine (2003) de *life-style politics*. Presente desde a era televisiva – a partir dos anos 60 –, ele se baseia no fato de “ver o homem privado sob o personagem público” (Courtine, 2003, p. 24), ou seja, agora não interessa apenas as políticas públicas lançadas pelos candidatos, mas também os seus gostos pessoais. Esse fenômeno se torna cada vez mais poderoso em decorrência do uso constante das redes sociais; a ideia de acompanhar cada movimento de maneira fácil e rápida mudou progressivamente a maneira de “fazer política” atualmente.

Panfletos, comícios públicos, pronunciamentos em rádio e televisão, gêneros do discurso comuns em outros tempos, se tornaram obsoletos perto das redes sociais. A internet nos dá a possibilidade de ver e rever qualquer movimentação produzida pelos políticos a qualquer momento, acessando os mais diversificados conteúdos de produção do discurso político, tornando-se fácil e rápida a sua captação. Por meio das redes sociais, criou-se a possibilidade de junção de diversos materiais que são suporte para o discurso político, simplificando a sua captação e acelerando a sua disseminação.

Agora, “fazer política” baseia-se em espetacularizar; ganha aquele que causar um maior espetáculo em meio as redes sociais. Atualmente, as campanhas políticas são construídas com

a intenção de causar movimentos nos ambientes digitais, fazer com que os sujeitos opinem e tragam à tona o que pensam sobre as pautas ali colocadas pelos candidatos, ou seja, a política tornou-se um espetáculo para a sociedade. Sendo assim, nesses ambientes digitais há uma interação intensa entre os sujeitos de inúmeras formas possíveis.

Por diversas vezes, os usuários criam perfis *fakes*, ou seja, escondem a sua real identidade, usando um perfil que é idealizado, tanto para o bem quanto para o mal. A enunciação pseudonímica (Paveau, 2022), conhecida também por anonimato, traz uma segurança para os sujeitos – o que muitas vezes estimula o emprego de palavras violentas, declarações tendências e ódio – pela percepção de que está protegido pelo seu perfil falso, o que lhe dá uma segurança de que não será descoberto.

Apesar dos dispositivos digitais e as redes sociais possibilitarem uma maior visibilidade para as interações, para a sociedade e para a sua construção, eles também aumentaram as polêmicas, como também as ações tendenciosas que pendem para a violência, e que muitas vezes chegam de fato a serem violentas. Assim, as discussões de temas de interesse para a sociedade se tornam palco para controvérsias e declarações polêmicas. Apesar de Amossy, em *Apologia da Polêmica* (2017), afirmar que a violência não é uma característica própria da polêmica, os processos de demérito do outro, bem como dos seus argumentos, que são próprios da polêmica, têm se tornado cada vez mais violentos. Com esse movimento, observamos que as redes sociais têm sido palco para discussões violentas, de fortes controvérsias, que carregam, muitas vezes, discursos agressivos, marcados pela intensa desqualificação do outro; e é dessa maneira que observamos a constituição do evento polêmico aqui estudado.

Apesar do enunciado polêmico ter sido proferido no ambiente físico real, ele foi filmado e propagado nas redes sociais por meio de uma publicação que se tornou viral; em questão de minutos, ele já estava anexado às principais redes sociais do país: *Instagram*, *Youtube*, *Twitter* e *WhatsApp*. No entanto, o que nos interessa aqui, para de fato analisarmos a constituição do evento polêmico, são os vídeos em resposta ao enunciado de Damares, assim como os seus argumentos e os campos discursivos aos quais eles pertencem. Portanto, o *corpus* a ser analisado foi construído com total direcionamento às redes sociais, mais especificamente ao *Youtube*. Esse é uma plataforma de vídeos on-line, através da qual os usuários podem assistir, criar e compartilhar vídeos. Fundada no ano de 2005, a plataforma possui bilhões de usuários ao redor do mundo.

A ideia principal dessa plataforma é que os seus usuários não sejam apenas consumidores de conteúdos, mas também possam produzi-los. Sendo assim, a plataforma do *Youtube* é bastante democrática quando nos referimos a consumo e à produção de conteúdo.

Para contribuir com essa democratização, a plataforma possui um recurso de comentário, por meio do qual os usuários comentam o que acharam do conteúdo assistido, permitindo respostas de outros usuários e do próprio produtor do conteúdo. É importante citar que o *Youtube* é uma plataforma pública, ou seja, ao se cadastrar, assinamos um termo que declara que todo conteúdo anexado a ela – seja vídeos ou comentários – é de domínio público e pode ser livremente usado.

Apesar de não fazermos uso, na nossa pesquisa, dos comentários vinculados aos vídeos estudados, é importante considerarmos que “o comentário on-line é uma das formas de tecnodiscurso mais frequentes na web, aparecendo em numerosos espaços de escrita: os blogs, as redes sociais digitais, os sites de imprensa e de informação, os sites comerciais e etc.” (Paveau, 2022, p.105). Assim, há uma variedade de usos, assumindo formas e variedades até então inéditas fora das mídias digitais.

Dessa maneira, podemos afirmar que os comentários on-line são enunciados e, sendo enunciados, ainda que on-line, são:

[...] compósitos tecnolinguageiros que cointegram totalmente a dimensão tecnológica e a dimensão linguageira, o comentário on-line pode ser definido como tecnodiscurso segundo, produzido num espaço escritural específico e enunciativamente restrito, no seio do ecossistema digital conectado (Paveau, 2022, p. 110).

Por termos um *corpus* inserido nos meios digitais, entendemos que trabalharemos com o *tecnodiscurso de gênero*, que pode ser entendido:

[...] como um gênero do discurso dotado de uma dimensão compósita, derivada de uma coconstituição do linguageiro e do tecnológico. O tecnogênero pode derivar de um gênero precedente ao repertório pré-digital, mas que os ambientes nativos dotam de características específicas (como o comentário on-line), ou construir um gênero nativo digital, portanto, novo (como a tuitetura, ou artigo de imprensa na forma de antologia de links ou tuítes) (Paveau, 2022, p. 336).

Dada essa definição, compreendemos que os *tecnodiscurso de gênero* estão em constante evolução e invenção. A observação e o conhecimento da internet, principalmente da web 2.0³, permitem com que destaquemos formas digitais que são bastante recorrentes na cultura do discurso digital, tornando-nos aspirantes a tecnodiscursistas. O nosso *corpus* em questão é um *tecnodiscurso de gênero* circunscrito no espaço público digital, dessa maneira, é

³ A Web 2.0 representa a evolução da internet para um ambiente interativo e colaborativo, permitindo a participação ativa dos usuários. Caracteriza-se pela criação e compartilhamento de conteúdo, uso de redes sociais, personalização por algoritmos e armazenamento em nuvem, tornando a web mais dinâmica e acessível.

necessário levarmos em conta todas as particularidades explicitadas acima para de fato partir para a análise.

2.4 DISPOSITIVOS DE ANÁLISE

Conforme foi exposto na subseção anterior, as tecnologias digitais instruíram novas formas de interação e atuação, fazendo com que as redes sociais comesçassem a ocupar um lugar de destaque, propiciando uma ampla convivência dos usuários, de maneira rápida e intensa, com todo o mundo. Dessa maneira, as tecnologias digitais criaram um mundo novo, pois a sociedade do século XXI interage e atua de maneira diversa, graças às redes sociais. Assim, elas constituem um espaço no qual se discutem problemas sociais, criando um ambiente de exposição discursiva, sendo que os usuários são os interlocutores e produtores de discursos ao mesmo tempo, sendo constantemente expostos a inúmeras produções discursivas. Como espaço discursivo, as redes sociais constroem-se por meio de discursos de interação, nos quais os sujeitos estão socialmente situados.

Dito isso, é necessário estarmos cientes do que cada usuário, nas redes sociais, assume uma posição específica nesse ambiente, situando-se em determinados espaços sociais, nos quais cada sujeito/usuário tende a interagir de forma diferente, sempre baseando-se em seus valores, nos valores sociais do grupo no qual está inserido e, principalmente, nos valores que são reconhecidos pela sociedade. Assim, devemos considerar que as pessoas selecionam os seus grupos de interação nas redes sociais com base em seus valores, pontos de vista político-ideológicos e por interesses em comum, criando uma espécie de comunidade.

A rede social em questão neste trabalho é a plataforma do *Youtube*, na qual os usuários costumam procurar vídeos sobre os temas que lhe interessam e consumi-los e replicá-los de acordo com os seus valores e a comunidade à qual pertencem. Para analisar esse fenômeno usaremos os dispositivos analíticos oferecidos pela ADA e nos aprofundaremos nas noções de *polêmica* e *evento polêmico* nas subseções seguintes.

2.4.1 Polêmica

Na ADA, a noção de polêmica é o ponto inicial e a chave de toda a teoria. A noção proposta por essa teoria não tem a intenção de invalidar noções de polêmica já apresentadas anteriormente, mas de complementá-las e ampliá-las. Como a polêmica está presente no ser humano desde os tempos mais antigos, é natural que as pessoas polemizem em sociedade.

Sendo assim, a ADA propõe “[...] olhar a polêmica a partir de sua própria lógica, não impor uma lógica da ‘razão’ alheia, mas a do sentimento do gerador” (Nascimento, 2018a, p. 174).

Essa proposta permite uma abordagem da polêmica que vai além, ou seja, permite que se olhe a situação "de fora", não a partir do próprio sentimento ou julgamento de quem observa, mas levando em conta o sentimento de quem a gerou. Trata-se de um movimento de empatia, no qual o foco está em tentar se colocar no lugar do outro, buscando compreender suas razões e emoções, sem emitir juízos de valor ou impor uma lógica racional externa. Dessa forma, a polêmica é analisada com maior sensibilidade, respeitando a subjetividade do indivíduo que a originou, o que favorece uma compreensão mais profunda.

A partir disso, nos âmbitos dos estudos da argumentação, uma das noções que tem se destacado é a noção proposta por Ruth Amossy em seu livro *Apologia da polêmica* (2017). De acordo com ela, a polêmica é inscrita no quadro dos estudos da argumentação retórica, tendo como pano de fundo as democracias pluralistas, ou seja, aquelas que possuem um multiculturalismo diverso. Além disso, Amossy (2017) inscreve a polêmica como uma modalidade argumentativa responsável por gerir conflitos no meio social, que são inevitáveis.

Diante disso, Amossy (2017), assume que o consenso admite igualmente o dissenso, ou seja, as diferentes formas de pensar. Para ela, o dissenso é a base da polêmica, como também a base da democracia, uma vez que é um fato dizer que os seres humanos não pensam da mesma maneira e não julgam os fatos pelas mesmas perspectivas por conta de possuírem valores distintos. Dessa maneira, é correto afirmar que cada sujeito constrói sua própria avaliação de cada fato, assim, há diversas avaliações sobre um mesmo fato com diferentes julgamentos, valores e perspectivas, que, muitas vezes, entram em combates inconciliáveis.

Em vista disso, para Ruth Amossy, “a polêmica, é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios da sociedade mais ou menos importantes a uma dada cultura” (2017, p. 49). A polêmica, então, supõe um contradiscurso antagônico, o qual é baseado na exposição de uma determinada tese, da sua demonstração, como também compreende a refutação da tese contrária, chegando, algumas vezes, ao ponto de desqualificá-la. De fato, é evidente que, para que seja de fato uma polêmica, não basta apenas existir uma declaração que seja contrária ao argumento do outro, é necessário que exista uma tomada de posição de fato que chame o outro a se manifestar e a refutar os argumentos do adversário. Cabe ressaltar que, segundo Amossy (2017), é na circulação do discurso que a polêmica se constrói como um conjunto de confrontos sobre uma questão social. Assim, ao perpassar simultaneamente por um espaço público, todos contribuem para a construção da polêmica sobre um determinado interesse público.

Dessa maneira, podemos concluir que as especificidades da polêmica assumem o campo da argumentação por conta de seu caráter conflituoso, realizando os seus próprios movimentos: a dicotomização, a polarização e a desqualificação do outro. Por dicotomização, Amossy (2017) entende como o que leva a colocar as posições em um confronto que não pode ser reduzido, impedindo uma compreensão mútua. A partir desse fenômeno, gera-se a polarização, colocando os sujeitos da polêmica em campos adversários, com uma divisão bem demarcada e com valores opostos. A dicotomização e a polarização resultam, por diversas vezes, em uma desqualificação do outro, no qual a sua imagem é desacreditada, podendo chegar até o nível de diabolização, encarnando o adversário como a face do próprio mal.

A perspectiva de Ruth Amossy é, de fato, extremamente produtiva e interessante e possui um imenso destaque no campo da argumentação. Contudo, a análise proposta por esse estudo tem como base a ADA, que está ligada diretamente à perspectiva dialógica a partir da *Filosofia do ato* e seu encontro com a Nova Retórica.

Olhar a polêmica sobre um viés dialógico é conseguir um nível de compreensão sobre o que de fato aconteceu ao ser proferido o enunciado polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*. De antemão, é fundamental que se compreenda quem é o sujeito que profere esse enunciado e qual lugar ele ocupa na sociedade. Damares Alves, sendo, na época, ministra da Mulher, Direitos Humanos e Família, advogada e pastora, influenciou diretamente toda a constituição da polêmica, visto que ela sempre deixou claro os valores que carregava, que correspondiam a uma parcela tradicionalista da sociedade brasileira.

O embate dessa polêmica caminha pela disputa entre os campos antagônicos discursivos. A disputa se dá entre aqueles que defendem os valores tradicionais, tais quais os de Damares Alves, e aqueles que são contra o que esses valores carregam e o discurso que eles se tornam. Representante desse último grupo, a comunidade LGBTQIA+ e apoiadores, que possuem valores opostos ao da ex-ministra, iniciou uma réplica ao enunciado polêmico em questão, tornando-o um evento polêmico, noção que será tratada na próxima subseção.

Dessa maneira, sob a ótica da ADA, a noção de polêmica é vista como um desacordo profundo que se manifesta argumentativamente por meio da polarização, cujas características particulares delineiam-se no processo argumentativo concreto (Nascimento, 2018a).

Assim, é importante, destacar que o ser humano é um ser dialógico e por isso dialoga, mas não apenas no sentido comum da palavra, mas também com a presença do desacordo, do dissenso e da polêmica. Sendo assim, a polêmica deve ser vista como uma constituição natural do ser humano, que precisa ser estudada, aprofundada e entendida, não somente no sentido vulgar da palavra, mas também dentro do campo das Ciências Humanas.

Nascimento (2018, p.175) afirma que:

Nessa ordem axiológica polemizante, o movimento que o sujeito faz não é outro senão o movimento de empatia ativa, porque de alguma maneira o sujeito sai em direção do outro e lá percebe que há valores que ele ama ou odeia; afinal, por maior que seja a polêmica, o fato de se estar falando sobre o tema, há aí algum nível de acordo mínimo, nem que seja o acordo sobre o fato de que os sujeitos polêmicos em nada acordam.

Partindo dessa afirmação a partir dos pressupostos bakhtinianos, Nascimento (2018^a) reafirma a ideia de que os seres humanos são dialógicos e que as atividades languageiras, contidas nas esferas de ação, podem evidenciar acordos e desacordos a depender da situação – nisso se inclui o discurso tradicionalista e o discurso LGBTQIA+. Na sociedade contemporânea mundial e nacional, há uma pluralidade de culturas, religiões, tradições e crenças convivendo entre si.

Quando nos referimos ao discurso tradicionalista brasileiro, incluímos também o discurso religioso e abordar religião no Brasil não é algo fácil. Apesar de ser um país majoritariamente cristão, há inúmeras vertentes do cristianismo, o que dificulta a discussão do tema no nosso país. O catolicismo ainda é majoritário ao se falar de religião aqui, porém, esses números vêm caindo cada vez mais porque a religião católica vem perdendo adeptos para o protestantismo, e essa é uma das nossas questões. A religião protestante vem ganhando força dentro da nação brasileira e também dentro da política. Inúmeros políticos têm se declarado adeptos da religião protestante como uma forma de *éthos* discursivo, ou seja, como sua imagem, agregando a busca pelos valores tradicionais cristãos dentro do cenário político brasileiro.

Ao relatarmos sobre o discurso LGBTQIA+ brasileiro, entramos diretamente em embate com o discurso tradicionalista, afinal, esse discurso em questão lida com as amarras que carregam os valores tradicionalistas cristãos. Sendo assim, quando falamos de discurso tradicionalista e discurso LGBTQIA+ em um mesmo cenário, falamos de dissenso e polarização, isto é, falamos de polêmica.

Posto isso, a noção de polêmica teorizada por Nascimento (2018a) é sublime para lidar com o nosso objeto de pesquisa, pois:

[...] essa noção de polêmica a partir dessa perspectiva, permite pensar no fato de uma pessoa ao amar determinados valores, pode considerá-los tão altos que não se presta atenção nas possíveis contradições nos bens, pessoas, grupos ou procedimentos que portam aqueles valores [...]. O contrário acontece quando se vislumbra um valor odiado, a tendência é não reconhecer que há de positivo

no portador do valor negativo, há uma indisposição afetiva (Nascimento, 2018a, p. 202)

Partindo do que já foi colocado, é possível afirmar que os seres humanos vivem em um mundo axiológico, e, vivendo nesse mundo, também respondem aos seus valores. A partir disso, podemos compreender que os movimentos axiológicos e os posicionamentos valorativos – e as respostas a eles – são características importantes do dialogismo dentro da polêmica. À vista disso, conseguimos notar que há uma relação de simpatia e antipatia, contudo, é necessário salientar que o sentimento gerador da polêmica vai estar ligado ao objeto valorativo e não ao indivíduo em si. Assim, polemizar é um ato ético (Nascimento, 2018a). Sob esta ótica, entendemos que a polêmica é um desacordo profundo de valores entre sujeitos em respeito a uma questão essencial dentro de uma relativa comunidade.

2.4.2 Evento polêmico

A noção de evento polêmico é a segunda noção elaborada por Nascimento (2018a) dentro da ADA. Ela será apresentada por nós segundo o limiar do *corpus* selecionado para a nossa pesquisa. Dessa forma, caminharemos pelos fios que são tecidos a partir do enunciado *Menino veste azul e menina veste rosa* e a sua constituição enquanto evento polêmico.

Como posto anteriormente, os seres humanos são seres polêmicos, isto é, eles respondem a valores, tornando-se seres axiológicos. Dessa maneira, conseguimos entender que os olhares valorativos de um indivíduo o guiam durante a sua trajetória, fazendo com que suas escolhas sejam pautadas em suas crenças, tradições e valores, de acordo com a comunidade na qual estão inseridos, como também baseado na esfera de ação que atuam.

Para Nascimento (2018a, p. 204), “[...] o evento polêmico é o encontro de posicionamentos polêmicos, fundantes de dois campos discursivos antagônicos, responsáveis por atualizar entidades de outras polêmicas, ao disputarem os sentidos de um mesmo objeto do discurso em um dado cronotopo”. Assim, ao nos aproximarmos do nosso objeto através do olhar da noção de evento polêmico, conseguimos compreender como a polêmica em torno do enunciado trabalhado se constitui. *Menino veste azul e menina veste rosa* tornou-se um evento polêmico, pois é principiador de dois campos discursivos, campos esses que são antagônicos. A análise desse evento é de suma importância para a sociedade brasileira, visto que traz à tona diversas nuances que tocam questões sociais do nosso país. A polêmica estudada aqui funda-se em dois campos discursivos totalmente antagônicos, os quais possuem valores

completamente adversos. De um lado, a parcela tradicionalista brasileira – representada por Damares Alves – e do outro a comunidade LGBTQIA+ e seus apoiadores – que lutam contra muitos posicionamentos tomados por aquela parcela, pois influenciam diretamente na constituição desses indivíduos enquanto sujeitos.

Sobre os campos discursivos, Nascimento(2018a) afirma que “o campo discursivo é formado de posicionamentos numa tensão interna e externa com outros posicionamentos. Posicionar-se e assumir uma posição valorativa em relação a um fato, uma verdade ou um valor [...]” (Nascimento,2018a, p. 206). Dessa maneira, a investigação sobre o *corpus* se dá em torno do aparecimento dos campos discursivos que são formados a partir de posicionamentos.

Para uma melhor compreensão do que de fato é um evento polêmico, faz-se necessário nos mantermos atentos às suas características. A primeira delas é que, para que de fato exista um evento polêmico, necessário é preciso que haja um encontro de dois posicionamentos sobre um dado objeto, que têm de ser antagônicos, derivados de uma polarização em dois campos discursivos também antagônicos, que são resultado de uma manifesta rejeição dos valores do outro (Nascimento, 2018a).

A segunda característica é a presença de uma maneira divergente entre os campos discursivos da forma de lidar com a hierarquização dos valores e posicionamentos. Já a terceira característica diz respeito à atualização de entidades dentro da polêmica geradas por outras polêmicas, visto que uma característica própria da polêmica é o caráter reciclável e migratório, ou seja, uma polêmica trará para si outras, atualizando-as (Nascimento, 2018a).

Assim, podemos afirmar que a relação entre os campos discursivos em um evento polêmico se dá de maneira constitutiva, ou seja, ele se constitui em relação ao outro. Isso ocorre porque o posicionamento de um grupo parece absurdo para o outro, justamente pelo fato dele ser o contrário, isso revela uma rejeição ao valor do outro.

Sendo assim, é importante dizer que todo evento polêmico gera atos polêmicos, visto que são através desses que há uma análise singular e minuciosa da polêmica. Dessa forma, os atos polêmicos são definidos como “[...] os acordos, os argumentos, as estratégias argumentativas e os posicionamentos mobilizados no processo argumentativo imantados pelo evento polêmico” (Nascimento, 2018a, p. 209).

Em vista disso, concluímos que o evento polêmico é constituído por atos polêmicos, pois “[...] a noção de ato polêmico se dá no nível dos argumentos e de suas estratégias argumentativas” (Nascimento, 2018a, p. 209), logo, a noção de ato polêmico é dada por meio de uma visão dialógica, segundo a relação interdiscursiva que está ligada aos posicionamentos polêmicos que se atualizam de maneira constante. Diante disso, a declaração proferida pela até

então ministra Damares Alves é um evento polêmico, pois há uma oposição de discurso marcada por campos discursivos antagônicos. Dessa maneira, a pesquisa em questão utiliza o *corpus* selecionado para analisar o evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*, compreendendo como ocorre o funcionamento da polêmica, quais são os campos discursivos antagônicos e os seus valores, como também quais os atos polêmicos utilizados nesse processo.

3 OS CAMPOS DISCURSIVOS E O EVENTO POLÊMICO

3.1 COMO SE CONSTITUI OS CAMPOS DISCURSIVOS DENTRO DO EVENTO POLÊMICO?

No decorrer dos últimos anos, o cenário político brasileiro tem se tornado ainda mais “acalorado” no que se refere a se tornar palco de diferentes disputas sociais, como é esperado de um país que segue o modelo da democracia liberal. É sob essa perspectiva que conseguimos observar que diversas polêmicas estão vindo à tona no espaço político do nosso país, fazendo com que valores diversos, e que divergem, se choquem em meio a esse cenário.

Ao falarmos sobre a esfera do poder político, é preciso reconhecer que ela está situada no espaço público. Dessa maneira, é importante reconhecermos que:

[...] há dois sentidos para o termo público: o primeiro está ligado à sua aparência, portanto, diz respeito à sua visibilidade e audibilidade como condição de existência. [...] O segundo sentido do termo público é que ele é comum enquanto construção humana que junta e separa os seres humanos em suas relações. Isso diz respeito às teias de relações humanas, de maneira que conviver no mundo é ter coisas que se interpõem entre os homens [...]. (Nascimento, 2018a, p. 242)

Sob essa ótica, é possível notar que tanto os movimentos LGBTQIA+ quanto os tradicionalistas disputam espaço e visibilidade no que diz respeito aos seus valores, ideias e ideais, lutando pela percepção e reconhecimento das suas identidades no espaço público brasileiro. Ao observar essa disputa, reconhecemos que há diferentes campos discursivos que disputam a sua visibilidade dentro do evento polêmico estudado.

Ao abordarmos o espaço público, estamos nos referindo a um lugar baseado na ação coletiva, organizada pelos cidadãos em relação às questões de caráter público. Sendo assim, a política e as suas disputas dentro desse espaço baseiam-se nos princípios da liberdade, da ação conjunta, da igualdade e da comunicação (Nascimento, 2018a). Considerando esse fato, podemos afirmar que o espaço público é o lugar no qual os discursos se tornam possíveis, ou seja, é nesse espaço que os cidadãos dialogam e suscitam as respostas um aos outros em um movimento dialógico, criando um espaço de apresentação e discussão de valores, como também dos problemas públicos sociais, formando relações discursivas.

Visto que o *corpus* de estudo do nosso trabalho emerge do cenário político brasileiro, é necessário entender o que é *política*. Entendemos como política o “[...] domínio de prática

social em que se enfrentam relações de força simbólicas para a conquista e a gestão de um poder, ela só pode ser exercida na condição mínima de legitimidade adquirida e atribuída” (Charaudeau, 2018, p. 79). Em vista disso, entender como funcionasse organiza a política se faz fundamental para entender o funcionamento dos campos discursivos que emergem do evento polêmico em questão, pois, para “fazer política”, é necessário mostrar que se crê naquilo que é defendido, como também persuadir os indivíduos a partilharem dos mesmos valores em questão. No nosso contexto, para entendermos o funcionamento e a constituição dos campos discursivos que emergem do evento polêmico em questão, *Menino veste azul e menina veste rosa*, é importante compreender o período no qual ele está inserido: o mandato de Jair Bolsonaro (2019 – 2022), um dos governos nos quais mais emergiram polêmicas em nosso país.

O governo de Jair Bolsonaro foi marcado por uma série de políticas e acontecimentos que impactaram significativamente os diversos aspectos da vida política, econômica e social do nosso país. Marcado por constantes disputas com o Judiciário e o Legislativo, Bolsonaro teve um governo caracterizado por um discurso conservador, extremamente alinhado com a direita política e com o uso intensivo das redes sociais para a comunicação direta com os seus apoiadores. Nesta pesquisa, o evento polêmico que nos interessa está situado ainda no início do seu mandato. Ele emergiu através do enunciado polêmico de Damares Alves, à época ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, que teve um vídeo divulgado nas redes sociais, em 2019, no qual comemorava o que chamou de “nova era”.

Esse vídeo nos levou a supor que ele foi produzido após a cerimônia de posse de Damares como ministra em 2 de janeiro de 2019. É importante trazer à tona que, durante a transmissão da cerimônia, a então ministra já havia declarado em seu discurso de posse que “menina será princesa e menino será príncipe”, conferindo um caráter binarista à sua fala. Após a divulgação desse vídeo, uma série de reações tomaram grandes proporções nos meios digitais. As cenas foram amplamente replicadas em diversas plataformas, como *Facebook*, *YouTube*, *Twitter* e *Instagram* – as redes sociais mais populares no Brasil – acumulando milhões de visualizações e compartilhamentos. Nos comentários dessas publicações, é possível observar tanto defensores do enunciado de Damares quanto críticos que não concordam com seu posicionamento.

Dito isso, selecionamos para compor o nosso *corpus* vídeos contidos na plataforma digital do *Youtube* que tivessem relação direta com o evento polêmico estudado. Dessa maneira, para estudar minuciosamente esses vídeos, tomamos como base o conceito de espaço público digital, visto que eles se inserem em meios digitais e funcionam de maneira diferente daqueles que circulam no espaço público físico. Desse modo, quando nos referimos ao espaço público,

tomamo-lo “[...]como um lugar de interação discursiva, em que é possível analisar a produção, a circulação e a recepção de discursos em que os sujeitos online buscam participar, de algum modo, da vida pública, e mais especificamente política” (Seixas; Nascimento, 2021, p. 2402).

Com isso, ao estudarmos o nosso *corpus*, conseguimos compreender que existem dois campos discursivos antagônicos, os quais nomeamos de campo tradicionalista e campo afetivossexual reformista. Para compreender, organizar e nomear esses campos, é necessário lançar mão da noção de espírito trazida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a qual diz respeito aos valores que são cultivados pelos sujeitos e os lugares que são mobilizados durante a argumentação. Por conseguinte, os campos discursivos aqui estudados são caracterizados a partir do espírito clássico e do espírito romântico através da redução dos lugares que são acionados no evento polêmico em questão. Seguindo Nascimento (2018a), assumimos que o tradicionalista corresponde ao primeiro espírito e o reformista ao segundo.

Logo, o primeiro campo em questão corresponde aos valores conservadores e religiosos mais tradicionais, denominando-o como tradicionalista, já o segundo campo vai corresponder aos valores da comunidade LGBTQIA+ e dos seus apoiadores, como a comunidade feminista, denominando-o de afetivossexual reformista. Nas próximas subseções, nos dedicaremos a compreender a polêmica dentro da política e explicar os valores que compõem os dois campos discursivos que emergem através do nosso objeto de estudo.

3.1.1 A polêmica como estratégia política

A política não existe de forma isolada, sendo necessário reconhecer que ela é reflexo dos desejos, ambições e receios da nossa sociedade. Dessa maneira, é compreensível que, em um Congresso plural, existam políticos que defendam ideias e valores que são antagônicos, pois “O Congresso é, por definição, diverso e contraditório” (Nunes; Traumann, 2023, p. 178). A partir dessas colocações, questionamos: há uma expansão da política para o cotidiano ou há uma expansão do cotidiano para a política? Ao analisarmos o cenário político brasileiro, respondemos: depende de qual lado da moeda estamos observando. Quando reconhecemos que a política é um espelho da nossa sociedade, também reconhecemos que os valores em disputa dentro do campo político também estão em disputa no seio da nossa sociedade.

Sendo assim, o que ocorre na política brasileira é uma ação maior que reforça a polarização extrema fazendo com que a identidade política passe a ser o reflexo de opiniões sobre temas como direitos de gênero, sexualidade, liberdade de expressão e, consequentemente, o futuro do Brasil (Nunes; Traumann, 2023); e a polêmica passou a ser utilizada como estratégia

política. A partir disso, compreendemos que a política e os políticos são um sistema complexo baseado em vivências e experiências. Com a evolução dos meios de comunicação junto à sociedade, a política passou a seguir os moldes geridos pelas redes sociais, dessa maneira, reconhecer-se em uma figura atuante nos meios digitais passou a ser essencial para a escolha do seu candidato preferido e, consequentemente, o seu voto (Innerarity, 2017).

Analisando o nosso objeto de pesquisa, compreendemos como essa dinâmica funciona. O enunciado *Menino veste azul e menina veste rosa*, ao ser proferido pela Damares Alves, que naquele momento ocupava o cargo de ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, causa uma grande polarização, gerando um dissenso sobre o que foi proferido por ela. Esse fenômeno ocorre, pois, a polarização deixa as pessoas cada vez mais radicais em suas visões e cada vez menos dispostas a buscar acordos, gerando desacordos profundos – a polêmica.

A “calcificação política” (Nunes; Traumann, 2023) é uma das grandes responsáveis por transformar a polêmica em uma das estratégias políticas mais utilizadas na nossa sociedade atual. Isso ocorre, porque a calcificação vai além da polarização. Enquanto essa significa uma maior distância entre os valores, ideais e pontos de vista, aquela significa uma menor disposição em romper com o seu grupo, com seus valores, ideais e ponto de vista, minando as chances de flutuações entre campos discursivos, solidificando a sociedade – calcificando-a.

Assim, a identidade política torna-se um pertencimento do qual os sujeitos não podem abrir mão, pois, para eles, isso seria uma espécie de perda de uma parte essencial do que dá sentido à sua vida, porque “a posição política passou a ser parte da identidade de cada um e o seu diferencial em relação ao outro” (Nunes; Traumann, 2023, p. 14). Isso demonstra que vivemos em uma sociedade calcificada (Nunes; Traumann, 2023), entendida como uma sociedade na qual os indivíduos possuem incapacidade de ouvir, respeitar e tolerar outros pontos de vistas, o que pode acabar minando os princípios democráticos, transformando-a em uma sociedade que não favorece diálogos construtivos, fazendo com que a governança se torne mais difícil e repleta de impasses políticos, visto que ela é construída por meio de polêmicas.

Mesmo diante de todas essas nuances, por que a polêmica é usada como uma estratégia política? A resposta aponta para três palavras: visibilidade, poder, comoção. Vivemos na era digital, o que faz com que toda e qualquer notícia viralize muito rápido nas redes sociais, principalmente as polêmicas, trazendo uma enorme visibilidade para os envolvidos. Consequentemente, visibilidade é poder na era digital e poder é essencial para relações políticas, chegando assim à comoção das massas. Os conflitos interiores passaram a ser pontos chave para escolhas políticas, o “eu” torna-se um ser crucial, a polêmica causa comoção e influencia as emoções dos sujeitos. Assim, usar polêmicas como estratégia política aumenta a

chance de adesão do auditório, pois “o espaço público não se revitaliza ao ser mantido afastado das emoções, e sim quando se volta a politizar e a democratizar os sentimentos” (Innerarity, 2017, p. 108-109).

Dessa maneira, podemos concluir que a política é um jogo de interesses instáveis, pautado no reflexo da nossa sociedade, passível de mudanças. Assim, a política é como um jogo de cartas, ganha não apenas aquele que sabe jogar, mas quem possui habilidades para lidar com situações adversas. Não basta apenas reconhecer as regras do jogo, é preciso moldá-las ao seu favor. Nas próximas subseções nos concentraremos no funcionamento dos campos discursivos em disputa na polêmica aqui estudada.

3.2 CAMPO TRADICIONALISTA

Para compreender o porquê de *tradicionalista* é necessário explicarmos o que o difere do *reformista*. O tradicionalista e o reformista são reduções dos lugares que correspondem ao espírito clássico e o espírito romântico abordados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Esses espíritos lançam mão dos lugares mobilizados na argumentação, contudo, é necessário observar que a escolha desses lugares pode depender diretamente da esfera de atividade da oposição, como também da ação e da maneira com que se deseja encadear as relações.

De acordo com as elaborações contidas no *Tratado* (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005), aquilo que é universal e eterno, que é racional, estável, duradouro e o que interessa a um maior número são valores do espírito clássico. Já aquilo que é considerado novo, original, único, distinto e marcante na história, corresponde ao espírito romântico. Assim:

Às virtudes clássicas de veracidade e de justiça, o romântico oporá as de amor, de caridade e de fidelidade, se os clássicos se apegam aos valores abstratos, ou ao menos universais, os românticos preconizam os valores concretos e particulares; à superioridade do pensamento e da contemplação, preconizada pelos clássicos, os românticos oporão a ação eficaz (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 111).

A partir dessas contribuições, entendemos que o tradicionalista se esgueira através do tradicionalismo – palavra que deriva de *tradição*, do latim *traditio* – *onis*, transmissão de conhecimentos; assim, podemos entendê-la como o apego às tradições. Quando pensamos em tradicionalismo, podemos colocá-lo em um leque de situações e valores. Apesar de estarmos situados em uma sociedade moderna, os ideais tradicionalistas estão cada vez mais presentes

nela, mas é só nos apoiarmos na história para entender que esses ideais vêm se esgueirando pouco a pouco na sociedade desde o surgimento do movimento iluminista no século XVIII:

No entanto, é possível que muito disso não seja tão novo quanto parece. [...] Os valores do Iluminismo vêm sendo questionados desde que foram propostos pela primeira vez, e o liberalismo sempre teve seus adversários. O que parece ter acontecido é que durante muitas décadas, a resistência ao liberalismo e aos valores do Iluminismo foi ignorada. [...] o domínio absoluto do consenso liberal-iluminista, aparentemente acabou. Como resultado, o Tradicionalismo, já não é marginal; ao contrário, está se transformando cada vez mais em vanguarda (Sedwick, 2020, p. 15-16).

Dessa forma, entendemos que os acontecimentos políticos e sociais que marcaram os últimos seis anos não são novos, eles se encontram em sintonia com movimentos do início do século XX. Contudo, eles não apenas se reduzem à reprodução das ideologias desses movimentos, podemos observar algo de novo na tendência tradicionalista do nosso país: as posições políticas – que são estratégicas – ocupadas pelos políticos brasileiros. Esses colocam em prática toda uma habilidade articulatória, promovendo uma aliança entre o nacionalismo, o populismo e o tradicional, ocasionando uma explosão e engajamento para com esse movimento articulatório.

Para compreender melhor esse cenário, é preciso nos voltarmos para o “nascimento” do movimento tradicionalista na França – final do século XIX. É importante compreender que os valores do movimento Tradicionalista surgiram através de três eixos: a Modernidade, o Materialismo e o movimento Iluminista. Colocar sob suspeita e combate todos os valores e instituições ligados à modernidade foi a principal dinâmica durante o final do século XIX. Podemos afirmar que o Tradicionalismo aposta sempre no que é atemporal e transcendente, ou seja, os valores pautados por essa tendência podem ser aplicados e replicados em quaisquer épocas, desde os tempos mais remotos até as sociedades mais modernas. É interessante pensar que os adeptos desse movimento, durante os séculos, sempre se reuniram em sociedades secretas, transcendendo aos poucos, como uma erva daninha que toma conta de um campo inteiro, devagar, mas em ritmo constante. Assim, o tradicionalismo afirma e valoriza as ideias de hierarquia social, superioridade de raça, pureza, misoginia, condena o materialismo e o liberalismo e recorre aos valores cristãos – que desde o início é visto como ideal (Sedwick, 2020).

A tríade tradicionalismo, religião e conservadorismo anda de mãos atadas no cenário político brasileiro, principalmente quando falamos da política de direita e a reacionária. Dessa maneira, os valores agregados a essa moção são pertencentes a um mesmo campo discursivo,

pois carregam e transcendem da mesma base ideológica. Assim, nas próximas subseções, demonstramos como ocorre a mobilização dos valores dentro do campo discursivo tradicionalista.

3.2.1 O discurso religioso

Para entendermos o campo tradicionalista dentro da polêmica estudada, é necessário compreender o que é o discurso religioso, os seus valores e como ele é moldado pelos sujeitos. Ao nos referimos ao discurso religioso, é importante estarmos cientes de que ele não é uma coisa única, que se comporta da mesma maneira em todos os lugares, sendo possível entendê-lo somente de acordo com o local no qual está situado. Dessa maneira, afirmamos que há inúmeros discursos religiosos, pois há diferentes posicionamentos, atos e discursos diferentes dentro dessa mesma esfera, dependendo do sujeito envolvido e do local onde está situado.

A partir disso, compreendemos o discurso religioso como o fenômeno religioso que se manifesta em um espaço singular. Essa manifestação não deve ser feita a partir de uma religião específica, mas do que é tematizado e dos sentidos religiosos utilizados por um determinado grupo de pessoas, que muitas vezes não são religiosas (Nascimento, 2018a). Dessa maneira, o discurso religioso vai além da assimetria na relação entre o locutor e o ouvinte, pois o locutor – Deus – está no plano espiritual, enquanto o outro está no plano temporal.

Assim, esse discurso faz uma apropriação do “discurso de Deus” para diversos fins. Em nosso *corpus*, conseguimos observar isso como uma *sacralização do discurso político* (Fiorin, 2013), pois notamos uma estreita relação entre o político e o religioso na qual os sujeitos dos vídeos analisados se apropriam de valores religiosos para “fazer política”, no caso, apoiar e defender Damares Alves, validando o seu discurso por meio de valores religiosos. Neste movimento de sacralização, observamos a figura do político como um pensador, alguém genial que não possui defeitos; assim, o seu discurso é tido como verdadeiro, sendo o único a defender uma boa causa. Observamos esse fenômeno, juntamente com a questão da de gênero posta por Damares e apoiadores, é uma ideologia, ou seja, é tido como verdadeiro, sendo a palavra identidade posta fora do jogo.

Dito isso, ao abordarmos o tema da religião no território brasileiro é necessário lembrarmos que o Brasil é laico, característica de Estados não confessionais, que adotam oficialmente uma ou mais religiões. A laicidade assegura a separação entre o Estado e a Igreja, garantindo que exista a proteção de crença e as liberdades religiosas. Apesar da laicidade do Brasil, durante as últimas décadas, observa-se cada vez mais o uso do enunciado “o Estado é

laico, mas não é ateu”. Esse enunciado ocorreu em cenário político a primeira vez em Fortaleza⁴ e foi usado pela primeira vez por militantes religiosos em vários eventos durante a campanha eleitoral de 2012. Além disso, foi utilizada frequentemente por diferentes grupos cristãos com a intenção de estender os valores morais e religiosos à sociedade através da política com pautas que, em diversos momentos, ferem a pluralidade garantida pela Constituição brasileira.

O discurso religioso atrelado ao político não é algo recente na política brasileira, e vem sendo incorporado aos poucos no cenário político do nosso país desde a Era Vargas (1930-1945), período no qual o presidente possuía uma estreita relação com a Igreja Católica, o que abriu caminhos para a incorporação de políticos religiosos com a intenção de agregar a religião com a política no Estado (Freston, 1993). Essa tentativa de implantação de uma “política religiosa” no Brasil ganhou ainda mais força com a implementação da FPE no ano de 2003, mas foi no ano de 2012 que ela começou despontar com maior força.

Foi nas eleições de 2012, no estado do Ceará, que observamos o quão forte a religião pode ser dentro da política. Esse estado é o segundo mais católico do nosso país e conta com três importantes polos de peregrinação. O pontapé inicial para as grandes ondas religiosas-políticas no nosso país deu-se no dia 08 de agosto de 2012, no qual católicos, evangélicos e espíritas reuniram-se para o lançamento do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto –, que foi apresentado como suprapartidário e supra religioso. Na época, o dirigente do movimento enfatizou que o objetivo principal era o registro de candidaturas “pró-vida”.

Assim, ao observar os movimentos político-religiosos que ocorreram e ocorrem no nosso país, conseguimos notar que há duas principais vertentes de discursos religiosos no cenário político do nosso país: o discurso religioso evangélico e o discurso religioso católico. Por isso, faz-se necessário discutir cada um deles para de fato compreender o funcionamento do campo tradicionalista dentro do nosso evento polêmico.

3.2.2 A história do Cristianismo: como evangélicos e católicos chegaram ao Brasil?

A análise dos discursos religiosos no Brasil requer um mergulho histórico e sociológico para compreender o que de fato moldaram o cenário atual. O Cristianismo, nas suas diversas manifestações, desempenhou um papel central na formação cultural e política do Brasil,

⁴ <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/12/marcha-contra-o-aborto-entra-no-calendario-oficial-em-fortaleza.html>

articulando valores que vão além do campo espiritual. Aqui, abordamos as principais correntes cristãs que se destacam no nosso país – católica e evangélica –, suas origens, trajetórias históricas e inserções sociais, e com isso objetiva-se compreender como esses discursos influenciam as relações de poder e as construções simbólicas no Brasil atual.

Os segmentos evangélico e católico, apesar de compartilharem a mesma matriz cristã, desenvolveram estratégias discursivas e de atuação distintas, mas em torno dos mesmos valores, refletindo as especificidades de seus contextos históricos e culturais. Enquanto o catolicismo esteve amplamente associado ao poder estatal durante séculos, os evangélicos consolidaram-se mais recentemente, alcançando uma enorme visibilidade especialmente no campo político. Ambos os grupos, no entanto, buscam reafirmar valores tradicionais e moldar a sociedade de acordo com suas perspectivas, impactando debates públicos sobre temas como família, sexualidade e laicidade do Estado.

Para compreender o discurso religioso evangélico é necessário retrocedermos à origem do protestantismo, seu contexto e como ele chegou ao Brasil. Inicialmente, a Reforma Protestante, no século XVI, representou um marco decisivo na história religiosa e social da Europa. Assim, esse movimento, impulsionado por uma complexa interação de fatores religiosos, políticos, sociais e intelectuais, teve consequências profundas para a igreja e a sociedade ocidental. Segundo Matos (2011), nos séculos anteriores à Reforma Protestante, a Igreja vivia em um contexto social e político amplo e contava com múltiplas interações. Contudo, no final da Idade Média, houve o surgimento dos chamados “estados nacionais”, que representaram uma grande ameaça às suas, e, com o surgimento dessas grandes nações, iniciou-se uma forte tensão entre a Igreja e o Estado, afastando aquela aos poucos das decisões governamentais.

O declínio do Papado se inicia com o pontificado de Bonifácio VIII (1294-1303). Conhecido por ser um papa arrogante e ambicioso, entrou em confronto direto com Filipe IV, rei da França, acerca de impostos e da autoridade papal. Após algumas ações de Bonifácio VIII que lhe irritaram, o rei enviou suas tropas e prendeu o pontífice, que faleceu um mês após sua soltura. Com isso, surgiu um intenso período de desmoralização do Papado, principalmente em decorrência das extravagâncias e luxos da corte papal, o que gerou inúmeras críticas à Igreja. Diante dessas situações, começou na Europa um movimento que pretendia reformar a corte papal.

Nesse cenário, começaram a surgir alguns movimentos dissidentes no sul da França que despertaram forte oposição da Igreja Católica. Eles tinham como objetivo popularizar o texto sagrado – que nesse período era difundido em Latim – e incentivar a pregação de leigos e

mulheres, o que causou uma ira fervorosa da instituição Católica. Nesse contexto, os primeiros movimentos contra alguns ensinamentos e práticas da Igreja começaram a surgir esporadicamente entre os séculos XIV e XV e atacavam as irregularidades do clero, as superstições, o purgatório, as indulgências, o celibato clerical e as pretensões papais. A principal reivindicação buscava oferecer a todos o direito de ter acesso às escrituras sagradas, bem como à sua leitura e às interpretações individuais.

A menção à Reforma Protestante automaticamente remete a Martinho Lutero. Diante da venda de indulgências por João Tetzel, Lutero, em 31 de outubro de 1517, fixou na porta da igreja de Wittenberg as suas *Noventa e cinco Teses* (Lutero, 1517), convidando a comunidade para debater o assunto. Logo, uma cópia das teses chegou ao arcebispo, que as enviou a Roma. No ano seguinte, Lutero foi convocado para ir a Roma responder à acusação de heresia. Recusando-se a ir, foi entrevistado pelo cardeal Cajetano e manteve suas posições. Em 1519, participou de um debate em Leipzig com o dominicano João Eck, no qual defendeu o pré-reformador João Hus e afirmou que os concílios e os papas podiam errar (Bascope, et al., 2022).

Apesar da causa ter muito apoio, a instituição católica possuía imensa força e, com isso, foi promulgado contra Lutero o *Edito de Worms*, que o levou a refugiar-se no castelo de Wartburgo, sob a proteção do príncipe-eleito da Saxônia, Frederico, o Sábio. Diante desses acontecimentos, Lutero manteve-se longe da Igreja Católica, contudo, começou a escrever, em Alemão, sua tradução das Sagradas Escrituras.

Após Lutero, diversos movimentos ao redor da Europa foram surgindo, ocasionando o que conhecemos hoje como Reforma Protestante. Seguindo esses movimentos, chegamos à Inglaterra, na qual a Reforma Protestante foi impulsionada por diversos fatores, incluindo o anticlericalismo popular e governamental, as ideias do pré-reformador João Wycliff, a disseminação dos ensinamentos luteranos a partir de 1520, a tradução do Novo Testamento por William Tyndale, em 1525, e a atuação de refugiados que retornaram de Genebra. No entanto, o passo decisivo foi dado pelo rei Henrique VIII.

O rei Henrique VIII, inicialmente católico, ganhou o título de “defensor da fé” após escrever contra Lutero. O rei era casado com Catarina de Aragão, que não lhe deu um filho. Com isso, Henrique pediu ao papa Clemente VII a anulação do seu casamento para que pudesse se unir com Ana Bolena. Porém, obteve uma resposta negativa, visto que existia um parentesco entre Catarina e o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos V. Insatisfeito, Henrique nomeou Thomas Cranmer como arcebispo de Cantuária em 1533, que, para a satisfação do rei, declarou nulo o seu casamento. Como consequência dessas ações, em 1534, o parlamento aprovou o Ato de Supremacia, desvinculando a Igreja Católica inglesa de Roma

e declarando o rei como “Protetor e Único Chefe Supremo da Igreja da Inglaterra”. A oposição a essas medidas resultou na execução de John Fisher e Thomas More, em 1535, e na extinção de numerosos mosteiros entre 1536 e 1539.

Apesar dos acontecimentos que se sucederam, Henrique VIII morreu na fé católica. Após a sua morte, ele foi sucedido por Eduardo VI (1547-1553) – seu filho com Jane Seymour – que, durante o seu reinado, implantou a Reforma na Inglaterra, terminando com as perseguições aos protestantes. Porém, Eduardo VI morreu jovem e foi sucedido por Maria Tudor (1553-1558), filha de Catarina de Aragão, que restaurou o catolicismo e perseguiu os protestantes. Após a morte de Maria, subiu ao trono Elizabete I (1558-1603), filha de Ana Bolena, sob cujo reinado a Inglaterra tornou-se definitivamente protestante. Diante disso, foi promulgado, em 1563, o Ato de Uniformidade, aprovando os Trinta e Nove Artigos da Religião e formando o Anglicanismo, que combinava elementos evangélicos e católicos na liturgia. Para além dos anglicanos, outros grupos protestantes surgiram na Inglaterra, como os puritanos, presbiterianos e congregacionais.

Não diferente do restante do mundo, o Protestantismo também chegou ao território brasileiro e vem ganhando cada dia mais adeptos. De acordo com Gusso (2001), desde o início da colonização do Brasil, a religião católica predomina no nosso país, contudo, a vinda de imigrantes protestantes para o território, a partir do século XIX, trouxe mudanças em muitas áreas, principalmente no campo religioso e político.

Sobre a denominação Protestante, é necessário estarmos cientes que ela significa, além do movimento histórico que surgiu na Europa Ocidental, formas de pensamentos e declarações de fé que vão contra as doutrinas da Igreja Católica. Assim, algumas denominações são consideradas realmente protestantes, como as luteranas, presbiterianas e a Igreja Anglicana. Dessa maneira, compreendemos que aquelas sobre a alcunha de *evangélicas* não são protestantes, pois não protestaram contra nenhuma igreja, sendo consideradas como ramificações do protestantismo.

O protestantismo entrou no Brasil como um movimento religioso apoiado por questões econômicas e políticas e se desenvolveu durante o período republicano. Inicialmente, não foi uma questão pacífica, pois tentar adentrar em um país no qual o pensamento religioso da sociedade já estava fundamentado na tradição religiosa católica desde a invasão não é uma tarefa fácil. Dessa maneira, não foi possível estabelecer o protestantismo no Brasil durante o período colonial.

Foi a partir do *Tratado de Comércio e Navegação*, em 1810, que a situação começou a ficar um pouco mais oportuna para os protestantes. Foi através da imigração, momento histórico

favorável para as boas relações sociais e econômicas, que os protestantes chegaram ao Brasil, sua maioria eram de origem norte-americana e europeia. Isso aconteceu em meados do século XIX. Foi por meio da Constituição Brasileira de 1824 que eles conseguiram espaço na sociedade, pois, segundo o Art. 5º, todas as religiões seriam permitidas com seu culto doméstico e particular, porém ainda não era permitido a construção de igrejas (Reily, 2003). Assim permaneceu até a República.

Ao observar o período de implantação do protestantismo no Brasil, percebemos que ele se estabeleceu de duas formas: através de protestantes imigrantes e por meio da conversão da população que já habitava no país; isso se deve a influência norte-americana e europeia. Dentre os grupos da época destacam-se os presbiterianos independentes, os luteranos, os menonitas, os metodistas, os batistas, os da Igreja Adventista do Sétimo Dia, os da Igreja do Nazareno e os pentecostais (Reily, 2003). Entretanto, foi apenas a partir do século XX que conseguimos notar as primeiras participações evangélicas dentro da política nacional.

Assim, segundo Freston (1993), a presença dos protestantes na política nacional, durante a Primeira República, pode ser considerada como praticamente nula, com exceção da presença de Efigênio Sales, que seria um pastor batista, e que foi deputado federal entre 1915 e 1917, além de ter assumido o governo do Amazonas em 1926, renunciando em 1929. Contudo, não foi possível comprovar oficialmente a sua religião. Aos poucos, existiram uma evolução e um interesse nas candidaturas. Durante os anos 1920, há um número considerável de candidaturas nos âmbitos estaduais e municipais, porém também existiu uma crescente desconfiança acerca das eleições, visto que ocorreram fraudes (Freston, 1993).

Na Era Vargas, surgiu uma nova oportunidade de participação, mas junto a esse fato existiu uma estreita relação entre o presidente e a Igreja Católica, tornando a situação complexa. A partir do Código Eleitoral de 1932, que instituiu a Justiça Eleitoral, o voto secreto e o voto feminino, tornou-se mais favorável a participação dos evangélicos na política, já que o número de eleitores e a organização dos pleitos tornou-se maior. Com a instituição do voto obrigatório pela Constituição de 1934, a participação na política cresceu drasticamente, já que eleger os candidatos tornou-se obrigação de todo cidadão brasileiro.

A Igreja Católica também se beneficiou com essas evoluções, pois a partir delas foi instaurado nas escolas o ensino religioso, como também a formação de uma Liga Eleitoral Católica, como uma tentativa de tornar o Estado em Católico. Com esse fato, religiosos evangélicos começaram a protestar por meio da Confederação Evangélica, que em 1932 lançou um memorial buscando exercer a laicidade do Estado. Oficialmente, o Brasil é um Estado Laico desde 1891, contudo a influência Católica sempre esteve presente no nosso país.

É a partir da década de 80 que se iniciou uma maior diversificação religiosa no Brasil. Ao contrário de outros cultos presentes no nosso país, os evangélicos e protestantes avançaram de maneira popular, passando a fazer parte do público através dos meios de comunicação – televisão e rádio – rompendo com o exclusivismo católico. Assim, como ato de consolidação dos evangélicos na política brasileira, eles se organizaram para participar da Assembleia Constituinte de 1986, como forma de colocar os seus valores contra os seus adversários – católicos, LGBTQIA+, feministas e apoiadores (Freston, 1993).

Com isso, ocorreram mudanças favoráveis para os evangélicos no cenário político brasileiro. Segundo Freston (1993), entre os anos de 1987 e 1991, o número de deputados federais e senadores protestantes foi de 36, contando titulares e suplentes que assumiram. As eleições de 1990 foram decisivas no que diz respeito ao lado político centrado pelos evangélicos: “As eleições de 1990 confirmaram a tendência, enfraquecendo as bancadas protestantes de esquerda e centro-esquerda” (Freston, 1993, p. 196). Esse fato ocorreu após a erosão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), revelando uma tendência dos protestantes a filiarem-se a partidos de direita.

A partir desse fato, a participação de políticos evangélicos cresceu cada vez mais até chegar aos dias atuais. Embora a articulação de grupos evangélicos dentro da Câmara e do Senado brasileiro seja anterior à Constituinte de 1986, apenas em 2003 a FPE tornou-se oficial, sendo composta, atualmente, por 205 deputados e 26 senadores.

De maneira geral, associam-se à bancada evangélica os parlamentares que se autodeclaram evangélicos, e, na maioria das vezes, ocupam cargos em instituições religiosas, votando de forma alinhada ao seu grupo em questões relativas à religião e aos costumes. Pela primeira vez, em 2018, grande parte do eleitorado evangélico teve voto concentrado em um único candidato à presidência do nosso país – Jair Bolsonaro – tendo um impacto bastante significativo em sua vitória (Ferreira; Fuks, 2018). Através do seu lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Bolsonaro conseguiu chegar à Presidência do Brasil com o apoio dos evangélicos. Todas suas campanhas eleitorais, propostas e Governo foram baseadas em temas que são defendidos pela FPE e por grande parte das instituições evangélicas. Dentre as pautas alinhadas pelo ex-presidente e pela FPE articulam-se a oposição contra à criminalização da violência e discriminação contra LGBTQIA+, igualdade de gênero, aborto, eutanásia e casamento homoafetivo.

Escolhida por Jair Bolsonaro como ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves já possuía um extenso percurso sendo assessora parlamentar no Congresso

Nacional por mais de vinte anos. Antes mesmo da sua posse oficial ao cargo de ministra, Damares já proferia declarações polêmicas que envolviam pautas LGBTQIA+.

Ao entender o contexto histórico da origem do Protestantismo e, posteriormente, a sua história no Brasil, conseguimos elencar e compreender os valores que esse grupo possui e carrega dentro da sua esfera de ação, também notamos aqueles valores que foram levados para o âmbito político do nosso país. Com a crescente participação de políticos que se colocam como evangélicos, como uma espécie de campanha política e partidária, os valores desse grupo tornaram-se mais ativos e presentes na sociedade brasileira, visto que agora eles possuem representantes oficiais, validando-o em outra esfera de ação.

Ao analisarmos os vídeos pertencentes ao campo tradicionalista, observamos que os valores por trás da ideologia de gênero são pautados nos valores eternos, que defendem a organização tradicional de família – homem e mulher cisgênero. Podemos observar essa característica através do enunciado de um dos vídeos⁵ do nosso *corpus*:

Porque ser mulher não é simplesmente, se eu tô me sentindo agora eu sou mulher. Não. Ah, homem agora eu tô me sentindo homem, vai virar homem, vai pronto, sou homem. Não, gente, mulher não é só falei, sou mulher, tô me sentindo mulher. Mulher tem útero, mulher tem ovário, mulher menstrua, mulher tem TPM, mulher brava, mulher maravilhosa, mulher, olha, melhor criação de Deus, né, sementou coisa melhor, guardou pra ele só, né. Isso foi feito da costela, né. Ainda só as filé mignon, vixe, meu Deus, aí ó, né. Homem, né, só, tô me sentindo, não, homem também tem testículo, tem pênis, é um corpo diferente, mulher gera, reproduz e assim consequentemente (Nemer, 2019, 05:01⁶).

Os valores evangélicos estão pautados nos textos contidos na Bíblia, e a parcela conservadora desse grupo afirma seguir as instruções e valores contidos nos textos bíblicos. Essa transfere esses valores para a sociedade atual, justificando as suas ações e opiniões como “a vontade de Deus”, afinal, para a ala conservado, ele é o “todo poderoso” – como estava presente no *slogan* do ex-presidente Jair Bolsonaro, muito utilizado durante a sua campanha de eleição no ano de 2018. Através dessas contribuições, conseguimos elaborar e compreender que os valores contidos no discurso evangélico são os valores que partem dos textos bíblicos. Dessa maneira, ao seguir as escrituras sagradas, os evangélicos defendem, em suas pautas – tanto em seu meio social quanto no meio político –, os valores tradicionais da família cristã, que incluem o modelo tradicional de família, composto por mulher e homem cisgêneros e a oposição ao

⁵ As transcrições dos vídeos foram realizadas através do RiverSide (riverside.fm/transcription), um software de transcrição on-line que usa inteligência artificial para converter áudio e vídeo em texto.

⁶ O tempo que aparece marcado nas transcrições indica o momento que se inicia a fala.

casamento homossexual, ao aborto e às pautas mais progressistas. A partir dessas considerações, conseguimos compreender quais são os valores contidos no discurso religioso evangélico, para, posteriormente analisarmos o nosso *corpus*.

Segundo Shelley (2018), se referir à Igreja Católica é voltar no tempo cerca de 2 mil anos, afinal, o cristianismo remonta a Jesus de Nazaré que, por suas obras e palavras, conduziu os homens na profissão de fé. Ao dissertar sobre a história do catolicismo, costumamos resumir os primeiros séculos sob o conceito cronológico de *Antiguidade*, o qual abrange a época entre a origem da Igreja, com Jesus de Nazaré, até o que chamado de Idade Média.

A Igreja Católica se baseia no *cristianismo*, crença em Jesus, um homem que afirmava ser enviado pelo Criador, Deus, para salvar para a humanidade. Ela surgiu como instituição organizada no final do século I e início do século II da nossa era, definido assim, como calendário cristão baseado pelo que se supõe ser o nascimento de Jesus. A influência e importância do catolicismo é tão corrente no mundo que, na parte ocidental, o calendário cristão é o oficial até os dias atuais (Comblin, 1996).

Apesar de conquistarem cada vez mais adeptos, os cristãos foram duramente perseguidos durante três séculos. Contudo, apesar de tamanha perseguição, conseguiram ser aceitos pelo Império Romano, que, até então, era o seu maior inimigo e perseguidor. Dessa maneira, o Império tornou o cristianismo a religião oficial dos romanos, proibindo outras crenças e rituais de serem praticados, nas décadas anteriores ao seu declínio.

É interessante pensar que a Igreja Católica cresceu e se consolidou no Império Romano a partir do século IV, com o Imperador Constantino, quando se começou a ser definido os ritos cristãos pelos líderes da igreja. Nessa época, existiam patriarcas e bispos espalhados no Império Romano que eram responsáveis pela ordem da igreja e a instauração da fé cristã. Os patriarcas diziam ser herdeiros dos doze apóstolos de Cristo e eram responsáveis por organizar a instituição, contudo, ao longo dos séculos, se definiu que o bispo de Roma seria o mais importante dele, nomeado de Papa – *petri apostoli potestatem accipiens*. Dessa maneira, após o estabelecimento das normas da religião cristã por meio dos concílios⁷, passou-se a afirmar que essa Igreja seria denominada como Igreja Católica Apostólica Romana.

A partir do século X, com a situação política que caracterizou a Idade Média, sem um poder centralizador que comandasse os europeus, a Igreja Católica obteve espaço para expandir o seu domínio. Assim, juntos, Estado e Igreja, impuseram uma série de regras e dogmas que

⁷ Os concílios da Igreja Católica são reuniões formais de líderes eclesiásticos para discutir e decidir sobre questões de doutrina, disciplina e prática da Igreja. Existem dois tipos principais: concílios ecumênicos (que envolvem a Igreja universal) e concílios locais (que envolvem apenas uma parte da Igreja).

todo individuo deveria seguir para merecer um lugar após a morte ao lado de Deus. Com o objetivo de fazer com que os povos merecessem o seu lugar no paraíso, a Igreja instruía os seus fiéis a não pecarem, a obedecerem aos mandamentos divinos e a fazerem caridade; essa, além de ser relacionada a ajudar o próximo, estava ligada principalmente a fazer doações para a Igreja Católica com o objetivo de gerar recursos para que ela prosseguisse na sua missão.

Grande parte da riqueza e poder da Igreja Católica estava diretamente ligada à sua capacidade de fazer com que os fiéis acreditassem nas verdades que ela pregava, muito mais do que acreditar, os fiéis deveriam temer a ira de Deus e correrem do risco de queimarem no fogo do Inferno após a morte. Assim, os nobres, como forma de pagar os seus pecados, doavam à Igreja bens materiais, como dinheiro, terras e riquezas, contribuindo para o crescimento da religião.

Porém, durante esse processo de expansão da fé católica, no século XI, ainda existiam muitas discordâncias entre os líderes da Igreja – o clero. Como consequência dessas discordâncias, ocorreu o *Cisma do Oriente*, no ano de 1054, separando a Igreja Católica de Roma e a Igreja Católica do Oriente. A discordância principal levada em questão era a adoração de imagens de santos e figuras divinas. Nesse contexto, foi fundada, pela ala oriental, a Igreja Católica Ortodoxa Grega, religião essa que existe até os dias atuais, com algumas crenças e rituais que diferem da Igreja Católica Romana (Comblin, 1996).

A história da Igreja Católica no Brasil começa com a chegada dos portugueses e sua expedição com Pedro Álvares de Cabral em 1500. Uma das grandes motivações das grandes navegações portuguesas foi o espírito missionário. Elas tinham o objetivo de evangelizar e propagar a fé católica por onde passavam, e os jesuítas e franciscanos viajavam por vários lugares do mundo com a intenção de converter as pessoas à fé católica.

Dessa maneira, podemos afirmar que o catolicismo no Brasil começa com a expedição de Cabral e seus duzentos homens que zarparam rumo ao “novo mundo”, dentre os quais estavam frades franciscanos que eram missionários e sacerdotes. Ao chegarem às terras brasileiras, o primeiro monte avistado foi denominado de “Pascoal”, como referência à Pascoa de Cristo. Assim, acreditavam ter descoberto uma ilha e a batizaram de “Vera Cruz”, mas, ao descobrirem que estavam em terras continentais, batizaram-na de “Terra de Santa Cruz”. Isso demonstra que, apesar de ser comum que a história da chegada dos portugueses ao Brasil se resume apenas ao mercantilismo, propagar a fé católica era também um dos seus principais objetivos, como Pero Vaz de Caminha deixou claro na sua carta:

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar (Caminha, [s.d]).

Como marco da religião católica no nosso país, temos, com celebração em ação de graças pelo sucesso da viagem, a primeira missa em território brasileira presidida pelo Frei Henrique de Coimbra. A documentação da época declara que os portugueses celebraram a liturgia acompanhado dos indígenas no litoral do Brasil. Nesse ponto da história, portugueses e indígenas não sabiam a língua um do outro e não entendiam a representação daquele momento e nem os próximos passos a serem tomados.

Em 1549, os primeiros jesuítas chegaram ao nosso território junto com o primeiro governador geral da colônia, Tomé de Sousa. Os missionários foram liderados por Manuel da Nóbrega e tinham como principal missão catequizar os indígenas, preservar e expandir a Igreja Católica no Brasil colonial. Durante sua atividade, os jesuítas enfrentaram problemas com a comunicação, pois não falavam a língua nativa dos habitantes do Brasil, por meio do contato com a língua Tupi, surgiu uma “língua geral” que misturava a língua Portuguesa e o Tupi, tornando-se a mais falada no litoral brasileiro.

Os jesuítas tiveram um papel crucial na vida dos povos indígenas no Brasil. A partir do momento que os missionários passaram a civilizar e catequizar os indígenas segundo os moldes europeus, uma grande resistência, por parte dos povos nativos do Brasil foi criada, o que começou a dificultar a escravização desse povo. Essa ação levou a Coroa portuguesa instituir leis que permitissem a escravização dos indígenas apenas em casos de guerra, quando os nativos atacassem os portugueses e fez com que os portugueses buscassem novas alternativas: o tráfico dos povos africanos para serem escravizados.

A postura defensiva dos jesuítas resultou na perseguição da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal, que nutria o sentimento de ódio pelas ações dos missionários. Assim, ele proibiu a presença dos jesuítas em territórios brasileiros, resultando na prisão e até na condenação à morte dos que se recusavam a sair. Essa atitude de Pombal teve um impacto significativo no catolicismo e no desenvolvimento da colônia brasileira. Dentre as principais consequências, estão a inexistência de um sistema escolar no Brasil por oitenta anos, a interrupção das missões de evangelização, o retorno da escravidão indígena e a morte de

diversos sacerdotes que resistiram à ordem do marquês. Contudo, mesmo diante dessa situação, a reposta dos jesuítas foi de resistência e defesa de suas crenças e missões (Neto; Maciel, 2008).

Durante o período monárquico, a Igreja instaurou o padroado: direito concedido pelos papas aos reis de Portugal de administrar os assuntos religiosos nas terras ultramarinas, iniciado no século XV com a expansão portuguesa. A partir desse sistema, os reis organizavam e sustentavam a Igreja em territórios além-mar. Essa ação foi motivada pela falta de recursos da Igreja para suas atividades evangelizadoras, através dela era permitido que o rei arrecadasse dízimos, construísse igrejas, enviasse missionários e sustentasse esses empreendimentos. No entanto, os reis portugueses, e, posteriormente, os imperadores brasileiros, abusaram desse poder, interferindo indevidamente em assuntos eclesiais, prática conhecida como regalismo.

A queda da monarquia marca uma virada crucial no Brasil, tanto em questões religiosas quanto socioeconômicas, pois, nesse momento, o Estado rompe os laços com a Igreja e deixa de tê-la como religião oficial. Tornando-se um Estado laico, o Brasil descartou tradições e símbolos que ergueram a nação brasileira, substituindo-os pelo culto à ciência e ao progresso. Assim, o culto público foi perdendo espaço nos novos governos e deixou de estar presente nos eventos importantes da nação.

Entretanto, de acordo com Silva (2019), a inserção do princípio de laicidade no Estado brasileiro pela Constituição 1891 não resultou em um afastamento radical das principais instituições políticas e religiosas do país, pois é preciso considerar que, durante todo o século XX, a Igreja Católica recebeu privilégios por parte do governo e preservou sua condição de ator político no Brasil. Assim, essa instituição ajudou a configurar todo o cenário que conhecemos atualmente, ampliando diversos seguimentos sociais, mesmo aqueles ditos não religiosos.

Dentro do campo político brasileiro, ocorrem muitas iniciáticas movimentadas por religiosos católicos. Entre os mais importantes, estão as do Movimento de Ação Católica (nos anos 60 e 70) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (nos anos 80), a mobilização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987), a criação do Movimento pela Ética na Política em 1992 e do Movimento de Ação da Cidadania contra a Fome e Pela Vida (1993-1995); e a escolha do tema Fraternidade e Política para a campanha anual da CNBB no país (Alves, 2010). Assim, conseguimos observar que a comunidade católica sempre se movimentou com o propósito de transformar a cultura política.

Em muitos desses momentos, a política confunde-se com a moral religiosa, transformando-a em missão evangelizadora com propósito de “beatificar o mundo”, pois, a voz e a presença de segmentos tradicionalistas católicos na vida e na política pública são de fato

muito recorrentes. Existem muitos grupos e segmentos que pretenderam, e pretendem, defender os valores tradicionais da Igreja, nação e família, contra ameaças externas – o comunismo, o relativismo, o marxismo cultural e ONGs.

Assim, é possível afirmar que a Igreja Católica que adentrou o século XX caracterizou-se por uma forte recentralização. Com o estabelecimento do Estado laico, as esferas eclesiásticas notaram que seria necessário obter novas estratégias para manter o domínio religiosos no Estado e na sociedade, buscando influenciar as decisões políticas e sociais por meio da formação de uma elite intelectual católica.

Apesar do grande crescimento da adesão ao Protestantismo, o Catolicismo ainda é a religião mais professada no Brasil. Contudo, os dados indicam uma diminuição percentual, uma vez que, em 1910, 90% dos brasileiros tinham o catolicismo como sua religião, porém, no ano de 2010, esse número caiu para 68% (Silveira, 2015). Atualmente, segundo pesquisas do Datafolha (2022), esse número caiu para 51%.

Para restaurar a sua influência nos espaços públicos e políticos, a aliança católica tradicionalista soma forças com outros grupos religiosos, principalmente com os evangélicos conservadores, no que tange a temas como a campanha antiaborto, o casamento entre pessoas homossexuais e a formação da família tradicional brasileira – mulher e homem cisgêneros (Silveira, 2015). A atuação desses grupos tradicionais ocorre de diversas formas, mas, principalmente, pelas mídias digitais que trabalham em conjunto com as autoridades sacerdotais. Assim, as lideranças tradicionalistas contemporâneas têm sofisticado o seu discurso por meio de um eixo narrativo que agrupa duas ideias principais: a defesa da família e de seus bons costumes e a promoção de valores tradicionais pautados nas escrituras sagradas.

Dessa maneira, é possível afirmar que o discurso tradicionalista católico se desenvolveu ao longo do tempo, adaptando-se às modificações socioculturais e tecnológicas dos tempos. Como apoio para consolidação nacional do discurso católico tradicional, podemos citar a Comunidade Canção Nova, agremiação que possui uma grande estrutura social e midiática, representando a reemergência de um segmento mais tradicional através da sua visibilidade, fazendo uma síntese dos valores e ideias antigos – valores “eternos” e tradicionalistas – defendidos pela Igreja Católica desde os primórdios da religião. É possível notar a crítica da “falta” desses valores em um dos enunciados contidos no nosso *corpus*: “E aí nós sabemos que hoje a sociedade vive aí uma negação tremenda de tudo aquilo se revela, se expõe como cristã que é de Deus, aquilo que vem de Deus, que coloca Deus em evidência” (Déia e Tiba, 2019, 02:34).

Os valores “eternos” podem ser divididos em dois princípios que são vistos como inegociáveis na visão tradicionalista-conservadora: uma verdade única com existência incontestável (Santa Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo – e as Sagradas Escrituras) e a família tradicional heterossexual cristã como ordem natural do mundo (homem cis, mulher cis, filhos e seus papéis sociais tradicionais). Dessa forma, ao analisarmos os valores que moldam o discurso religioso evangélico e católico, observamos que partem dos mesmos valores. Isso demonstra que, apesar de serem correntes cristãs distintas, elas têm como base os mesmos valores: a manutenção do “tradicional” aos seus olhos e, por isso, uma corrente *tradicionalista*. Assim, ao compreendermos a história do Cristianismo e os seus valores, faz-se necessário partir para o segundo campo discursivo em atividade no evento polêmico que aqui nos propomos a estudar: o campo afetivossexual reformista.

3.3 CAMPO AFETIVOSSEXUAL REFORMISTA

Ao analisarmos com atenção para o cenário político contemporâneo, conseguimos observar algumas correntes que estão associadas ao movimento LGBTQIA+, que buscam o reconhecimento público por meio da luta para a formulação de novas leis que combatam as mazelas enfrentadas pelos sujeitos pertencentes a esse movimento. Ao participar ativamente das políticas, essa comunidade busca combater as imagens que lhe foram associadas e distorcidas historicamente com o intuito de serem reconhecidos e pertencentes à sociedade, sem que sofram preconceito.

O evento polêmico aqui estudado traz à tona uma série de mazelas, pré-conceitos e preconceitos sobre o que tange à comunidade LGBTQIA+. A formulação *Menino veste azul e menina veste rosa* coloca em jogo um caráter binarista de gênero. Por ser proferido pela Damares Alves, esse enunciado traz para cena uma espécie de validação, já que foi enunciado por uma figura política central. Essa validação traz uma série de atribuições prejudiciais à comunidade LGBTQIA+, pois valida uma série de enunciados baseados em valores que ferem a integridade dos sujeitos pertencentes a esse movimento.

Para seguirmos adiante e demonstrarmos os valores pertencentes a esse campo, assim como o funcionamento da dinâmica dos sujeitos que pertencem a ele, é necessário explicarmos o porquê de ser denominado *afetivossexual*. Cunhado por Nascimento (2018a), o termo afetivossexual figura como uma região do campo afetivo, referindo-se às questões que se atrelam à sexualidade e ao afeto. É preciso deixar claro que aqui abarcamos as questões de identidade de gênero, a bissexualidade e as demais dissidências de gênero pautadas dentro da

comunidade LGBTQIA+, assim como todas as questões levantadas por meio do enunciado *Menino veste azul e menina veste rosa*.

Para compreendermos o funcionamento dos campos discursivos dentro da polêmica estudada, é necessário entendermos a história da comunidade LGBTQIA+ e a sua atuação na sociedade política brasileira. Com esse intuito, nas próximas subseções, explicitaremos essas questões com o objetivo de esclarecer o funcionamento do campo afetivossexual, assim como os valores que ele carrega.

3.3.1 O discurso LGBTQIA+: os estudos de gênero e sexualidade

Os estudos sobre gênero e sexualidade sempre foram uma espécie de cifra para a humanidade, permeado por diversas definições, condições, dificuldades de conceitualização e explicação, e, sem dúvidas, uma das mais importantes e complexas dimensões da condição humana. Para compreendê-lo é necessário que se entenda muitas variáveis que sempre envolvem questões morais, políticas e ideológicas. Assim, é necessário ter em mente que o mundo ocidental lida com a sexualidade e, principalmente, com a homossexualidade por meio de códigos e valores que variam segundo as épocas, ditando as práticas sexuais dos sujeitos.

De acordo com as considerações de Ceccarelli (2012), na sociedade atual, compreende-se o termo homossexualidade como uma construção social do contexto inserido. Assim, podemos dizer que, ao falar de homossexualidade, devemos levar em consideração o momento histórico no qual estamos dissertando, e, a partir disso, compreendemos que os valores que englobam esse termo estão em constante mudança, já que os estudos de gênero e sexualidade estão em evolução constante e dinâmica.

Desde o início do século XIX, há inúmeras conceitualizações e discursos elencados às questões de gênero, de sexo e de sexualidade. Nesse período, existia uma grande repressão da sexualidade, essa que só poderia ser vivida após o casamento e entre casais heterossexuais. Apesar dessa normativa heterossexual, é importante explicitarmos que a existência de experiências homoeróticas e de questionamentos sobre os papéis de gênero estabelecidos já existiam, contudo, havia muitas dificuldades para que ocorresse o registro delas.

Assim, para abordar a história dos sujeitos pertencentes a comunidade LGBTQIA+, é preciso ter consciência de que ela é escrita por um desafio de diversas perspectivas, afinal o tabu sobre essa comunidade é bastante antigo e extenso, dificultando as discussões sobre os seus papéis. Acerca dessas dificuldades, podemos elencar primariamente o fato de que se começou a agrupar eventos e personagens apenas na modernidade. Esse agrupamento é visto

por Quinalha (2022, p.17) como “um ‘inventário em negativo’ composto por ausências, lacunas e silenciamentos”, pois há um desafio muito grande em reunir os acontecimentos e significados em torno dos membros da comunidade LGBTQIA+, pois são tomados de estigmas e violências que acabaram inviabilizando e/ou apagando.

Para além disso, é necessário estar a par do fato de que não há uma história única da comunidade. As narrativas sobre ela são escritas coletivamente e pluralmente, isso ocorre, porque ela possui várias possibilidades de escritas a depender de qual local do mundo e de qual momento da história queremos contá-la e localizá-la. Assim, afirmamos que há diversos pontos de partida que podem ser tomados para iniciar esse conto, por isso, escolhemos aqui escrever através dos atos de resistência desse grupo.

A comunidade LGBTQIA+ se materializa por meio de resistências de sujeitos que possuem características únicas, através de um ativismo organizado— o que justifica a constante mutação da sigla que representa esse grupo. O movimento de resistência da comunidade no convívio social pode ser visualizado por meio de enunciados do nosso *corpus*:

Eu tinha três anos quando eu comecei a ir pra escola. Além do meu pequeno núcleo de convivência, passei a conviver com outras crianças, com outras pessoas adultas e uma das primeiras lembranças que eu tenho desse lugar, ou seja, do convívio social é uma sensação de inadequação. Não é que eu não gostasse da escola, tinha muita coisa legal na escola, mas naquele espaço, eu me sentia deslocada. Eu até escrevi um texto no Instagram sobre isso. Nesse texto, diz o seguinte, o ambiente escolar, muitas vezes, mantém e reproduz desigualdades, naturaliza os papéis de gênero e reforça a fronteira que separa as crianças (Ponto, 2019, 2:47).

A partir do que é relato por Ponto em seu vídeo, observamos que, para ela, pertencer a comunidade é um ato de resistência, no qual muitas vezes o sujeito pertencente se sente minorizado, reprimido, incomodado.

Dessa maneira, entendemos que o campo dos estudos de gênero e sexualidade é organizado a partir de duas compreensões acerca das práticas e identidades LGBTQIA+. É válido dizer que essas duas correntes, por muitas vezes, convivem em tensão direta – não somente do ponto de vista teórico e social, mas também do político – visto que elas partem de princípios diferentes, baseados em valores que são divergentes; orientam-se a partir de pontos que mobilizam argumentos de diferentes ordens, bem como do *éthos* dos sujeitos LGBTQIA+ (Quinalha, 2022)

Como primeira corrente, temos o *essencialismo*, uma perspectiva que postula que as identidades e comportamentos decorrem dos processos naturais do corpo humano. Assim, as

categorias de gênero e sexualidade possuíam categorias fixas na história desde os primórdios até a atualidade. Com essa visão, o gênero seria uma categoria invariável e binária, dividindo a espécie humana entre macho e fêmea, homem e mulher, a partir dos dados biológicos que supostamente não seriam variáveis na natureza, como os genes, a anatomia do corpo e os órgãos sexuais e reprodutivos. A partir disso, o conceito de sexualidade segue a mesma linha: invariável – seguindo as regras “naturais”. Essa corrente, ao analisarmos o nosso *corpus*, se aproxima bastante dos enunciados do campo tradicionalista, pois eles postulam gênero e sexualidade como fixos:

Porque ser mulher não é simplesmente, se eu tô me sentindo agora eu sou mulher. Não. Ah, homem agora eu tô me sentindo homem, vai virar homem, vai pronto, sou homem. Não, gente, mulher não é só falei, sou mulher, tô me sentindo mulher. Mulher tem útero, mulher tem ovário, mulher menstrua, mulher tem TPM, mulher brava, mulher maravilhosa, mulher, olha, melhor criação de Deus, né, sementou coisa melhor, guardou pra ele só, né. Isso foi feito da costela, né. Ainda só as filé mignon, vixe, meu Deus, aí ó, né. Homem, né, só, tô me sentindo, não, homem também tem testículo, tem pênis, é um corpo diferente, mulher gera, reproduz e assim consequentemente (Nemer, 2019, 5:01).

É preciso reconhecer que a perspectiva essencialista contribuiu para a história da comunidade, uma vez que essa corrente permitiu compreender certos tipos de traços das experiências homoeróticas ao longo dos séculos. A partir dela, foi possível rastrear as vivências homossexuais através dos seus pequenos resquícios em diversas temporalidades e contextos, fazendo com que conseguíssemos construir um repertório de como aconteciam essas relações, quais os mitos atrelados a ela, abem como os preconceitos. Além disso, dentro dessa corrente há uma série de estudos científicos que buscam respostas sobre a homossexualidade por meio de estudos dos cromossomos, da fisiologia e até mesmo hormonais. Mesmo sem obter uma conclusão exitosa através desses estudos, eles são usados como combate ao preconceito.

Assim, podemos concluir que o essencialismo foi um recurso bastante útil para que os LGBTQIA+ conseguissem se contrapor aos discursos religiosos, médicos e científicos sobre a estigmatização dos seus corpos; com ela, a comunidade reivindicou a sua bandeira e combateram discursos violentos. Contudo, a corrente essencialista não responde às perguntas da comunidade, ou seja, ela não se atenta às questões singulares e reduz bastante as práticas e as identidades LGBTQIA+ — que são múltiplas.

A partir dessas lacunas, surgiu o *construccionismo*, uma compreensão com o objetivo de captar aspectos que o essencialismo não contemplava. Sendo assim, a partir do final do século XX, surgiu uma inclinação para captar as mudanças e deslocamentos ao longo da história, se

atentando para contextos singulares correspondentes a cada tempo e espaço, tendo como expoentes dessa vertente, dentre muitos outros, Simone de Beauvoir, com *O segundo sexo* (1949), e Michel Foucault, com *História da Sexualidade* (1976).

Segundo Quinalha (2022, p. 30), ao falar de construcionismo estamos dizendo que “[...] não há nada invariável ou perene, tudo é fruto de um processo de construção histórica e cultural”. Sendo assim, essa corrente traz a visão de que os sujeitos são feitos de atravessamentos com os quais eles interagem, dessa maneira, os conceitos biológicos não seriam o ponto de partida para a definição do gênero e da sexualidade dos indivíduos. Para além disso, é necessário entendermos que “[...] tudo é fruto de contingências históricas e culturais” (Quinalha, 2022, p.30). Assim, essa vertente leva em questão a trajetória única de cada ser, sua localização no espaço-tempo, seu local na sociedade e suas experiências humanas. Contudo, isso não significa dizer que a sexualidade é uma escolha deliberada do sujeito, mas uma tentativa de desvincular o argumento da “naturalização”, da pressão da heteronormatividade.

A respeito dessas duas correntes, inicialmente, a comunidade LGBTQIA+ se vinculou ao essencialismo – na sua origem – como luta política para justificar a naturalidade das suas relações, porém, na atualidade, grande parte da comunidade é filiada ao construcionismo. Atualmente, os fundamentalistas religiosos e a parcela tradicional da sociedade bebem um pouco de ambas as correntes para afirmar que as relações homoeróticas são dissidentes, não são naturais, defendendo que esses comportamentos são “falhas”, “desvio de caráter” e “pecado” (Trevisan, 2018). Dessa forma, o essencialismo e o construcionismo conduzem diversos debates e polêmicas no contexto atual, principalmente no campo político-social.

O evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*, objeto do nosso estudo, é uma das polêmicas que são conduzidas por essas correntes. Os sujeitos pertencentes a campos antagônicos diferentes filiam-se ao essencialismo ou ao construcionismo para construir os seus argumentos perante a esse evento; entretanto, há uma mobilização não somente dessas correntes, mas também de outros argumentos que possam ser atrelados a elas, como por exemplo o discurso religioso.

3.3.2 A história da comunidade LGBTQIA+ no Brasil

Como abordamos anteriormente, há muitas maneiras de contar a história da comunidade LGBTQIA+, mas escolhemos fazê-lo por meio de suas lutas e conquistas. No Brasil, há inúmeras maneiras de interpretar e compreender a sucessão de eventos relacionados à comunidade, principalmente quando nos referimos aos desdobramentos políticos organizados

pelo movimento. Nesse país, os movimentos da comunidade começaram a ficar mais organizados e mais fortes a partir de meados dos anos 80 (Trevisan, 2018).

A comunidade LGBTQIA+ passou por um momento muito difícil durante os anos que sucederam a ditadura militar no nosso país. Ainda que nas outras partes do mundo os direitos dessa comunidade estivessem latentes, a Ditadura Militar instaurada em 1964 inviabilizou quaisquer tipos de organização mais consistente. Assim, a falta de direito às liberdades públicas causava uma enorme represália à comunidade, pois, durante esse período, a marca central do governo se resumia em um regime autoritário que promovia inúmeros valores conservadores com perseguições policiais e grandes censuras.

Dessa forma, como consequência do regime autoritário – que terminou somente em 1985 – e dos seus valores, as mulheres, negros e pessoas LGBTQIA+ passaram a ser considerados uma grande ameaça contra a ordem “natural” e “normal”. Assim, os sujeitos pertencentes à comunidade LGBTQIA+ eram obrigados a esconder as suas identidades, encontravam-se e agrupavam-se coletivamente em saunas, boates, clubes fechados, territórios que se tornaram seguros – como também simbólicos – servindo de palco para a comunidade, o que tornou latente o início das movimentações e movimentos como um grupo que reivindica o seu espaço na sociedade.

Ao nos referirmos às movimentações em prol da comunidade apenas em 1978, de maneira bem singular em São Paulo, fazemos menção à primeira reunião do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais – que no futuro viria a se tornar o Grupo de Afirmação da Identidade Homossexual (SOMOS). Foi através desse grupo que se iniciou o processo de organização política da comunidade LGBTQIA+ no Brasil. Assim, nos anos 80 havia mais de vinte e quatro grupos em prol da defesa da comunidade espalhados por todo país (Quinalha, 2022).

Com o passar dos anos, a Ditadura Militar começou a sofrer crises ainda mais fortes e as oposições começaram a ganhar espaço no Brasil. A partir disso, o movimento homossexual começou a fazer inúmeras denúncias sobre a censura e pedia o fim da violência policial, defendendo sempre a liberdade de expressão – essas ações foram consideradas o ponto pé para o desenvolvimento da democracia no Brasil (Trevisan, 2018).

De fato, a década de 80 foi caracterizada por um salto no processo de mobilização da sociedade civil organizada. O movimento homossexual brasileiro marcou presença na redemocratização brasileira, junto com as campanhas pelas *Diretas Já* e por uma nova Constituinte. Contudo, atuaram politicamente de uma forma mais marginal em um contexto no

qual os debates em torno da sexualidade não eram conhecidos e eram tabus em alguns setores da sociedade.

Mesmo com tamanhas lutas, a comunidade LGBTQIA+ sofria uma grande represália, a ponto de se impor tratamentos que foram legitimados pelo discurso científico. A situação começou a ficar mais intensa por conta da eclosão da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immune Deficiency Syndrome (AIDS)). Aparentemente, o vírus já estava presente no Brasil desde o final da década de 1970, apesar dos primeiros casos no Brasil serem diagnosticados somente em 1982:

Divulgado pela imprensa como uma “peste gay” ou um “câncer gay”, devido ao fato de os primeiros casos terem sido diagnosticados em homossexuais e haver mais incidência no início justamente entre essa comunidade, o HIV/AIDS foi um vetor de repatologização das sexualidades dissidentes (Quinalha, 2022, p. 113).

A doença era muito grave por levar diversas pessoas à morte, e cada vez mais homossexuais apareceriam nos serviços de saúde contaminados com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), causador da AIDS, e com quadros de muitas doenças oportunas proporcionadas pela presença desse vírus no sistema do corpo. Com isso, os casos de HIV/AIDS entre os membros desse grupo se multiplicaram cada vez mais, o que não demorou muito para ser associado diretamente aos homossexuais e às suas práticas, dando abertura para discursos patológicos. A comunidade religiosa definiu a AIDS como um castigo divino, atrelando-o a um dos valores do discurso religioso.

Contudo, a partir do momento que a AIDS passou a ser uma pandemia mundialmente conhecida, as autoridades começaram a ser cobradas a dar respostas sobre a doença. Assim, à medida que a epidemia se alastrava, formas de prevenção, métodos contraceptivos e práticas sociais começaram a ser divulgados, disseminados e discutidos.

Ela ofereceu de presente às sociedades modernas elementos inestimáveis para a educação da sexualidade e, eu acrescentaria, da sensibilidade, para não dizer: do desejo. Graças a ela, as escolas, as famílias, a mídia, os políticos e, pasmem! até as igrejas mais reticentes foram obrigados a se engajar, com maior ou menor energia, numa generalizada (porque compulsória, sem escolha) campanha em busca dos meandros da sexualidade, essa esfinge que insolentemente exigia: “Decifra-me, ou te devorarei” (Trevisan, 2018, p. 426)

A AIDS levou a uma divisão dentro da comunidade, uma parcela acreditava que tratar dessa questão levaria ao reforço da patologização da homossexualidade, outra contatou que se

não buscassem uma resposta comunitária à epidemia, eles não teriam nenhum tipo de auxílio do governo. Assim, muitos grupos criaram redes de solidariedade para as pessoas que não possuíam condições financeiras e tinham adquirido o vírus; como não existia tratamento ou cura até o momento, eles se asseguravam de dar uma morte digna para as vítimas da doença.

É importante citar que a pandemia eclodiu em meio à mobilização pelo direito à saúde e por um sistema único e universal de tratamento que logo foi materializado pela Constituição de 1988 (Quinalha, 2022). Assim, as primeiras políticas de tratamento e prevenção foram construídas pela aliança entre ativistas, médicos e gestores públicos. Atualmente a AIDS ainda não possui cura, mas tem tratamento e controle oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS); método que permite o indivíduo, se seguir corretamente o tratamento, levar uma vida saudável.

Ao falar da comunidade LGBTQIA+ na política, podemos observar os primeiros passos ainda nos anos 80. Nas eleições de 1982, parlamentares defenderam abertamente em suas candidaturas os direitos dos homossexuais, sendo essa foi a primeira vez na qual os candidatos se engajaram em defesa das pautas da comunidade, não somente dela, mas também das questões de raça, gênero e ambientalismo (Trevisan, 2018).

Ainda nos anos 80, o Grupo Gay da Bahia (GGB) foi fundado na cidade de Salvador, liderando uma das principais campanhas de movimento homossexual no Brasil, que tinha como objetivo desvincular a homossexualidade cômada noção de patologia:

A campanha teve por foco a organização de um abaixo-assinado reivindicando a despatologização da homossexualidade com remoção do código 302.0 do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMOS), instituto de assistência e previdência da época (Quinalha, 2022, p. 119).

Essa vinculação ocorreu desde meados do início do século XX, com a publicação do primeiro *Manual de Diagnóstico e Estatísticos dos Transtornos Mentais* (Diagnostic and Statistical Manual (DSM)), nos Estados Unidos, quando a homossexualidade passou a ser caracterizada como uma doença mental. Esse fato contribuiu para colaborar com o processo de estigmatização que já era imposto pelo discurso religioso. Além da despatologização da homofobia, a comunidade lutava pela sua proteção legal e enfrentamento à violência. Apesar das inúmeras lutas desde os anos 90, apenas no ano de 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu criminalizar a homofobia.

Ainda falando sobre o passado, os anos 1990 foram decisivos para a “saída do armário”⁸ da comunidade LGBTQIA+. A grande concentração de grupos ativistas bem endossados e organizados, a consolidação de vínculo com diversas instituições de Estados, como também um mercado voltado para essa comunidade, contribuiu para o crescimento e o reconhecimento dessa parcela da nossa sociedade. Assim, chegamos nos anos 2000, no qual a comunidade adentra com um patamar diferente dos anos anteriores. A partir de 2000, conseguimos ver a visibilidade e a força política da comunidade, pois a representatividade tornou-se ativa e fundamental para o reconhecimento do movimento LGBTQIA+ no Brasil.

A cada dia, as demandas que dizem respeito a essa comunidade vêm ganhando espaço na política institucional, resultando em alguns ganhos relevantes em termos de reconhecimento legal e garantia de direitos. Um marco importante nessa luta foi o plano "Brasil sem Homofobia", desenvolvido durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), sendo a primeira política pública na América Latina voltada especificamente à promoção e defesa dos direitos LGBTQIA+. Em maio de 2011, o STF ampliou os direitos conjugais aos casais homoafetivos, e, posteriormente, em 2019, declarou a homofobia um crime. Essas vitórias legais representam avanços significativos na luta pela cidadania plena de membros da comunidade LGBTQIA+.

Com o reconhecimento da sociedade e lutando por seus direitos, ativistas LGBTQIA+ adentraram o cenário político brasileiro. Atualmente, um dos nomes mais comentados dentro da política é o de Erika Hilton, ativista brasileira amplamente reconhecida por sua dedicação aos direitos humanos, especialmente dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Ela ganhou destaque no ano de 2020 quando foi eleita vereadora na cidade de São Paulo pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Erika Hilton fez história ao se tornar a primeira mulher transsexual a ser eleita para a Câmara Municipal de São Paulo, sendo considerado um marco na representatividade trans na política brasileira. Em seu mandato como vereadora, foi uma voz ativa dos direitos humanos, da igualdade de gênero e da promoção de políticas de inclusão social. Atualmente, Erika Hilton é deputada federal e possui como uma de suas metas combater a violência e a discriminação, além de promover políticas públicas que beneficiam a população negra, LGBTQIA+ e outras comunidades marginalizadas.

⁸ "saída do armário" é uma expressão figurativa que se refere ao ato de uma pessoa revelar publicamente sua orientação sexual ou identidade de gênero, que antes era mantida em segredo. Nos anos 1990, esse termo ganhou relevância para descrever o crescente movimento de visibilidade e aceitação dentro da comunidade LGBTQIA+. Durante essa década, houve um aumento significativo no número de pessoas que passaram a se assumir abertamente como parte da comunidade LGBTQIA+, contribuindo para maior conscientização, redução de estigmas e avanço dos direitos civis.

Dessa forma ao percorrer a atuação da comunidade no nosso país, conseguimos identificar os principais valores defendidos pelos LGBTQIA+. Atualmente, o movimento é pautado por dois valores chaves – orientação sexual e identidade gênero –, que entram em confronto com a organização tradicional da sociedade, na qual o que seria aceitável é o padrão da heterossexualidade, como também o padrão de gênero sendo associado ao do nascimento – homem cis, mulher cis.

Assim, o valor da orientação sexual traz visibilidade às pessoas que sentem atração por pessoas do mesmo ou de mais de um gênero, enquanto a identidade de gênero indica pessoas que não se identificam com o sexo atribuído no nascimento – sendo essa a cisgeneridade – e podem expressar sua identidade de diversas maneiras. Cabe destacar que a orientação sexual e a identidade de gênero não devem ser confundidas, uma vez que a pessoa pode ser ao mesmo tempo cisgênero e lésbica, transexual e bissexual etc.

Dessa maneira, o campo afetivossexual reúne sujeitos que colaboram com o discurso de que gênero e sexualidade não são fixos. Esse campo reúne valores que colaboram com a fluidez da identidade dos seres humanos e entende que o indivíduo não nasce predestinado, sendo a sua identidade formada através da cultura, dos momentos, da sua vivência social e não da biologia.

3.3.3 Azul e rosa: a história das cores

É interessante observar que, em cada campo discursivo desse evento polêmico, as cores ganham sentidos diferentes. No campo tradicionalista, as cores são vistas como uma simbologia, uma metáfora, a qual dizem ir além das cores ao fazerem a referência à ideologia de gênero:

É claro que a Damares não estava falando literalmente da roupa azul, da cor azul, da cor rosa pra menina, azul pra menino. Aquilo ali simbolizava algo muito mais profundo, que é a ideologia de gênero. A Damares há longos anos tem se mostrado uma defensora da vida, lutado contra as questões do aborto e lutado também contra essa questão da ideologia de gênero. E por isso sim ela levanta esta bandeira e é apoiada por uma grande maioria conservadora da população, porque nós sabemos o grande mal que é a ideologia de gênero, que destrói a identidade das crianças e que justamente foca nas crianças (Déia e Tiba, 2019, 0:30)

Já para o campo afetivossexual, a cromatografia das cores traz consigo o caráter binarista que reforça a divisão dos papéis de gênero segundo os moldes heteronormativos da

sociedade, como podemos observar quando Louie Ponto exemplifica através dos chás de revelação, no qual as cores azul e rosa são utilizadas como marcadores de gênero:

Quando você procura fotos desses chás de revelação, você encontra imagens como essas, em que tudo é azul, tudo é rosa, menino, menina, princesa, príncipe... Se no exame constar que aquele bebê é uma menina, o resultado vai ser mais ou menos isso. E se for menino, vai ser mais ou menos assim. Você pode pensar que esse tipo de festa é fofa e realmente as fotos são lindas. Mas vamos pensar nos significados simbólicos e também concretos de rituais como esse. Ela faz parte de uma concepção completamente naturalizada, segundo a qual uma das principais características que diferenciam e separam os seres humanos é o sexo biológico. E de acordo com ele, as pessoas são categorizadas como homens ou mulheres, dentro de uma lógica em que ser homem e ser mulher correspondem a uma série de normas e de papéis sociais. É por causa dessa lógica que eu já senti aos cinco anos que não existia um lugar pra mim no mundo (Ponto, 2019, 5:30).

Assim, a força motriz do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa* gira em torno das cores estipuladas e fixadas pela sociedade para cada gênero em questão. Entretanto, ao analisarmos esse enunciado com atenção, indagamos sobre esse molde atual das cores: *será que menino sempre usou azul e menina sempre usou rosa? Será que sempre existiu uma divisão de cores segundo os papéis de gênero?* De antemão, já adiantamos que a resposta para esse questionamento é *não*.

Para responder a essa questão, é necessário voltarmos um pouco na história. De acordo com Baliscei (2020), nos séculos XVII e XVIII, o branco foi a cor predominantemente usada para vestir os bebês em seus primeiros anos de vida, quer eles fossem meninos ou meninas. Assim, o uso do branco pelas crianças é de caráter simbólico, pois ressaltava aspectos como inocência e pureza; além desses aspectos, o branco também era usado por demandar menos cuidados que as roupas coloridas e:

entre famílias menos abastadas, a adoção do branco para vestir as crianças estava relacionada à necessidade de fazer um bom aproveitamento das peças, que eram compartilhadas e repassadas entre irmãos/ãs e primos/as sem levar em consideração seu gênero (Baliscei, 2020, p. 226)

Outro fato curioso é que, durante esse período, os meninos também usavam vestidos porque facilitavam o manejo da criança na hora de fazer seus cuidados diários e trocas. Contudo, alguns documentos mostram que, durante o século XVII, em alguns locais, os meninos e as meninas eram sim diferenciados pelo azul e rosa. Porém, diferente do que é normatizado nos dias de hoje, os meninos usavam rosa e as meninas usavam azul. Partindo do

ponto que os homens adultos usavam roupas vermelhas para representar sua força e determinação, os meninos usavam o rosa – um vermelho mais desbotado –, já que ainda eram crianças, mas já possuíam seus passos predestinados. Baliscai (2020) traz que o uso do vermelho associado ao poder e à virilidade está vinculado ao fato de que a matéria prima para produzir essa cor era bastante rara, por isso era um trabalho árduo consegui-la, atribuindo ao vermelho, em razão disso, o valor de força e perseverança.

Se a cor rosa estava atrelada aos meninos, o azul foi vinculado às meninas. Esse fenômeno aconteceu, pois, a cor azul estava relacionada à delicadeza e leveza, atreladas a ela por conta da sua associação com a iconografia cristã, tanto que a valorização da cor azul foi conquistada pela Igreja Católica através do culto da Virgem Maria, aquela que vive sobre os céus. Dessa maneira, o manto azul de Maria tornou-se referência para o feminino, fazendo com que a cor azul fosse considerada como “cor de menina” nesse período.

Contudo, com o passar dos séculos, mais especificamente no século XX, com o “bum” do consumismo, estratégias publicitárias e disputas entre movimentos sociais com grupos religiosos – que possuem valores divergentes –, a configuração das cores se inverteram. Entretanto, inicialmente, a generificação deu-se não pelas cores, mas por atributos ditos masculinos e femininos, assim, a calça passou a ser um marco masculino e os vestidos um marco feminino.

Uma das responsáveis pela associação do rosa às meninas foi a primeira-dama dos Estados Unidos Mamie Eisenhower (Baliscai, 2020). Ela foi um dos maiores ícones femininos estadunidenses na década de 50, Mamie nutria uma grande paixão pela cor rosa, chegando a mandar pintar cômodos inteiros da sua casa dessa cor. A primeira-dama era a imagem exemplar de mulher e esposa tradicional o que contribuiu ainda mais para a vincular o rosa à feminilidade, já que os Estados Unidos eram extremamente tradicionais.

O marco decisivo para fixar a cor rosa como “de menina” veio, porém, com Ruth Handler e a criação da boneca Barbie. Até então, as bonecas imitavam corpo de bebês, com roupas e acessórios. Handler quebrou com esse estilo e mudou de vez o mercado de brinquedos infantis para meninas, e estabeleceu o padrão “menina usa rosa”. A Barbie foi além de padronizar o rosa como cor feminina, ela atrelou atividades como se maquiar, maternidade, fazer compras e muitos outros cuidados à esfera de atividade das mulheres, reforçando valores, discursos e paradigmas sobre o feminino.

Assim, podemos concluir que a associação entre cores e gênero nunca foi algo natural, que surgiu espontaneamente na nossa sociedade. Ou seja, essa associação mudou de acordo com os momentos e as necessidades ao longo da história mundial, mostrando que a cultura e a

identidade são mutáveis e variáveis, e que sempre vão se adaptar ao momento histórico em que estão situadas.

3.4 A DELIMITAÇÃO DOS CAMPOS DISCURSIVOS

Para compreendermos melhor a delimitação dos campos discursivos que protagonizam essa polêmica, o percurso social, histórico e político de ambos os grupos atuantes dos campos discursivos fez-se necessário. Assim, nas subseções anteriores “passeamos” pela história do Protestantismo, da Igreja Católica e da comunidade LGBTQIA+, a fim de compreender a sua história e, por conseguinte, os seus valores. Com isso, identificamos que há dois campos discursivos que atuam no evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*: o *campo tradicionalista* e o *campo afetivossexual*.

Observando os valores de cada um desses campos dentro da polêmica estudada, percebemos que o campo tradicionalista é composto por grupos que colaboram com o discurso religioso tradicionalista, dentro do qual temos vertentes do discurso religioso evangélico e do discurso religioso católico. Ambas pousam sobre o tradicionalismo – aqueles que desejam retornar a época na qual a tradição era respeitada e existia moral, bons costumes – e o conservadorismo religioso – aqueles que desejam conservar o que já se tem por questão de hábito, se opondo a tudo que quebra seus hábitos e destrói aquilo com o qual se sentem confortável; porém a sua oposição não possui profundidade, visto que não é apoiada por princípios.

Dessa maneira, essas vertentes possuem em comum valores tradicionais e conservadores. Assim, esse campo possui valores orientados pelas Escrituras Sagradas – os valores “eternos” –, que são pautados no tradicionalismo religioso, o qual baseia-se no modelo da família tradicional cristã e valores heteronormativos de relacionamento, sendo contra a pautas progressistas como o casamento homossexual e o aborto. Para esse campo, a comunidade LGBTQIA+ prega uma *ideologia de gênero*, ou seja, a comunidade quer doutrinar sujeitos a se “desviarem” da moral e dos bons costumes.

No campo afetivossexual, englobamos os indivíduos que colaboram com o discurso LGBTQIA+, incluindo tanto sujeitos pertencentes à comunidade quanto aqueles que apoiam os mesmos valores. Assim, identificamos os valores desse campo como aqueles que são pautados na identidade em formação – no que diz respeito os estudos de gênero e sexualidade –, ou seja, os sujeitos pertencentes a esse campo defendem que as *identidades de gênero* são frutos de um

processo sociocultural, que são marcados por tempo e espaço, não por cenas e conceitualizações biológicas.

A partir dessas considerações, identificamos que os campos discursivos que emergem dessa polêmica são completamente antagônicos, com valores divergentes, causando um dissenso entre os atuantes – característica da polêmica. A partir da análise dos quatro vídeos publicados na plataforma *Youtube* por figuras públicas que se manifestaram sobre a polêmica em questão, realizada na próxima seção, buscamos entender e identificar quais os atos polêmicos que são mobilizados por cada campo discursivo a fim de entender a constituição do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*.

4 ANALISANDO MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA: OS VÍDEOS EM JOGO

4.1 OS ATOS POLÊMICOS: CAMPO TRADICIONALISTA

Para adentrarmos na análise do nosso *corpus*, cabe, inicialmente, retomar a noção de polêmica apresentada por Amossy (2017) de que a polêmica, assim, é um debate relacionado a um tema contemporâneo, de relevância pública, que reflete os desejos e preocupações das sociedades em diferentes níveis de importância dentro de uma cultura específica; e é justamente o que acontece dentro do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa*. Desde o instante inicial que foi proferido e vazado em meio às mídias digitais, o enunciado polêmico se tornou um debate dentro da sociedade que mobilizou dois campos discursivos antagônicos – o tradicionalista e o afetivossexual –, que apresentam posicionamentos divergentes sobre o enunciado de Damares Alves.

Ao prosseguirmos a nossa análise à luz da ADA, compreendemos como polêmica também um desacordo profundo que se manifesta argumentativamente por meio da polarização, cujas características particulares delineiam-se no processo argumentativo concreto. Dessa maneira, para entendermos como o evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa* se constituiu, é necessário analisar os argumentos, posicionamentos e as estratégias argumentativas, que, a partir desse momento, chamaremos de atos polêmicos, compreendidos como “[...] os acordos, os argumentos, as estratégias argumentativas e os posicionamentos mobilizados no processo argumentativo imantados pelo evento polêmico” (Nascimento, 2018a, p. 209).

A fim de compreender a constituição do evento polêmico estudado, selecionamos como *corpus* da nossa pesquisa quatro vídeos publicados na plataforma on-line *Youtube* por pessoas públicas que manifestaram a sua opinião sobre essa polêmica. Assim, escolhemos para esse processo de análise: 1) *Menino usa Azul e Menina usa Rosa???* – canal Jonathan Nemer (2019); 2) *Menino veste azul e menino veste rosa?* – canal Déia e Tiba (2019); 3) *Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa* – canal Louie Ponto (2019); 4) *Pq menino veste azul e menina veste rosa?* – canal Nunca Te Pedi Nada (2019).

O primeiro vídeo a ser analisado é *Menino usa Azul e Menina usa Rosa???* do canal Jonathan Nemer. Youtuber, humorista, advogado e um grande influencer do mundo evangélico, ele produziu um vídeo, de cerca de dez minutos, narrando o seu ponto de vista sobre o enunciado de Damares Alves. Em um ambiente intimista – que aparenta ser a sala da sua casa –, Jonathan

Nemer conduz a sua fala como uma espécie de conversa entre amigos, mantendo o seu tom com muita proximidade do telespectador.

Figura 01 – Vídeo *Menino usa Azul e Menina usa Rosa???*



Fonte: Captura de tela de Jonathan Nemer (2019).

Jonathan Nemer começa o seu vídeo ironizando a dualidade azul/rosa como manifestação de escolha por homens e mulheres:

[...] manda esse vídeo para todo mundo. Vamos espalhar esse vídeo. Por quê? Porque eu estou vestido de rosa sim, gente. Sou homem, sou adulto e eu visto rosa, visto a cor que eu quiser. Tá bom? O Damares! Olha só, você Damares, ministra, dos direitos humanos, eu sou homem, sou adulto e visto rosa sim, tá bom? Pera aí, pera aí, pera aí, pera aí, ó. Então, você falou que você é homem, você é adulto e veste rosa sim, mas então ela falou menino, veste azul e menina, veste rosa tipo menino, criança, menina, criança. Azul e rosa, né? Homem é adulto. Tá, mas eu só queria dizer, né? Porque eu sou homem, né? Tenho maioridade, eu uso a cor que eu quiser, velho. Quer mandar na cor? Que vai usar as crianças? Deixa a criança usar a cor que quiser. O governo quer interferir na cor da roupa das crianças? Que absurdo, gente! Não, não dá mais. Não é para interferir. Não, peraí, peraí de novo, peraí. É porque ela não está pensando na cor da roupa da criança. Acho que o buraco é mais embaixo, né? Cor. Ali ela está falando de outra coisa, né? Está falando de ideologia de gênero. Depois ela escolhe ser azul ou rosa, não, acho que ela vai entrar. Acho que não é só cor não, cara (Nemer, 2019, 0:19).

A partir dessa fala, percebemos que o primeiro argumento mobilizado pelo sujeito é o da “ideologia de gênero”, o qual refere-se ao fato de que ensinar sobre gênero e sexualidade nas escolas é “doutrinar” e “induzir” as crianças a práticas sexuais que não condizem com a idade, afinal, são crianças. Esse argumento está baseado na concepção idealizadora de que incluir os estudos de gênero e sexualidade nas escolas é uma ideologia, ou seja, um conjunto de valores,

princípios e doutrinas com a intenção de “tornar” as crianças homossexuais e/ou transsexuais. Essa ideia baseia-se nos valores eternos no campo tradicionalista, valores associados às Sagradas Escrituras e à religião que pregam a família tradicional, segundo os moldes da Bíblia, como a correta; portanto, qualquer padrão fora desse é tido como “anormal”, “pecado”, “incorreto”. O sujeito utiliza um argumento baseado na estrutura do real (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005), procurando estabelecer ligações argumentativas, para que ele seja reforçado, conforme o discurso é encarado como realidade com base nos valores e crenças do auditório e do orador.

A fim de reforçar ainda mais o seu argumento, o sujeito traz o fato de que as pessoas utilizam, em seus chás-revelação – festividade para saber se o bebê é do sexo masculino ou feminino –, as cores azul e rosa sem nenhum tipo de problematização:

Mas engraçado, esse mesmo artista, quando eles têm filho, vai fazer aquele chá-revelação. Eu nunca vi estourar a bexiga, sair fumaça rosa, aí sai a fumaça rosa. É menino! Não, fumaça rosa é porque é menina, né? Ou estoura a fumaça azul, é menina. Não, azul é menino, né? O quatinho também, quando ela mostrar as fotinhas do quarto da criança, do menino, é azul. Aí da menina é rosa. Mas aí agora eles querem lacrar. Agora que não. Meninos usa rosa, sim. Meninas usa azul (Nemer, 2019, 2:20).

Esse trecho exemplifica o uso do argumento da contradição, conforme discutido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). O argumento da contradição se baseia na ideia de que, ao apontar incoerências em uma determinada posição ou comportamento, pode-se refutar ou questionar a validade da posição oposta. Neste caso, o sujeito critica a contradição entre o que é praticado na sociedade – a distinção rígida entre as cores azul e rosa para meninos e meninas – e a postura atual de algumas pessoas que defendem que as cores podem ser usadas por qualquer gênero, independentemente dessas convenções.

A contradição é usada para evidenciar que, apesar da defesa pela quebra de estereótipos de gênero, as práticas cotidianas ainda seguem essas divisões de forma implícita, o que enfraquece a argumentação daqueles que defendem a liberdade de escolha de gênero. Através desse raciocínio, o sujeito busca reforçar a ideia de que a ideologia de gênero é prejudicial para as crianças e que deve ser combatida, convencendo o seu auditório de que seus próprios valores são os “corretos”, já que a incoerência apontada descreditará a flexibilidade defendida por seus oponentes.

Para persuadir o seu auditório e se aproximar ainda mais dele, o sujeito continua utilizando argumentos que são baseados na estrutura do real, para isso ele prossegue a sua

argumentação dizendo que, em momento algum, nenhuma pessoa será impedida de ser homossexual, mas que a sua luta é para defender as crianças, reforçando a crença de que elas são seres inocentes e que a ideologia de gênero traz malefícios para o seu desenvolvimento:

Acontece, gente, que você que é adulto, você pode escolher não só a cor, você escolhe até o que você quer fazer do seu corpo. Você, que é homem, quer fazer as coisas de menina, quer fazer os trens lá, dar, oferecer, emprestar o orifício para as pessoas curtir e tal. Você acha que o governo vai segurar você? Olha, eu vou lá fazer... Não, não vai! Você acha que o Bolsonaro, os filhos dele, vai chegar lá, os deputados... Não, não vai dar fazer isso! Eu vou, eu quero fazer, eu quero dar! Não vai dar nada, volta ali! Você acha que vai ter... Não, não vai! Você que é mulher, quer fazer também com outra mulher, você acha que vai segurar? Não, porque você já faz, você quiser com o seu corpo. Ninguém quer regular o que você faz. Só que... Criança não tem essa vontade ainda, a criança não tem ainda essa decisão, criança está em desenvolvimento, criança está aprendendo, criança é pura, criança é inocente (Nemer, 2019, 3:19).

Nos próximos minutos do vídeo, o sujeito faz uma espécie de embate entre “ideologia de gênero” e “identidade de gênero”. Mesmo não explicitando verbalmente o significado de identidade de gênero, ele deixa claro, por meio da apresentação do que representa esse conceito, que não é a favor desse movimento:

[...] a partir do momento que querem ensinar nas escolas, que menino não nasce menino, que menina não nasce menino, que eles nascem neutros. E conforme as influências que eles forem recebendo, cultural, social, o meio que vive, eles vão decidir o que eles vão ser. Cara, eu sou contra, né? Eu sou contra, não sou eu como a maioria, e exatamente por isso Bolsonaro foi eleito, né? Porque era uma das bandeiras que ele defendia. E democracia é isso, gente. A maioria votou querendo um país conservador, querendo que esses valores sejam preservados e ganhou (Nemer, 2019, 4:06).

Ao observar a construção da argumentação do sujeito no trecho apresentado, percebemos que ele se afilia ao que denominamos como valores eternos, valores tradicionais pautados na religião, que defendem a valorização do modelo tradicional de família cristã, no qual homens e mulheres cisgêneros constroem uma família com filhos cisgêneros. Esse fenômeno pode ser observado melhor no minuto 5:01, quando ele diz:

Porque ser mulher não é simplesmente, se eu tô me sentindo agora eu sou mulher. Não. Ah, homem agora eu tô me sentindo homem, vai virar homem, vai pronto, sou homem. Não, gente, mulher não é só falei, sou mulher, tô me sentindo mulher. Mulher tem útero, mulher tem ovário, mulher menstrua, mulher tem TPM, mulher brava, mulher maravilhosa, mulher, olha, melhor criação de Deus, né, sementou coisa melhor, guardou pra ele só, né. Isso foi feito da costela, né. Ainda só as filé mignon, vixe, meu Deus, aí ó, né. Homem,

né, só, tô me sentindo, não, homem também tem testículo, tem pênis, é um corpo diferente, mulher gera, reproduz e assim consequentemente. O que está mudando agora é estar dando desespero, né? A pessoa, ah, eu nasci homem, mas agora eu sou mulher. Eu estou me sentindo mulher, meu filho, você pode sentir um girassol. Não é girassol, se nascer homem é homem, se tem pipi é homem, se tem periquita é menina. É fato (Nemer, 2019, 05:01).

Ao proferir esse enunciado, o sujeito reafirma os seus valores, que são correspondentes ao campo tradicionalista, além disso, ele expõe o que considera como modelos de homem e mulher ideias, detalhando as características que constituem cada um deles. No momento 6:49' do vídeo, ele deixa explícito que concorda com os valores cristãos, comprovando, assim, que os seus argumentos são baseados nesses valores:

O Estado é laico. Não tem que ter religião. Tá bom, estado é laico. Mas, predominantemente, o Brasil é cristão. Você que está achando que é católico, evangélico, espírita, não sei. Mas você que acredita no CRIACIONISMO, que é tipo, Deus criou o mundo, criou o Adão, criou o homem, criou a mulher. Você que acredita na palavra de Deus na Bíblia. Você sabe que a palavra de Deus diz que Deus criou o homem e a mulher. Homem e mulher, Ele os criou. Ele não fala de outra coisa. É homem e mulher. Ele criou dessa forma (Nemer, 2019, 06:49).

Nesse trecho, é interessante observar que ele usa Estado quando se refere a laicidade, mas, de maneira subjetiva, usa nação quando se refere a um Brasil cristão. Assim, sabemos que *Estado* é o conjunto das instituições que controlam e administram uma nação, já *nação* é ligado à identidade, cultura e aspectos históricos; assim, nações antecedem o Estado e possuem um caráter mais subjetivo. Dessa forma, notamos que o sujeito argumenta que a instituição pode ser laica, mas os indivíduos que vivem nela são religiosos e é uma característica que está intrínseca na nação brasileira.

A partir disso, o sujeito reafirma esses valores até o final do vídeo, deixando explícito que os seus argumentos são baseados nos valores religiosos. Assim, podemos concluir que ele pertence ao campo tradicionalista dessa polêmica, no qual os valores são pautados no eterno, ou seja, no que diz as Sagradas Escrituras. O sujeito encerra o vídeo reafirmando que a sociedade é democrática, que todos têm o direito de expor sua opinião, validando o seu discurso pautado na democracia brasileira. No seguinte trecho, é interessante observar que ele traz a sua visão do que seria democracia, que, para ele, é poder expressar a sua opinião, o que abre um leque, pois de fato expressar a sua opinião é algo democrático, contudo, no momento que sua opinião fere um outro sujeito, ela foge do conceito de democracia e de liberdade de expressão:

E se você não gostou, eu quero te pedir desculpa, mas é minha opinião. Assim como você tem a sua, que postou nas redes sociais também, coisa que eu também não concordei, a vida é assim, cada um tem a sua opinião. Respeite o próximo, independente da opinião. O lado bom é isso da sociedade, né? O lado bom do Brasil é isso, cada um pode pensar o que quiser, pode manifestar seu pensamento, só não pode perder o respeito, nem ofender. Um abraço pra todo mundo, em breve tem vídeo novo de comédia, né? Chega de falar papo sério, muito polêmico, forte. Um beijo pra vocês, gente. Deus abençoe. É nós (Nemer, 2019, 10:10).

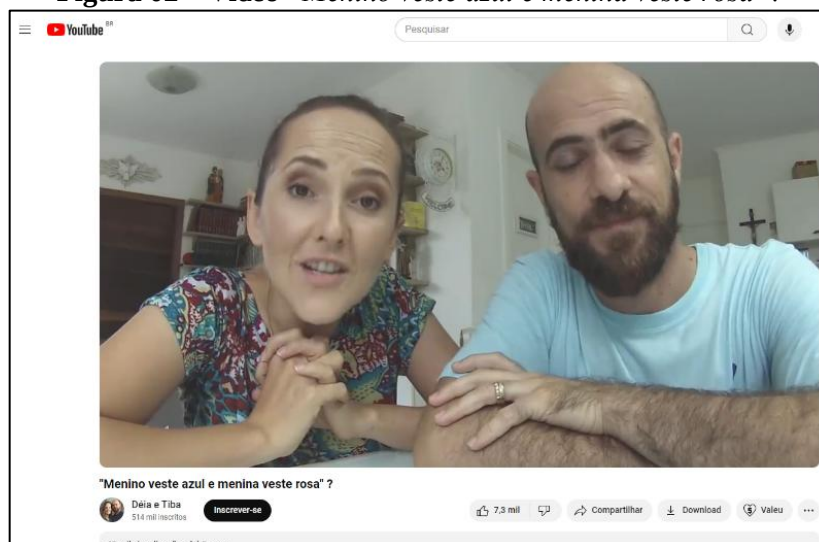
Ao passarmos para o segundo vídeo “*Menino veste azul e menina veste rosa*”?, de Déia e Tiba (2019), conseguimos notar semelhanças com o discurso de Jonathan Nemer, as quais serão colocadas posteriormente por nós. O vídeo em questão foi produzido por um casal cristão católico que segue a veia tradicional do catolicismo – ex-missionários da Canção Nova, autores de livros sobre a família e fundadores do Movimento Juntos Pela Vida –. Déia e Tiba gravaram produziram um pequeno vídeo de cerca de cinco minutos no que aparentar ser um pequeno escritório, o qual tem uma quantidade de livros ao fundo e símbolos da fé Católica. Com um tom de voz sereno, o casal conduz o seu vídeo como uma espécie de bate-papo íntimo, uma conversa com conhecidos que fazem parte do ciclo íntimo da família deles.

Déia e Tiba começam o seu vídeo, assim como Jonathan Nemer, ironizando aqueles que estão do lado contrário ao deles. De forma explícita, eles criticam os sujeitos do campo discursivo oposto usando o argumento de que os sujeitos do campo oposto não dominam o ato de interpretar um texto:

A Damares Alves se tornou, mais uma vez, alvo dos lacradores. O seu vídeo onde ela diz que menino veste... azul, menina, veste rosa, viralizou e os famosinhos têm caído em cima aí, na verdade demonstrando uma grande dificuldade de interpretação das coisas. Ou de maldade, ou falta de vontade de entender o óbvio. É claro que a Damares não estava falando literalmente da roupa azul, da cor azul, da cor rosa pra menina, azul pra menino. Aquilo ali simbolizava algo muito mais profundo, que é a ideologia de gênero (Déia e Tiba, 2019, 00:08).

Pautados na ideologia de gênero, o casal começa a sua argumentação defendendo a até então ministra Damares Alves. É interessante observar que eles utilizam a palavra “simbolizava”, atribuindo ao enunciado da ex-ministra um caráter simbólico.

Figura 02 – Vídeo “Menino veste azul e menina veste rosa”?



Fonte: Captura de tela de Déia e Tiba (2019).

Prosseguindo suas falas, os ex-missionários reforçam a sua argumentação e a defesa de Damares, elencando pautas com as quais os valores eternos são filiados: a luta contra o aborto e, novamente, contra a ideologia de gênero – a qual ganha um maior destaque durante o processo, sendo colocada como “o grande mal”:

A Damares há longos anos tem se mostrado uma defensora da vida, lutado contra as questões do aborto e lutado também contra essa questão da ideologia de gênero. E por isso sim ela levanta esta bandeira e é apoiada por uma grande maioria conservadora da população, porque nós sabemos o grande mal que é a ideologia de gênero, que destrói a identidade das crianças e que justamente foca nas crianças. A gente viu toda a questão da ideologia de gênero tentando ser implantada (Déia e Tiba, 2019, 00:36)

Nos minutos iniciais desse vídeo, conseguimos observar que a pauta principal é a questão da ideologia de gênero – que segue a mesma conceitualização que trouxemos acima através do vídeo de Jonathan Nemer. O que de fato torna o vídeo do casal interessante é que os sujeitos pertencem a uma religião diferente da Damares e do Jonathan Nemer, mas defendem de maneira sagaz o que é proposto, assim como a própria ex-ministra. Isso ocorre porque, apesar de pertencerem a religiões diferentes, eles comungam dos valores eternos do campo tradicionalista, associados às Sagradas Escrituras e à religião pública brasileira (Nascimento 2018a), que pregam a família tradicional segundo os moldes da Bíblia como a correta. Com a noção de religião pública brasileira, não nos referimos propriamente a uma ou outra religião especificamente, mas à religião como a manifestação de um fenômeno no qual os sujeitos

aderem aos valores mesmo não pertencendo a religião específica, somente em busca dos valores que são comungados por esse fenômeno.

Nos minutos seguintes, o casal, utilizando-se de argumentos baseados na estrutura do real (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005), busca reafirmar o enunciado da ex-ministra. Os argumentos baseados na estrutura do real são aqueles que apelam para as experiências concretas e as percepções comuns compartilhadas por um público, visando tornar o discurso mais persuasivo ao conectá-lo com a realidade cotidiana. Para isso, eles fazem referência às cores azul e rosa e às noções de príncipe e princesa – sendo essa última dualidade exposta por Damares Alves em seu discurso de posse.

E a Damares, então, assumindo como ministra, sem pretensão de esconder quais são seus objetivos enquanto ministra, deixa muito claro que sim, meninas serão meninas no nosso país, meninos serão meninos. Teremos o direito de chamar nossas filhas de princesas e nossos filhos de príncipe, como muitas vezes já foi questionado isso. Criticado, aí menina você não tem que educar sua filha para ser uma princesinha e seu filho para ser um príncipe, eles vão ser o que eles quiserem e nós sabemos que não é dessa forma, não é assim que nós cristãos devemos conduzir as nossas famílias a educação dos nossos filhos (Déia e Tiba 2019, 01:08).

Ao falar que “meninas serão meninas no nosso país, meninos serão meninos”, o casal se associa aos valores de que a sociedade – e principalmente a instituição da família – devem seguir o padrão heteronormativo e cisgênero, vinculando a sua argumentação a um caráter binarista. No minuto 02:30’, os sujeitos usam como argumento a perseguição cristã e, nesse momento, tecem uma crítica e ironizam os grupos feministas – o qual pode ser identificado através do slogan “mexeu com uma mexeu com todas” –, colocando Damares no lugar de perseguida por ser cristã. Apesar de não trazerem explicitamente, o fato de colocar Damares como perseguida remete a memória da perseguição aos cristãos pelos judeus e romanos durante os primeiros séculos da Era Cristã:

Tem também um agravante aí que todo mundo sabe. Que E aí nós sabemos que hoje a sociedade vive aí uma negação tremenda de tudo aquilo se revela, se expõe como cristã que é de Deus, aquilo que vem de Deus, que coloca Deus em evidência. Então também tem esse agravante, né, Tiba? Damares também foi vítima de chacota há um tempo atrás, porque ela relatava a experiência dolorosa dela com abuso infantil, ela foi abusada dos 6 aos 8 anos de idade, e ela contava que ela estava prestes a se matar, na árvore para se envenenar e morrer e ela foi salva ali para uma experiência que ela teve com o Cristo. E aquilo virou motivo de chacota. Aí nessa hora não teve mexeu com uma mexeu com todas, né? Não teve movimento feminista se posicionando. Mas por quê? Porque ela era cristã (Déia e Tiba, 2019).

A partir do minuto 03:40, os sujeitos destacam, mais uma vez, que o enunciado de Damares é simbólico, ou seja, ele possui um caráter metafórico, uma vez que ela não falou das cores, mas fez uma referência à ideologia de gênero. O casal deixa explícito que concorda e defende a pauta da Damares Alves, bem como condena o que é denominado pelos grupos pertencentes ao campo tradicionalista como ideologia de gênero. Déia e Tiba reforçam a ideia de escolha e democracia na qual Jair Bolsonaro, até então recém-eleito presidente do Brasil, foi escolhido pela maioria dos eleitores:

O que a Damares disse foi algo simbólico, vocês não sabem o que é simbólico. Se vocês não sabem o que é algo simbólico, como vocês querem interpretar uma fala da Damaris ainda fora de contexto, né? Ela estava comemorando ali um novo governo, uma nova forma de fazer política, sem esse viés ideológico, sem ideologia de gênero, que essa patifaria, essa ideia ridícula que tenta desconstruir as identidades homem e mulher, eles querem desconstruir a família natural. Com certeza vocês que estão criticando isso estão com dor de cotovelo, estão achando isso um tremendo absurdo, mas saibam que a grande maioria da população brasileira está... Com Damares, está com Bolsonaro e está apoiando esta forma de conduzir o país. Não fosse assim não teria sido eleito o nosso presidente. A grande maioria acreditou nele nas propostas que ele traz. E acredita também no trabalho dos seus ministros, que estão em comum acordo com ele. Queremos um Brasil livre da ideologia de gênero (Déia e Tiba, 2019, 03:40).

Nos minutos finais do vídeo, os sujeitos fazem uma espécie de comparação entre Damares Alves e Dilma Rousseff na qual colocam a ex-ministra como vítima, pois a ex-presidente também proferiu enunciados que causaram controvérsias na sociedade, contudo, ao contrário da Damares, eles não foram tão criticados e expostos pela parcela da sociedade que tecia críticas à atual senadora:

Vocês gostam da Dilma, né? Vocês gostam do discurso da Dilma, né? Damares não pode falar que é menina veste rosa e menina azul, mas a Dilma não pode falar que vai estocar vento. Que ela vê cachorro atrás de criança. Que a mandioca é a maior invenção do Brasil. Que é uma grande descoberta do homem sapiens e da mulher de sapiens. Por aí vai, gente. É tranquilo, né? Pelo amor de Deus, né? Estamos, graças a Deus, num novo tempo. Quer queira, quer não, uma nova era no Brasil. Gente, é isso aí. Damares, estamos com você. Aqui em casa os meninos vestem azul e quando vier uma menina vai vestir roda. Tchau, gente. Até o próximo vídeo (Déia e Tiba, 2019, 05:25).

Após a análise desses dois primeiros vídeos, conseguimos observar que o campo tradicionalista constrói a sua argumentação favorável à Damares Alves através da ideologia de gênero. Essa, conhecida tecnicamente como *identidade de gênero*, diz respeito ao gênero com

o qual a pessoa se identifica, independente do sexo biológico com o qual nasceu. Para os pertencentes ao campo tradicionalista, isso não é identidade e sim ideologia, pois, para eles, é impor mudanças que são pecados e imorais, pois seus valores são baseados no que chamamos aqui de valores eternos, aqueles que se baseiam na Bíblia e em preceitos religiosos.

Quadro 01 - Análise do campo tradicionalista

Vídeo	Posicionamento Central	Principais Argumentos/Valores
Jonathan Nemer (2019)	Crítica à ideologia de gênero e defesa da família tradicional.	- Ideologia de gênero como ameaça à inocência das crianças. - Utilização das cores em chás-revelação como justificativa para a norma binária de gênero. - Liberdade individual para adultos, mas defesa da proteção das crianças. - Reforço dos valores cristãos com base na Bíblia. - Vinculação de gênero à biologia, com definições claras sobre o que é ser homem ou mulher. - Apelo à democracia para validar os valores cristãos, apresentados como maioria no Brasil.
Déia e Tiba (2019)	Defesa de Damares Alves e dos valores cristãos tradicionais, associando a crítica a ela à perseguição religiosa.	- Argumento simbólico de que o enunciado de Damares é uma metáfora para defender a família tradicional. - Crítica à ideologia de gênero como destrutiva à identidade infantil. - Reforço do binarismo de gênero como ordenação natural (príncipe e princesa). - Alegação de perseguição aos cristãos e à fé. - Defesa de Damares como representante legítima de uma maioria conservadora. - Críticas a movimentos feministas e contradições percebidas em discursos progressistas. - Vinculação do governo Bolsonaro à proteção desses valores.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na próxima subseção adentraremos nos atos polêmicos do campo afetivossexual.

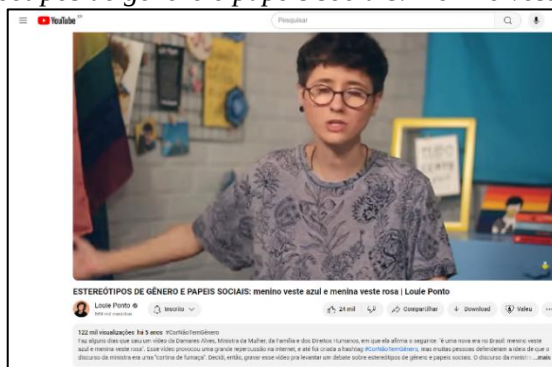
4.2 AS ATOS POLÊMICOS: CAMPO AFETIVOSSEXUAL

Dentro do evento polêmico estudado, os sujeitos pertencentes ao campo afetivossexual possuem um discurso moldado por correntes que estão associadas ao movimento LGBTQIA+, com pautas que incluem as questões de gênero e de sexualidade. Ao manifestarem-se politicamente, esses sujeitos buscam combater as imagens que ao longo da história lhes foram associadas, com o intuito de terem as suas pautas reconhecidas e respeitadas pela sociedade. Para compreender o campo afetivossexual, escolhemos, para compor a análise, os vídeos

Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa – canal Louie Ponto (2019) – e *Pq menino veste azul e menina veste rosa?* – canal Nunca Te Pedi Nada (2019).

Do canal Louie Ponto, *Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa* é o terceiro vídeo a ser analisado por nosso estudo. Mulher, lésbica, mestra em Literatura, criadora de conteúdo digital e mediadora de um clube literário intitulado “Clube Sáfico”, Louie Ponto, em seu canal, produziu um vídeo de cerca de onze minutos sobre o enunciado de Damares e sua repercussão na sociedade. Em seu cenário de praxe para gravações do *Youtube*, ela conduz o seu discurso aos moldes de um bate-papo entre amigos, seguindo o que normalmente é o seu perfil em seus vídeos.

Figura 03 – Vídeo *Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa*



Fonte: Captura de tela de Louie Ponto (2019).

Escolhendo iniciar o seu vídeo para o *Youtube* com o vídeo vazado de Damares Alves, Ponto inicia a sua fala tecendo uma pequena crítica sobre a volatilidade e velocidade com a qual as informações são disseminadas e reproduzidas em meios digitais:

Eu pensei em não gravar esse vídeo, porque na internet os assuntos se tornam antigos muito rápido. Então hoje parece não fazer mais sentido levantar um debate sobre o discurso da ministra Damares. Eu acho essa rapidez uma característica um pouco ruim da internet, porque às vezes faz com que a gente tenha que responder a assuntos muito complexos, sem a devida atenção, sem um momento de reflexão. E trabalhar com internet é lidar com isso o tempo todo. Se hoje acontece alguma coisa polêmica ou problemática, você sente que precisa gravar um vídeo no mesmo dia que tá todo mundo emitindo opiniões e fazendo memes, inclusive brigando entre si por causa de determinado assunto (Ponto, 2019, 00:22).

Dando partida através desse ponto, o sujeito deixa explícito que algumas posições sobre o discurso de Damares Alves a incomodaram, não isentando aquelas que pertencem à esquerda e algumas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+. Com isso, Louie Ponto começa a

construir a sua argumentação, apresentando que a discussão que envolve o enunciado polêmico da ministra ficou quase que restrito à divisão de cores, afirmando que a principal reflexão a ser feita sobre esse evento não é necessariamente a pauta entre o azul e rosa, mas o discurso que vem com essa dicotomia.

[...]eu acho que a discussão ficou muito pautada na divisão de cores. Tanto que foi criada a hashtag CorNãoTemGênero. Isso não é um problema, mas a gente precisa refletir sobre a ideologia que tá por trás desse discurso. E daí não é muito eficiente postar foto da Damares de azul ou do Papa vestindo uma manta rosa (Ponto, 2019, 1:10)

Para construir a sua argumentação, o sujeito chama a atenção para a diferença entre as “cortinas de fumaça”, ações que visam desviar o foco da população, e as ações e medidas que realmente podem causar um impacto significativo na vida da população brasileira (Ponto, 2019). Para sustentar que *Menino veste azul e menina veste rosa* não é uma cortina de fumaça, Ponto começa a construir a sua argumentação com um relato pessoal. Ela utiliza a sua experiência e trajetória desde a infância para afirmar que o enunciado de Damares Alves pode trazer consequências para a sociedade: “Mas menino usar azul e menino usar rosa pra mim não é cortina de fumaça, e nesse vídeo eu vou explicar por quê. Essa criança sou eu” (Ponto, 2019).

Eu não sei exatamente quando, como nem porque eu desenvolvi certos gostos pra atividades, brincadeiras e roupas. Mas certas características da minha personalidade me acompanham desde, sei lá, desde que eu consigo me lembrar. Desde que eu me tornei capaz de tomar as minhas próprias decisões. Tipo, escolher a roupa que eu quero usar ou quais são as minhas brincadeiras preferidas. Eu não lembro disso ser um problema quando eu era pequena, mas passou a ser um problema quando eu comecei a ir pra escola. Eu tinha três anos quando eu comecei a ir pra escola (Ponto, 2019, 2:10).

Ao começar a construir a sua argumentação, o sujeito filia-se à noção de identidade de gênero, a qual diz que a identidade dos sujeitos se molda e se constrói ao longo do tempo, assim, de acordo com o convívio em sociedade, gostos particulares e maturidade, os indivíduos desenvolvem a sua identidade particular. É interessante observar que o ponto crucial do discurso de Louie Ponto é a afirmação de que o fato dela não se aproximar das características impostas pela sociedade, no que diz respeito às mulheres e à feminilidade, só passou a ser um problema à medida que se inseriu na sociedade, quando passou a conviver além do seu núcleo familiar, indo à escola, aos seus três anos de idade, uma criança ainda muito pequena, mas que já tinha as suas preferências:

Além do meu pequeno núcleo de convivência, passei a conviver com outras crianças, com outras pessoas adultas e uma das primeiras lembranças que eu tenho desse lugar, ou seja, do convívio social é uma sensação de inadequação. Não é que eu não gostasse da escola, tinha muita coisa legal na escola, mas naquele espaço, eu me sentia deslocada (Ponto, 2019, 2:39).

A argumentação do sujeito constrói-se, principalmente, por meio de argumentos que exemplificam as dificuldades para alguns indivíduos quando existe uma naturalização dos papéis de gênero, que são reforçados pela sociedade brasileira. É explícito, na fala de Ponto que, os papéis de gênero reforçam estereotipações, desigualdades e fronteiras entre as crianças. Como forma de validar a sua argumentação, ela lança mão das contribuições de Guacira Lopes Louro, historiada, educadora e pesquisadora de grande renome no Brasil:

Tem uma educadora e pesquisadora brasileira chamada Guacira Lopes Louro, que diz o seguinte numa obra chamada *Gênero, Sexualidade e Educação*: “É provável que para algumas crianças – aquelas que desejam participar de uma atividade controlada pelo outro gênero – as situações que enfatizam fronteiras e limites sejam vividas com muita dificuldade.”. E com base na minha própria vivência, posso dizer que a experiência escolar de crianças que desafiam as normas de gênero e de sexualidade deixam marcas negativas com as quais a gente precisa lidar durante toda a vida. A escola não é a única responsável pela manutenção dessa ideologia. Na verdade, todos os discursos em todos os lugares reforçam a ideia de que você precisa seguir determinada norma e cumprir determinado papel social (Ponto, 2019, 03:10).

É de suma importância darmos destaque à afirmação “a escola não é a única responsável pela manutenção dessa ideologia” (Ponto, 2019, 03:40), pois, por meio dela, conseguimos observar que ambos os campos discursivos, emergentes do evento polêmico aqui estudado, tratam os seus opostos como percursores de ideologias, como uma espécie de aversão ao outro, ou melhor, uma antipatia pelos valores amados do outro. Essa é uma das características marcantes da polêmica: os grupos pertencentes a campos discursivos opostos tendem a discordar totalmente dos valores do outro grupo. Como uma espécie de jogo dos sete erros, os sujeitos apontam os valores e ideais do outro como incorretos, como causadores das mazelas da sociedade.

Tomando como base essa característica, conseguimos observar que Ponto trata os valores do campo oposto como uma ideologia, assim como os sujeitos dos vídeos pertencentes ao campo tradicionalista tratam as correntes teóricas que fundam a identidade de gênero também como uma ideologia, fazendo constantemente o uso do termo *ideologia de gênero* para se referir ao conceito de identidade de gênero. Esse fenômeno é bastante curioso e interessante, pois, por meio dele, notamos como os sujeitos de grupos discursivos diferentes enxergam a

sociedade de maneiras tão distintas a ponto de cultivar uma espécie de ódio aos valores do outro.

Se no campo tradicionalista os argumentos focavam no que eles denominaram como o combate a ideologia de gênero, o campo afetivossexual tem como base a crítica à fixação e à disseminação dos papéis de gênero na sociedade brasileira. Para exemplificar esse caráter enraizador dos papéis de gênero, Ponto traz para o seu jogo argumentativo a festa de chá-revelação:

Quando eu tava pensando se eu gravava ou não gravava esse vídeo, eu lembrei de uma coisa que virou moda agora, que são aqueles chás de revelação do sexo do bebê. Eu realmente não vou julgar a decisão individual de fazer ou não fazer uma festa como essa. Acho que é mais uma forma que o capitalismo e o patriarcado encontraram de ganhar dinheiro de reproduzir estereótipos de gênero antes mesmo da criança nascer? Acho. Mas também acredito que seja possível uma pessoa ou um casal promover esse tipo de festa e mesmo assim proporcionar a criança uma educação livre de barreiras de gênero, porque o ser humano é contraditório. E por que eu digo que é contraditório? Porque essa festa é mais um alarde sobre o sexo de uma criança que ainda nem nasceu (Ponto, 2019, 04:30).

É a partir desse ponto que o Louie Ponto traz com mais afinco a fixação dos papéis de gênero na nossa sociedade. Para argumentar contra essa fixação, ela traz o argumento de que as cores utilizadas no chá-revelação são apenas o início dos moldes dos gêneros. Segundo ela, não é apenas uma festa, mas um “ritual” que simboliza o início de um molde fixo para aquele sujeito, um molde que está enraizado e naturalizado na sociedade brasileira, tornando-se apenas o início da categorização do que seriam homens e mulheres ideais para o sistema (Ponto, 2019). Colocando-se como vítima desse sistema, Ponto utiliza como argumento a sua própria experiência:

Eu me escondia no quarto dos meus pais, eu colocava uns casacos e gravatas e pintava com lápis de olho, bigode e barba em mim. E tinha um evento específico que me deixava extremamente incomodada, que era a festa junina. Eu precisava colocar vestido, amarrar o cabelo, passar batom. Em momentos como esse, eu sentia que eu tava representando um personagem, porque aquela pessoa não era eu, e eu não me sentia confortável daquele jeito. Só que eu não podia simplesmente falar que eu queria colocar calça e uma camisa xadrez (Ponto, 2019, 06:20)

Ao observar a construção do discurso de Louie Ponto, notamos que se filia à noção de identidade de gênero como uma forma de reconhecimento. Assim, os papéis de gênero fixados na sociedade dificultam a construção individual dela, já que eles corroboram para uma

identificação em apenas dois gêneros: o masculino e o feminino, com características bem delimitadas desde o nascimento. Ela deixa claro esse seu posicionamento no momento 08:20 quando ela diz: “É assim que funciona o mundo porque ele é regido por normas que a gente estabeleceu. A gente não, na verdade. Porque essas normas são construções sociais carregadas de ideologia e com o objetivo de manter uma ordem naturalizada” (Ponto, 2019).

E é a partir desse momento que Louie Ponto utiliza as colaborações das teorias feministas para posicionar-se contra os papéis de gênero:

Porque essas normas são construções sociais carregadas de ideologia e com o objetivo de manter uma ordem naturalizada. Segundo a qual, quem tem acesso a espaços de poder são homens brancos, cis heterossexuais. Menino corre, pratica esporte, brinca de super-herói, de luta, gosta de arma. São estimulados nos meninos comportamentos mais ativos, agressivos, que correspondem a uma personalidade mais dominadora. E todas as características consideradas femininas devem ser completamente repudiadas. Ou seja, existe uma hierarquia muito bem definida que provoca apagamentos, exclusões e violências (Ponto, 2019, 08:26).

Assim, ela termina o seu vídeo tecendo uma crítica àqueles que restringem o discurso da então ministra a um simples jogo de cores, pois, para ela, o discurso da Damara Alves vai além, é uma ideologia; mais uma vez, o sujeito faz referência aos valores do outro como uma ideologia, uma forma de articular e moldar a sociedade segundo parâmetros impostos por determinado grupo:

A única coisa que eu quero dizer é que se a gente pode falar em ideologia de gênero é dessa ideologia que eu abordei nesse vídeo. Uma ideologia naturalizada, institucionalizada, reproduzida pelos mais diferentes discursos e que provoca consequências concretas na vida de crianças e de pessoas adultas oprimidas por uma estrutura social misógina e LGBTfóbica. E se você tem uma vivência parecida e quiser compartilhar comigo, comenta aqui embaixo pra gente conversar. E a gente se vê no próximo vídeo. Abracinho em você, beijo, tchau! (Ponto, 2019, 10:48)

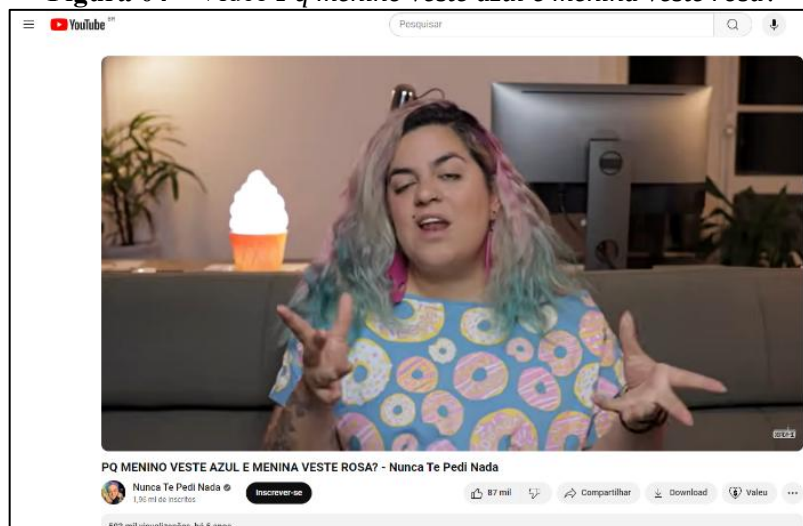
A influenciadora digital encerra o seu vídeo com a fala transcrita, e, a partir do seu vídeo, compreendemos que os seus argumentos, posicionamentos e valores fazem parte do campo afetivossexual, pois corroboram com o conceito de identidade de gênero, o qual trata a identidade como uma construção individual que se relaciona a sua percepção pessoal sobre o seu próprio gênero, que pode ou não coincidir com o sexo biológico atribuído ao nascer. Também identificamos, assim como no fragmento transcrito anteriormente, traços das teorias feministas, teorias essas que são vistas como um conjunto de perspectivas e abordagens que

visam compreender, criticar e transformar as relações de poder e as desigualdades de gênero que marcam as sociedades, quando ela tece os seus argumentos sobre os papéis de gênero.

Para finalizar a análise do campo afetivossexual, escolhemos o vídeo *Pq menino veste azul e menina veste rosa?*, do canal Nunca Te Pedi Nada (2019), da influencer digital Maíra Medeiros. De antemão, já podemos dizer que a forma com a qual são escolhidos e apresentados os argumentos pela Maíra Medeiros diferencia-se um pouco da Louie Ponto, porém, ainda assim, elas pertencem ao mesmo campo discursivo.

É importante dizer que a Maíra Medeiros é uma das influencers digitais mais antigas no que diz respeito à reprodução e disseminação das teorias feministas. Desde 2012, ela já produzia conteúdo para blogs e páginas voltadas para esse tema, no entanto, o seu canal do Youtuber foi criado apenas em 2015 e, desde essa época, inúmeros são os vídeos publicados na plataforma. O vídeo aqui analisado não foge dos padrões de produção da Youtuber, em seu cenário usual: uma conversa leve em tom íntimo, sem deixar de apresentar as suas habituais adições e interrupções feitas durante a edição dos vídeos.

Figura 04 – Vídeo *Pq menino veste azul e menina veste rosa?*



Fonte: Captura de tela de Nunca Te Pedi Nada (2019).

Utilizando o seu tom habitual de condução, Medeiros diz que “[...] hoje vamos analisar por que meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 00:03); logo em seguida, utilizando o mesmo padrão da produção analisada anteriormente, ela apresenta o vídeo da Damares Alves nos seus primeiros segundos de tela. Após esse momento, o sujeito

apresenta o seu posicionamento sobre o enunciado da ex-ministra de maneira implícita. Apesar de não dizer explicitamente que não concorda com ela, Medeiros deixa subentendido que o enunciado não a agradou:

Enfim, eu olhei pra isso aí e eu não entendi muito bem por que que ela ficou tão feliz falando isso, falando que agora é a nova era, mas eu falei assim, tá tudo bem, antes de eu falar qualquer coisa eu vou analisar as coisas, eu vou pesquisar, eu vou fazer aquele grande CSI digital que eu adoro fazer (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 00:36).

Assim, para começar a elaborar o seu repertório de argumentos, construir o seu discurso e, por fim, tentar entender as colocações da Damares, Maíra Medeiros baseia-se em momentos e movimentos históricos ao longo dos séculos. Dessa forma, ela começa a sua base de argumentos com a tentativa de responder um questionamento levantado por ela mesma: “Será que o que eu encontrei aqui vai fazer a gente entender por que que ela ficou tão feliz assim?” (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 01:06’). Assim, o sujeito constrói a sua argumentação como a tentativa de responder aos seus questionamentos sobre o enunciado polêmico proferido por Damares Alves.

É interessante observar que o sujeito do vídeo utiliza, na maioria dos momentos, marcas da primeira pessoa do plural – o “nós” –, assim, compreendemos que aquela colocação não se trata apenas dela como sujeito único, mas de um grupo por ela representado: mulheres que se identificam com a teoria feminista. Com o intuito de responder aos seus próprios questionamentos e construir os seus argumentos, Medeiros recorre à história utilizando como base inicial os anos finais do século XIX:

Pra gente começar essa pesquisa, a gente tem que ir lá pro final do século XIX. Então, 1880, 1890 mais ou menos. Nessa época era extremamente caro você tingir tecidos. Então ninguém ligava pra isso não, tá gente? As roupas do bebê era tudo branca mesmo, era tudo de algodãozinho, tudo de boinha no máximo eram em tons pastéis [...] (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 01:14).

Como apresentamos anteriormente na subseção 3.3.3 *Azul e rosa: a história das cores*, durante o século XIX, era muito comum que as roupas das crianças fossem brancas. Esse fato ocorria pois os tecidos além de serem caros para tingir se desgastavam facilmente, já que as crianças tendem a manchar as suas roupas e retirar eficientemente manchas de roupas coloridas não era possível naquela época, uma vez que ainda não existiam tecnologias para esse tipo de ação e cuidado. Dessa forma, as famílias optavam pela escolha do branco qualquer que fosse o sexo do bebê.

Segundo Máira Medeiros, esse perfil começou a mudar no início do século XX, quando as roupas coloridas passaram a fazer parte dos catálogos:

[...] mas logo no comecinho do século seguinte, lá no começo do século 20, o que foi que aconteceu? Surgiu aí uma questão de rosa e azul, foi a primeira vez que surgiu essa questão, porém era invertida em 1918. Teve a publicação de um catálogo de uma loja de departamento que se chama Earl Shawn's Infant's Department no caso era da parte das crianças dessa loja de departamento, essa loja é lá dos Estados Unidos, e esse catálogo ele dizia que as cores mais vivas, mais fortes e tal, como rosa, deveriam ser usadas por meninas, enquanto as cores delicadas, como o azul, deveriam ser usadas por meninas. E nesse mesmo período a gente também teve outras publicações de outros catálogos, de outras magazines e lojas de departamentos que diziam a mesma coisa. Mas esse babado todo ele não era pra determinar o gênero das crianças, eles eram simplesmente uma dica de moda, um lance mais look, sabe? (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 01:36).

Ao dizer que “esse babado todo ele não era pra determinar o gênero das crianças, eles eram simplesmente uma dica de moda, um lance mais look, sabe?” (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 02:20), Medeiros posiciona-se sobre o enunciado polêmico de Damares Alves. Dentro do campo afetivossexual, os sujeitos entendem as cores azul e rosa, elencas pela então ministra, como marcas de binarismo e papéis de gênero, funcionando como marcadores.

Ao longo do vídeo, ela continua construindo os seus argumentos utilizando bases históricas:

Mas, no final das contas, as pessoas preferiam branco mesmo, porque naquela época você só tinha um jeito de lavar roupa, você não tinha todas essas tecnologias de sabão, de coisa, etc. E a maneira mais fácil de você limpar uma roupa de criança, que se sujava muito, era usando água sanitária. Então, a maioria das mães compravam pros seus filhos roupas brancas. E digo mais, naquela época era muito comum meninos usar vestido. As crianças todas, elas usavam vestidos. Porque elas usavam vestidos, Maira, pelo amor de Deus, me explica, eu vou te explicar. Uma criança que usava um vestido era muito mais fácil de ser trocada as fraldas, então você não precisava tirar a calça da criança, você só levantava, saía, trocava a calça. Também era um tipo de vestimenta que trazia mais mobilidade pra criança, a criança podia correr, ela podia brincar. E sem falar que naquela época não existia pré-natal, então a mulher não tinha como fazer um ultrassom pra ver o que ela tinha lá dentro, se era um menino ou menina, pra ela poder comprar a roupa adequada antes dele nascer. Não! O bebê era apenas o bebê (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 03:06).

Ao trazer o fato de que as crianças de ambos os sexos utilizam vestidos, o sujeito tenta validar que a construção social de que há roupas de meninas e de meninos não tem fundamento, já que anteriormente ambos utilizavam vestidos, que são vestimentas taxadas atualmente como

roupas femininas. Ao trazer esse fato histórico, o sujeito tenta romper com essa característica imposta pelos papéis de gêneros na sociedade contemporânea.

Para começar a ambientar o porquê de os padrões das cores terem se invertido para o que segue nos dias atuais, Maíra Medeiros traz o seguinte fato histórico:

Desculpa interromper aqui mais uma vez, mas também trago uma outra informação aqui do momento da edição. É o seguinte, lá na década de 30, o que que foi que aconteceu? O Hitler ele simbolizava homens gays com triângulos cor de rosa, então foi nessa época que o rosa virou uma cor não masculina. Então isso tem tudo a ver com isso daí, olha só que doido, hein? Volta aí pro vídeo, gente (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 04:34).

Além disso, ela argumenta com o fato de que as pessoas passaram a vestir as crianças como uma extensão dos adultos; deixou-se de lado a categoria roupa de crianças e passou a existir o que o sujeito caracteriza como “miniadultos”. Foi um período de transição, já que os movimentos feministas diminuíram a intensidade de algumas tendências populares que emergiam:

Foi lá para 1940 que começou a mudar. Nessa época que começou a acabar esse lance de roupa de criança e aí as pessoas elas começaram a inserir as roupas masculinas e femininas para as crianças como se as crianças virassem miniadultos, sabe? Então tipo assim, a menina ela se vestia com roupinhas de mulher como se fosse um vestido de mulher só que pra... pro tamanho da menina e o menino vestia roupinhas de homenzinho só que né, pro tamanho dele. Mas entre 1960 e 1970 começaram os movimentos de liberação feminina. Grupos que lutavam pela igualdade social e legal das mulheres na sociedade. As pessoas que estavam inseridas nesses movimentos, elas começaram a falar que se a gente vestisse as meninas com roupas de menina, pode ser que socialmente, no crescimento delas, elas perdessem oportunidades de aprendizado, de sucesso, etc. E aí deu uma estagnada e tudo ficou nessa vibe de roupas neutras, vamos usar a mesma cor de roupa pra todos, não tem esse lance de menino e menina. Se você tá acompanhando comigo até, eu vou deixar o link aqui no description pra você ver (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 05:03).

É interessante observar que o sujeito sempre tenta esclarecer que retira as suas informações de fontes seguras e que não é apenas uma mera especulação. Conseguimos observar esse fenômeno de maneira mais clara no final do trecho anterior, no qual ela diz que deixará o link na descrição para quem quiser conferir a veracidade das informações. Ao notar esse cuidado, conseguimos entender que o campo afetivossexual sempre tenta esclarecer ao máximo as suas argumentações, comprovando fontes e baseando-se em fatos.

Prosseguindo com a sua argumentação, o sujeito utiliza, como justificativa para as tendências da adoção das cores como marcadores de gênero, o capitalismo, sistema econômico que visa o lucro:

Mas foi nos anos 80 que a tendência veio e ela veio com força, por quê? Porque ela não veio sozinha, não era só mais uma tendência de moda para as crianças, agora a coisa ela ia muito mais além, ela estava em conjunto com a ciência, gente, porque lá nos anos 80 aconteceu o que? A popularização dos exames pré-natal e era como o ultrassom que as famílias podiam ver o gênero do bebê antes de ele nascer e eles iam ver se o neném era menino ou menina e aí as lojas pensaram essa é uma ótima oportunidade de fazer enxovais diferentes pra meninos e pra meninas que nesse caso ficou o rosa pra menina e o azul pro menino [...] (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 06:14).

Medeiros continua a construir sua argumentação utilizando argumentos a favor do combate aos papéis de gênero até o final do seu vídeo. Para isso, ela utilizou a fala da psicanalista Fani Hisgail: “A afinidade com alguma cor não determina personalidade ou sexualidade”(apud Nunca Te Pedi Nada, 2019, 08:13’). Assim, o sujeito filia-se à questão da identidade de gênero, como no vídeo analisado anteriormente.

Para concluir o seu vídeo, Maíra Medeiros retoma a questão de Damares Alves: “Agora a gente tem que entender por que a ministra ficou tão feliz assim com esse paranauê todo. E pra gente entender isso a gente tem que entender pra que serve o ministério dessa ministra” (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 08:37). Por conseguinte, o sujeito utiliza como argumento as atribuições que a então ministra deveria cumprir ao assumir o seu lugar no ministério:

O ministério dela é o ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. Esses ministérios eles eram diferentes antes, eles eram separados e tinham outras coisas envolvidas, mas aí o governo atual resolveu juntar nesse ministério e entregar para a ministra Damares. A Damares é uma educadora, ela é pastora e também é advogada. E esses são os objetivos desse ministério. Coordenar a política nacional dos direitos humanos, promover os direitos de cidadania, os direitos da mulher, promover os direitos da cidadania das minorias, da criança, do adolescente e do idoso, promover ações contra a discriminação e também pela igualdade entre homens e mulheres, favorecer a ressocialização e proteção de dependentes químicos e promover os direitos das pessoas [...] (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 08:42).

Ao elencar o que seriam as responsabilidades de Damares, ela tem a intenção de fazer uma espécie de alerta, de demonstrar por qual caminho espera que o ministério perpassasse. Ao terminar de elencar, Medeiros deixa claro que, para ela, Damares Alves não seria uma boa escolha para o ministério que representaria, pois, de acordo com as colocações que foram

pesquisadas por ela, a então ministra não correspondia ao que é esperado do ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Ah Maíra, mas você tá falando isso, você tá achando que ela não vai ser uma boa ministra? Só porque ela falou essa frase? Em nenhum momento eu tô falando que ela vai ser uma boa ministra ou vai ser uma má ministra por causa disso que ela falou. Só falei que não tem nada a ver uma coisa com outra. O ministério dela e nem as coisas que ela falou. Mas eu resolvi pesquisar outras coisas que essa mulher falou. E aí, conforme eu fui lendo essas outras declarações da dona ministra, eu fui ficando mais confusa ainda, gente! Foi aí que eu não entendi mesmo por que que ela foi escolhida pra fazer parte desse ministério questionar bastante se esse ministério ele vai de fato fazer tudo aquilo que ele veio pra fazer sabe? (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 10:39).

Prosseguindo a sua argumentação, o sujeito volta novamente para a questão da construção dos papéis de gênero. Para ela, o que está acontecendo é uma espécie de retrocesso, que busca impedir o avanço de novas ideias e o retorno daquelas que já foram superadas:

Às vezes não parece que as coisas estão tentando reconstruir uma porrada de coisa que a gente levou mó tempo pra desconstruir, que a gente tentou desconstruir essas coisas justamente pra gente ter uma sociedade mais igualitária, mais justa pra todo mundo? É, às vezes parece (Nunca Te Pedi Nada, 2019, 11:15)

Para fechar a sua argumentação, Medeiros utiliza um argumento baseado no sistema democrático: é o povo que escolhe o seu representante, logo, é tarefa do povo cobrar e fiscalizar o que será feito:

Somos peças indispensáveis na democracia porque a gente que vota pras pessoas estarem lá em cima e essa pessoa escolher quem vão ser os ministros. Por isso que a gente precisa sempre parar pra pensar se as pessoas que foram chamadas pelo presidente vão de fato fazer aquilo que o ministério promete que vai ser feito. A gente tem que cobrar sempre, porque se a gente não cobra, as pessoas vão lá fazer o que eles quiserem e a gente não vai poder reclamar depois. Então a nossa função é cobrar mesmo, que é isso que eu tô fazendo. Por isso que eu fui pesquisar de lá pra cá, daqui pra lá pra ver por que que tá a tamanho daquela felicidade lá. Não entendi nada. Quero saber o que você entendeu dessa relação dessas duas coisas, né, desse ministério falou que deixou ela tão feliz assim eu quero eu quero saber a opinião de vocês sobre isso vocês podem deixar aqui nos comentários (Nunca Te Pedi, Nada, 2019, 11:36).

No trecho acima, conseguimos observar que o sujeito tem a intenção de fazer com que o seu auditório fique alerta e cobre dos políticos aquilo que é correto. Ela encerra o seu vídeo com uma frase da jornalista Maíra Azevedo: “Liberdade acima de tudo, ninguém acima de todos

e Deus dentro da fé de cada um” (*apud* Nunca Te Pedi Nada, 2019, 12:21) que faz referência ao slogan de campanha da campanha eleitoral de 2018 de Jair Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Ao encerrar o seu vídeo com essa frase, o sujeito deixa o seu “grito final”, o qual deixa explícito que ela não concorda com os ideais pregados pelos sujeitos pertencentes ao campo tradicionalista.

Em síntese, a análise dos vídeos *Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa* e *Pq menino veste azul e menina veste rosa?* evidencia como os discursos relacionados aos papéis de gênero e à identidade de gênero são complexos e multifacetados. As influenciadoras digitais Louie Ponto e Maíra Medeiros, embora utilizando abordagens distintas, convergem na crítica à naturalização dos estereótipos de gênero e na defesa de uma sociedade mais inclusiva e crítica em relação aos marcadores de gênero impostos. Suas argumentações ressaltam a importância de repensar os discursos que perpetuam desigualdades e limitam as liberdades individuais, abrindo espaço para uma reflexão mais profunda sobre a construção social da identidade e dos papéis de gênero.

Quadro 02 – Análise do campo afetivossexual

Vídeo	Posicionamento Central	Principais Argumentos/Valores
Louie Ponto (2019)	Crítica à imposição de normas de gênero e defesa da diversidade e da liberdade de expressão individual.	- Identidade de gênero como uma construção social, distinta do sexo biológico. - Críticas à fixação em papéis de gênero como um dispositivo de exclusão. - Experiências pessoais como exemplo de exclusão e imposição de normas sociais. - Rejeição da ideia de que a ideologia de gênero é uma ameaça. - Reivindicação de representatividade para pessoas LGBTQIA+ e questionamento de valores tradicionais. - Enfoque na desconstrução de estereótipos e defesa da inclusão.
Nunca Te Pedi Nada (2019)	Desconstrução da dualidade azul/rosa como símbolo de papéis de gênero impostos, com defesa da liberdade de escolha e igualdade de gênero.	- Questionamento da dualidade azul/rosa como um padrão imposto culturalmente. - Definição de identidade de gênero como uma liberdade individual. - Críticas ao uso da religião para justificar normas sociais e opressões. - Enfoque na harmonia social e no respeito às diferenças. - Defesa da liberdade de escolha das crianças quanto à sua identidade. - Rejeição de argumentos binaristas e defesa da pluralidade como riqueza cultural.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3 COMPREENDENDO AS MODALIZAÇÕES ENUNCIATIVAS DOS ATOS POLÊMICOS

Como os campos aqui apresentados modalizam o discurso para se aproximar do seu auditório? De fato, conseguimos notar muitas semelhanças na enunciação dos quatro vídeos analisados anteriormente. Eles são constituídos através de uma ótica muito próxima, o que nos leva a pensar que o campo tradicionalista e o campo afetivossexual possuem, cada um, um estilo muito típico de modalização, quase que uma espécie de padrão a ser utilizado pelos sujeitos que pertencem a esses campos.

Ao referimo-nos à modalização enunciativa, a definimos como “as atitudes do sujeito, ou os seus olhares, lançados ao enunciado” (Emediato, 2022, p.236). Assim, ela expressa a atitude do sujeito argumentante em relação ao enunciado, ou seja, são marcas que podem transmitir graus de certeza, dúvida, desejo, obrigação, avaliação ou emoção, refletindo a subjetividade e a ideologia do enunciador. A modalização aparece em diferentes gêneros do discurso, funcionando como dispositivos discursivos para construir sentidos, sendo uma tentativa de alinhar o auditório com a posição ideológica do orador. Dessa maneira, é correto afirmar que o orador pode usar a linguagem de modo argumentativo, orientando o seu auditório a tomar decisões específicas, provocando uma orientação. Sendo assim, trabalharemos aqui com os quatro tipos principais de modalização: epistêmica, axiológica, deontica e volitiva (Emediato, 2022).

A partir de Emediato (2022), compreendemos a modalização epistêmica como o uso de recursos linguísticos que expressam o grau de certeza ou probabilidade do que foi atribuído pelo orador a um enunciado. Esse tipo de modalização indica como o orador se posiciona em relação àquilo que deseja transmitir, sinalizando se considera o enunciado como algo seguro, duvidoso, possível ou incerto, manifestando-se por meio de advérbios, verbos modais ou outras estruturas. Esse tipo de modalização é essencial para a construção de um discurso persuasivo, pois ele, além de informar, orienta o auditório quanto à condição da informação. Ao modular as suas afirmações, o orador pode controlar a recepção do seu discurso, criando uma atmosfera para diferentes interpretações e influenciando a adesão ou rejeição à sua tese.

Ao falar de modalização axiológica, nos referimos a enunciados que expressam julgamento de valor, preferências, apreciações ou emoções do orador em relação ao que é expresso. Sendo assim, ela é diretamente ligada a subjetividade do orador, refletindo suas avaliações sobre o que está sendo abordado, destacando o que avalia como positivo ou negativo,

desejável ou indesejável; conseguimos identificar esse tipo de modalização por meio de adjetivos ou por meio de construções que indicam alguma preferência. A modalização axiológica é fundamental na construção de ideologias, já que ela atribui valor às ideias, direcionando o auditório para os valores do orador, influenciando suas crenças e valores.

Partindo para a modalização deôntica, a entendemos como um tipo de modalização que expressa permissões, obrigações ou proibições no discurso. Dessa maneira, ela é usada para regular o comportamento do auditório, indicando aquilo que é considerado como adequado, necessário ou permitido em um contexto determinado. Em termos linguísticos, ela se manifesta através de verbos modais ou expressões que impõem uma relação de autoridade, norma ou expectativa. Sendo assim, esse tipo de modalização é de extrema importância para a construção de normas sociais e para a manutenção do controle social no discurso, pois é por meio dela que é possível indicar o que é permitido ou obrigatório, reforçando regras e expectativas culturais.

Por último, a modalização volitiva é aquela que expressa desejos, intenções ou vontades do orador. Usada para indicar que o orador deseja ou espera que algo aconteça, esse tipo de modalização pode ser identificado por meio de verbos ou construções fraseológicas que indiquem disposição ou desejo sobre algo. Assim, concluímos que a modalização volitiva é de suma importância no que se refere à construção da subjetividade no discurso, pois, ao manifestar seus desejos e intenções, o orador não comunica apenas as suas preferências, mas direciona e cria condições para alcançar o que se espera, influenciando a realidade de acordo com as suas necessidades ou objetivos.

Partindo para o nosso *corpus* contido na subseção 4.1, que corresponde ao campo tradicionalista, montamos quatro quadros separando alguns enunciados do discurso nas quatro modalizações aqui já apresentadas:

Quadro 03 – Modalização Epistêmica – campo tradicionalista

<i>Menino usa Azul e Menina usa Rosa???</i> (Nemer, 2019)	<i>“Menino veste azul e menina veste rosa”?</i> (Déia; Tiba, 2019)
“ <u>Acho</u> que o buraco é mais embaixo, né?”.	“ <u>A gente viu</u> toda a questão da ideologia de gênero tentando ser implantada”.
“ <u>Acho</u> que não é só cor não, cara”.	“ <u>Vocês não sabem</u> o que é simbólico”.
“Você <u>acha</u> que o governo vai segurar você?”.	“ <u>Com certeza</u> vocês que estão criticando isso estão com dor de cotovelo”.
“Você <u>acha</u> que o Bolsonaro, os filhos dele, vai chegar lá, os deputados... Não, não vai dar fazer isso!”.	“A grande maioria <u>acreditou</u> nele nas propostas que ele traz”.

--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Observando os enunciados contidos no Quadro 03, correspondentes ao vídeo *Menino usa Azul e Menina usa Rosa???*, entendemos que, por meio da modalização epistêmica, eles manifestam graus de incerteza ou probabilidade por meio de recursos linguísticos. Nos enunciados “acho que o buraco é mais embaixo, né?” e “acho que não é só cor não, cara”, o uso do verbo *acho*, na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, atua como um marcador linguístico de dúvida, destacando a indecisão do sujeito em afirmar algo com total certeza. Esse recurso linguístico também aparece em contextos interrogativos, como em “você acha que o governo vai segurar você?” e “você acha que o Bolsonaro, os filhos dele, vai chegar lá, os deputados... Não, não vai dar fazer isso!”. Nesses casos, o verbo *acha*, conjugado na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, não só questiona a posição do auditório, mas também evidencia a incerteza do auditório ou a tentativa de negociar significados no discurso.

O conjunto de enunciados correspondentes ao vídeo “*Menino veste azul e menina veste rosa*”? demonstra diferentes graus de certeza no contexto epistêmico. Em “a gente viu toda a questão da ideologia de gênero tentando ser implantada”, há uma sinalização de certeza baseada na percepção do sujeito. Já em “vocês não sabem o que é simbólico”, ocorre uma declaração que põe em dúvida o entendimento do auditório. Por outro lado, em “com certeza vocês que estão criticando isso estão com dor de cotovelo”, a modalização epistêmica assume um tom de ênfase com o uso de *com certeza*, reforçando a crença do orador. No último enunciado do quadro, “a grande maioria acreditou nele nas propostas que ele traz”, o verbo *acreditou* indica um consenso percebido, manifestando uma certeza coletiva. Assim, a modalização epistêmica emerge como uma ferramenta discursiva que orienta a interação entre os sujeitos, incorporando nuances de dúvida, suposição, mas também de convicção, às construções argumentativas.

Quadro 04 – Modalização Axiológica – campo tradicionalista

<i>Menino usa Azul e Menina usa Rosa???</i> (Nemer, 2019)	<i>“Menino veste azul e menina veste rosa”?</i> (Déia; Tiba, 2019)
“O governo quer interferir na cor da roupa das crianças? Que absurdo, gente!”	“Porque nós sabemos <u>o grande mal</u> que é a ideologia de gênero”.
“Mulher <u>maravilhosa</u> , mulher, olha, <u>melhor criação de Deus</u> ”.	“Essa <u>patifaria</u> , essa ideia <u>ridícula</u> que tenta desconstruir as identidades homem e mulher”.
“O lado <u>bom</u> do Brasil é isso, cada um pode pensar o que quiser”.	“ <u>A Dilma não pode falar que vai estocar vento</u> ”.

“Que vai usar as crianças? Deixa a criança usar a cor que quiser”.	“ <u>Graças a Deus</u> , num novo tempo. Quer queira, quer não, uma nova era no Brasil”.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Partindo para o Quadro 04, observamos que juízos de valor sobre o conteúdo apresentado no discurso, evidenciando a posição subjetiva do sujeito, são marcados por meio da modalização axiológica. Em “o governo quer interferir na cor da roupa das crianças? Que absurdo, gente!”, a substantivo *absurdo* carrega uma forte avaliação negativa, denunciando a ideia de interferência como algo inaceitável. Por outro lado, em “mulher maravilhosa, mulher, olha, melhor criação de Deus”, a utilização de adjetivos como *maravilhosa* e *melhor* demonstra um julgamento altamente positivo, emocional e idealizado. Já o enunciado “o lado bom do Brasil é isso, cada um pode pensar o que quiser” reflete um juízo igualmente positivo sobre a liberdade de pensamento, valorizando a pluralidade de opiniões. Em contraste, “que vai usar as crianças? Deixa a criança usar a cor que quiser” também faz uma crítica implícita à interferência, evidenciando um juízo de reprovação quanto à imposição de normas.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), em sua teoria da argumentação, abordam o uso do argumento do ridículo como uma estratégia retórica eficaz para desqualificar um ponto de vista ou conceito, apelando para o senso comum e para o desdém do público em relação ao que é considerado absurdo ou desprovido de valor. Partindo para o conjunto de enunciados situados do lado direito do quadro, percebemos que, em “porque nós sabemos o grande mal que é a ideologia de gênero”, há uma avaliação negativa que desqualifica o conceito mencionado, acompanhada de certeza. Já em “essa patifaria, essa ideia ridícula que tenta desconstruir as identidades homem e mulher”, a escolha do substantivo *patifaria* e do adjetivo *ridícula* utiliza precisamente o argumento do ridículo, reforçando um juízo fortemente depreciativo e ridicularizando a ideia de desconstrução das identidades de gênero.

Esse tipo de argumentação visa desqualificar e enfraquecer a posição oposta ao apresentar suas ideias como algo digno de ridicularização. Por outro lado, expressões como “graças a Deus, num novo tempo. Quer queira, quer não, uma nova era no Brasil” traz uma perspectiva otimista e esperançosa, contrastando com a crítica irônica presente em “a Dilma não pode falar que vai estocar vento”. Esses enunciados demonstram como a modalização apreciativa, que inclui o uso do ridículo, constrói sentidos que influenciam a recepção e o engajamento do auditório com o discurso.

Quadro 05 – Modalização Deontica– campo tradicionalista

<i>Menino usa Azul e Menina usa Rosa???</i> (Nemer, 2019)	<i>“Menino veste azul e menina veste rosa”?</i> (Déia; Tiba, 2019)
“ <u>Não é para</u> interferir”.	“ <u>Meninas serão meninas no nosso país, meninos serão meninos</u> ”.
“ <u>Você pode escolher</u> não só a cor, <u>você escolhe</u> até o que você quer fazer do seu corpo”.	“ <u>Queremos um Brasil livre da ideologia de gênero</u> ”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Adentrando no Quadro 05, observamos os enunciados correspondentes à modalização deontica, aquela que é utilizada para expressar obrigações, permissões ou proibições no discurso. Ao analisá-los, percebemos que no enunciado “não é para interferir”, a proibição é expressa de forma direta, com a estrutura negativa reforçando a rejeição à ideia de intromissão. Já na frase “você pode escolher não só a cor, você escolhe até o que você quer fazer do seu corpo”, a modalização assume um tom permissivo, sublinhando a autonomia do sujeito em relação às suas escolhas. Já em “meninas serão meninas no nosso país, meninos serão meninos”, é estabelecida uma norma que reforça papéis de gênero tradicionais, enquanto que “queremos um Brasil livre da ideologia de gênero” reflete a percepção de uma obrigação coletiva de alcançar esse ideal social. Assim, compreendemos que esses enunciados demonstram que a modalização deontica não se limita a regular comportamentos individuais, mas também atua na legitimação de valores culturais e ideológicos, contribuindo para a construção de discursos normativos que moldam a sociedade.

Quadro 06 – Modalização Volitiva – campo tradicionalista

<i>Menino usa Azul e Menina usa Rosa???</i> (Nemer, 2019)	<i>“Menino veste azul e menina veste rosa”?</i> (Déia; Tiba, 2019)
“Eu só <u>queria</u> dizer, né? Porque eu sou homem, né?”.	“ <u>Queremos um Brasil livre da ideologia de gênero</u> ”.
“Eu <u>quero</u> fazer, eu quero dar!”.	“ <u>Estamos, graças a Deus, num novo tempo</u> ”.
“ <u>Quero</u> te pedir desculpa, mas é minha opinião”.	“ <u>Estamos com você. Aqui em casa os meninos vestem azul e quando vier uma menina vai vestir rosa</u> ”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Se atendo aos enunciados do Quadro 06, chegamos à modalização volitiva. No enunciado “eu só queria dizer, né? Porque eu sou homem, né?”, o uso do verbo *queria*,

conjugado na 1ª pessoa do singular no pretérito imperfeito do indicativo, reflete um desejo contido, sugerindo uma intenção que é suavizada pela escolha linguística. Por outro lado, em “eu quero fazer, eu quero dar!”, a modalização torna-se mais enfática e imediata, com o uso repetitivo de *quero*, na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, reforçando a clareza do desejo. De forma semelhante, no enunciado “quero te pedir desculpa, mas é minha opinião”, observa-se a manifestação de um desejo duplo: o de se desculpar e o de justificar a própria opinião. Esses enunciados ilustram como a modalização volitiva permite que o locutor expresse sua vontade de forma mais ou menos assertiva, dependendo do contexto discursivo.

Analisando o parâmetro dos quadros 03, 04, 05 e 06, percebemos que o uso da modalização foi de suma importância para que o campo tradicionalista alcançasse, de fato, o seu auditório. A seguir, nos deteremos em analisar como a modalização foi utilizada pelo campo afetivossexual, para isso produzimos quatro quadros com alguns enunciados retirados do nosso *corpus* que está contido na subseção 4.2.

Quadro 07 – Modalização Epistêmica – campo afetivossexual

<i>Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa (Ponto, 2019)</i>	<i>Pq menino veste azul e menina veste rosa? (Nunca Te Pedi Nada, 2019)</i>
“Eu <u>acho</u> essa rapidez uma característica um pouco ruim da internet”.	“ <u>Enfim, eu olhei pra isso aí e eu não entendi muito bem por que que ela ficou tão feliz falando isso</u> ”.
“É <u>provável</u> que para algumas crianças – aquelas que desejam participar de uma atividade controlada pelo outro gênero – as situações que enfatizam fronteiras e limites sejam vividas com muita dificuldade”.	“ <u>Às vezes</u> não parece que as coisas estão tentando reconstruir uma porrada de coisa que a gente levou mó tempo pra desconstruir?”.
“Eu <u>acho</u> que a discussão ficou muito pautada na divisão de cores”.	“ <u>Mas eu resolvi pesquisar outras coisas que essa mulher falou. E aí, conforme eu fui lendo essas outras declarações da dona ministra, eu fui ficando mais confusa ainda, gente!</u> ”.
“ <u>Acho</u> que é mais uma forma que o capitalismo e o patriarcado encontraram de ganhar dinheiro”.	“ <u>Parece</u> que a gente tentou desconstruir essas coisas justamente pra gente ter uma sociedade mais igualitária”.

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 07, nos debruçamos sobre os enunciados do campo afetivossexual que correspondem a modalização epistêmica. Em “eu acho essa rapidez uma característica um pouco ruim da internet” e “eu acho que a discussão ficou muito pautada na divisão de cores”, o uso do verbo *acho* reflete uma avaliação subjetiva, caracterizada pela incerteza ou pela ausência

de uma afirmação categórica. Esse recurso também aparece em estruturas que introduzem possibilidades, como no enunciado “é provável que para algumas crianças – aquelas que desejam participar de uma atividade controlada pelo outro gênero – as situações que enfatizam fronteiras e limites sejam vividas com muita dificuldade.”, onde *é provável que* destaca a probabilidade de uma situação, sem confirmar sua ocorrência. Assim, a modalização epistêmica não apenas sinaliza a postura do orador, mas também oferece ao auditório uma margem de interpretação do enunciado.

Já o enunciado “enfim, eu olhei pra isso aí e eu não entendi muito bem por que que ela ficou tão feliz falando isso” revela uma hesitação inicial, seguida por uma avaliação crítica. De maneira semelhante, em “às vezes não parece que as coisas estão tentando reconstruir uma porrada de coisa que a gente levou mó tempo pra desconstruir?”, a estrutura interrogativa e o marcador *às vezes* introduzem uma dúvida sobre o progresso social. Além disso, no enunciado “mas eu resolvi pesquisar outras coisas que essa mulher falou. E aí, conforme eu fui lendo essas outras declarações da dona ministra, eu fui ficando mais confusa ainda, gente!”, observa-se um processo de amplificação da incerteza a partir de novas informações. Por fim, em “parece que a gente tentou desconstruir essas coisas justamente pra gente ter uma sociedade mais igualitária”, o uso de *parece* sugere uma percepção incerta, mas conectada a uma interpretação subjetiva. Esses enunciados evidenciam como a modalização epistêmica é essencial para transmitir nuances de significado, articulando as posições do locutor em relação ao discurso.

Quadro 08 – Modalização Axiológica - campo afetivossexual

<i>Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa (Ponto, 2019)</i>	<i>Pq menino veste azul e menina veste rosa? (Nunca Te Pedi Nada, 2019)</i>
“Essas normas são construções sociais <u>carregadas de ideologia</u> ”.	“ <u>Às vezes não parece que as coisas estão tentando reconstruir uma porrada de coisa que a gente levou mó tempo pra desconstruir?</u> ”.
“ <u>Existe uma hierarquia muito bem definida que provoca apagamentos, exclusões e violências</u> ”.	“ <u>Foi aí que eu não entendi mesmo por que que ela foi escolhida pra fazer parte desse ministério</u> ”.
“ <u>Não é um problema, mas a gente precisa refletir sobre a ideologia que tá por trás desse discurso</u> ”.	“ <u>Desculpa interromper aqui mais uma vez, mas também trago uma outra informação aqui do momento da edição</u> ”.
“ <u>Eu sentia que eu tava representando um personagem, porque aquela pessoa não era eu</u> ”.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Para tratar da modalização axiológica no campo afetivossexual, escolhemos os enunciados que estão no Quadro 08. Em “essas normas são construções sociais carregadas de

ideologia”, há uma avaliação negativa das normas, que são descritas como impregnadas de intenções ideológicas. De forma semelhante, o enunciado “existe uma hierarquia muito bem definida que provoca apagamentos, exclusões e violências” expressa um juízo crítico sobre as estruturas sociais, destacando suas implicações negativas. Outros enunciados, como “não é um problema, mas a gente precisa refletir sobre a ideologia que tá por trás desse discurso”, revelam uma avaliação mais reflexiva, sugerindo a necessidade de considerar questões implícitas. Ao chegarmos no enunciado “eu sentia que eu tava representando um personagem, porque aquela pessoa não era eu”, observa-se um juízo introspectivo sobre a sensação de inadequação ao papel desempenhado.

Além disso, a modalização axiológica é utilizada pelo campo afetivossexual para contextualizar ou reinterpretar eventos históricos e sociais. No enunciado “então, 1880, 1890 mais ou menos. Nessa época era extremamente caro você tingir tecidos”, por exemplo, há uma avaliação objetiva sobre a dificuldade técnica do tingimento naquela época. Já em “às vezes não parece que as coisas estão tentando reconstruir uma porrada de coisa que a gente levou mó tempo pra desconstruir?”, identifica-se uma crítica implícita a possíveis retrocessos sociais. Nos dois últimos enunciados selecionados, observamos que, em “foi aí que eu não entendi mesmo por que que ela foi escolhida pra fazer parte desse ministério”, reflete juízos críticos voltados à legitimidade de escolhas políticas, enquanto “desculpa interromper aqui mais uma vez, mas também trago uma outra informação aqui do momento da edição” valoriza a importância de trazer dados adicionais para enriquecer o discurso. Essa seleção demonstra como a modalização apreciativa amplia a carga argumentativa do texto ao incorporar avaliações que alinham o discurso às crenças e aos valores do orador.

Quadro 09 – Modalização Deontica- campo afetivossexual

<i>Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa (Ponto, 2019)</i>	<i>Pq menino veste azul e menina veste rosa? (Nunca Te Pedi Nada, 2019)</i>
“Você <u>precisa</u> seguir determinada norma e cumprir determinado papel social”.	“Por isso que a gente <u>precisa</u> sempre parar pra pensar se as pessoas que foram chamadas pelo presidente vão de fato fazer aquilo que o ministério promete que vai ser feito”.
“Eu <u>precisava</u> colocar vestido, amarrar o cabelo, passar batom”.	“A gente <u>tem</u> que cobrar sempre, porque se a gente não cobra, as pessoas vão lá fazer o que eles quiserem”.
“ <u>Não é muito eficiente postar foto da Damareis de azul ou do Papa vestindo uma manta rosa</u> ”.	“ <u>Somos peças indispensáveis na democracia porque a gente que vota pras pessoas estarem lá</u> ”.

	<u>em cima e essa pessoa escolher quem vão ser os ministros</u> ”.
“Você <u>sente que precisa</u> gravar um vídeo no mesmo dia que tá todo mundo emitindo opiniões”.	“Pra gente começar essa pesquisa, a gente <u>tem</u> que ir lá pro final do século XIX”.

Fonte: Elaborado pela autora.

O campo afetivossexual também investe na modalização deôntica para construir o seu discurso, como observamos nos enunciados contidos no Quadro 09. Nos primeiros enunciados dele, “você precisa seguir determinada norma e cumprir determinado papel social” e “eu precisava colocar vestido, amarrar o cabelo, passar batom”, destacamos o uso do verbo *precisar*, na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo e na 1ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo, para expressar uma imposição social ou normativa. Essas construções linguísticas refletem a internalização de regras que moldam comportamentos de acordo com expectativas culturais. Em outro enunciado, “não é muito eficiente postar foto da Damares de azul ou do Papa vestindo uma manta rosa”, a proibição é comunicada de forma sutil ao associar a ação a uma espécie de ineficiência argumentativa. De forma semelhante, em “você sente que precisa gravar um vídeo no mesmo dia que tá todo mundo emitindo opiniões”, observa-se uma pressão social subentendida que exige a resposta imediata em um contexto de urgência comunicativa.

Além de moldar comportamentos individuais, a modalização deôntica também assume um caráter coletivo e normativo em enunciados mais amplos dentro do campo afetivossexual. Como, por exemplo, em “por isso que a gente precisa sempre parar pra pensar se as pessoas que foram chamadas pelo presidente vão de fato fazer aquilo que o ministério promete que vai ser feito”, que expressa a necessidade de reflexão crítica sobre a responsabilidade dos agentes políticos. Já em “a gente tem que cobrar sempre, porque se a gente não cobra, as pessoas vão lá fazer o que eles quiserem”, o verbo *tem*, na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, marca a obrigação cidadã de fiscalização constante. Outras construções, como “o ministério dela é o ministério da mulher, da família e dos direitos humanos”, estabelecem explicitamente obrigações institucionais, enquanto “pra gente começar essa pesquisa, a gente tem que ir lá pro final do século XIX” reforça a necessidade de um ponto de partida metodológico obrigatório.

Quadro 10 – Modalização Volitiva - campo afetivossexual

<i>Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa (Ponto, 2019)</i>	<i>Pq menino veste azul e menina veste rosa? (Nunca Te Pedi Nada, 2019)</i>
“Eu <u>queria</u> colocar calça e uma camisa xadrez”.	“ <u>Quero</u> saber o que você entendeu dessa relação dessas duas coisas”.
“A única coisa que <u>eu quero dizer</u> é que se a gente pode falar em ideologia de gênero é dessa ideologia que eu abordei nesse vídeo”.	“ <u>Quero</u> saber a opinião de vocês sobre isso, vocês podem deixar aqui nos comentários”.
“Se você tem uma vivência parecida e <u>quiser compartilhar comigo, comenta aqui embaixo pra gente conversar</u> ”.	“Eu <u>quero</u> saber por que ela ficou tão feliz assim”.
“Eu realmente não vou julgar a decisão individual de fazer ou não fazer uma festa como essa”.	“Eu fui <u>pesquisar de lá pra cá, daqui pra lá pra ver por que que tá a tamanho daquela felicidade lá</u> ”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para finalizar os quadros, abordaremos sobre a modalização volitiva no campo afetivossexual. Focando em enunciados como “eu queria colocar calça e uma camisa xadrez”, o sujeito expressa um desejo frustrado, uma vez que o contexto normativo impõe limitações ao comportamento desejado. Quando partimos para enunciados como “a única coisa que eu quero dizer é que se a gente pode falar em ideologia de gênero é dessa ideologia que eu abordei nesse vídeo”, percebemos que a intenção comunicativa é explicitada de forma clara, com o sujeito estabelecendo um objetivo discursivo. Outros enunciados, como “se você tem uma vivência parecida e quiser compartilhar comigo, comenta aqui embaixo pra gente conversar”, ilustram um convite para o auditório participar ativamente da troca de experiências, enquanto “eu realmente não vou julgar a decisão individual de fazer ou não fazer uma festa como essa” reflete uma vontade de respeitar a autonomia do outro, enfatizando a liberdade de decisão e expressão.

Além disso, a modalização volitiva também é usada para expressar o desejo de compreender ou esclarecer aspectos do discurso. Em “quero saber o que você entendeu dessa relação dessas duas coisas”, o orador manifesta seu desejo de entender a perspectiva do auditório, destacando a interação como objetivo principal. Da mesma forma, “quero saber a opinião de vocês sobre isso, vocês podem deixar aqui nos comentários” é uma declaração explícita da intenção de fomentar a interação, com foco no engajamento do público. Em outros casos, como em “eu quero saber por que ela ficou tão feliz assim”, o orador demonstra um desejo pessoal de compreender um comportamento, enquanto “eu fui pesquisar de lá pra cá, daqui pra lá pra ver por que que tá a tamanho daquela felicidade lá” expressa a vontade de esclarecer uma percepção confusa, movido pela curiosidade. Assim, compreendemos que esses

enunciados, dentro do campo afetivossexual, revelam como a modalização volitiva contribui para a construção de um discurso mais dinâmico, interativo e voltado para a exploração de ideias e sentimentos.

Em síntese, a análise das estratégias argumentativas, por meio das modalizações epistêmica, axiológica, deôntica e volitiva revelou uma complexa interação entre subjetividade, ideologia e construção discursiva nos campos tradicionalista e afetivossexual. Esses recursos linguísticos atuam como ferramentas fundamentais para a organização das enunciações, estabelecendo relações específicas entre o orador e o auditório, seja ao indicar certezas e incertezas, valores e juízos, normas e permissões, desejos e intenções. Os quadros analisados demonstraram como essas modalizações não apenas refletem as posições ideológicas dos campos, mas também moldam a percepção e o engajamento do auditório com os discursos apresentados.

Dessa maneira, ao comparar os dois campos, percebemos que a escolha das estratégias linguístico-discursivas está intimamente ligada aos objetivos ideológicos e culturais de cada grupo, revelando sua forma de interagir com o público e de sustentar suas argumentações. O campo tradicionalista, por meio de modalizações axiológicas e deônticas, prioriza o reforço de valores preexistentes e normas culturais, estabelecendo juízos de valor que consolidam crenças e estruturas sociais. As modalizações deônticas, por exemplo, são utilizadas para criar uma sensação de obrigação ou permissão, enquanto as axiológicas carregam avaliações subjetivas que visam validar ou rejeitar comportamentos e ideias com base em critérios morais e culturais. Esses recursos discursivos refletem uma postura mais normativa, focada na reafirmação de padrões estabelecidos.

Em contrapartida, o campo afetivossexual adota uma abordagem discursiva que privilegia a reflexão e a abertura ao diálogo, utilizando frequentemente modalizações epistêmicas e volitivas. Ao recorrer a modalizações epistêmicas, esse campo convida à problematização e ao questionamento de certezas, favorecendo a construção de discursos menos dogmáticos e mais inclusivos. Já as modalizações volitivas expressam desejos e intenções, criando um espaço de interação e engajamento com o auditório. Essa estratégia linguística demonstra um esforço para estabelecer um discurso dinâmico, voltado para a promoção de mudanças e para a desconstrução de valores hegemônicos. Assim, a análise das modalizações em cada campo revela não apenas as diferentes estratégias argumentativas, mas também como elas refletem dinâmicas de poder e subjetividades, evidenciando o papel central da linguagem na articulação de identidades e valores em contextos de polêmica.

Na próxima subseção, lidaremos em como os sujeitos pertencentes a esses campos discursivos se manifestam sobre a percepção dos seus valores e crenças pelo campo antagônico correspondente dentro da polêmica estudada.

4.4 A LÓGICA DA PERSEGUIÇÃO

Ao analisarmos o *corpus* aqui estudado, observamos uma característica interessante na maneira como os sujeitos pertencentes a cada campo discursivo articulam e constroem o seu arsenal argumentativo (Angenot, 2010). Em alguns momentos de maneira implícita e em outros de maneira explícita, ambos os campos estudados por nós dentro do evento polêmico *Menino veste azul e menina veste rosa* articulam os seus argumentos através do que denominamos de lógica da perseguição, a qual detalharemos com maior afinco posteriormente.

Primeiramente, é necessário compreender que estamos falando de um discurso social que, segundo Marc Angenot, é:

[...] na sua diversidade falsamente cintilante, não seria senão um dispositivo implacável de monopólio da representação, em que toda divergência seria logo recuperada, neutralizada e reconduzida, a despeito de si mesma, a contribuir para a reprodução indefinida de poderes simbólicos (2015, p. 30)

Sendo assim, compreendemos que o discurso social opera como um mecanismo de controle que, apesar de aparentar diversidade, mantém-se funcional ao monopólio das representações. A falsa pluralidade do discurso mascara sua verdadeira função: absorver e neutralizar qualquer divergência que ameace as estruturas de poder. Partindo desse ponto, mesmo as críticas mais contundentes acabam sendo incorporadas e redirecionadas para reforçar os poderes simbólicos dominantes, perpetuando o *status quo*. Assim, Angenot (2015) revela a capacidade do discurso social de transformar a contestação em ferramenta de manutenção das hegemonias, ressaltando a importância de uma análise crítica que desvele esse funcionamento.

Através desse olhar, conseguimos compreender que o evento polêmico estudado ilustra de maneira concreta o discurso social como um dispositivo de controle e monopólio da representação. Compreendemos isso porque, nesse caso, temos em questão dois campos discursivos antagônicos: o campo tradicionalista, que opera segundo valores eternos e fixa papéis de gênero em uma suposta ordem natural – biológica –, e o campo afetivossexual, que entende a identidade de gênero como uma construção social e defende a desconstrução de estereótipos. Apesar de tamanha divergência, ambos os campos são absorvidos pelo discurso

social dominante, que neutraliza a polêmica ao transformá-la em espetáculo midiático ou produto cultural, diluindo a possibilidade de mudanças reais nas estruturas de poder. Com isso, a polêmica não só reforça os valores estabelecidos que se pretende questionar, mas também contribui para a reprodução contínua e constante das estruturas simbólicas que organizam a sociedade.

A partir disso, a análise do evento polêmico estudado evidencia que ambos os campos discursivos articulam suas posições em torno da ideia de perseguição. Os grupos constroem narrativas nas quais se colocam como alvo de um sistema opressor, contudo, fazem essa articulação com fundamentos e finalidades que são distintas entre si. Assim, compreendemos que a noção de perseguição é central para a construção de suas identidades e argumentos, funcionando como uma ferramenta discursiva para legitimar e sensibilizar seus auditórios.

Dessa maneira, a lógica da perseguição emerge como uma dinâmica central na retórica dos campos discursivos tradicionalista e afetivossexual, funcionando como um dispositivo argumentativo que organiza e mobiliza seus valores, estratégias e impactos. Ambos os campos utilizam essa lógica para sustentar narrativas que evocam ora a defesa de uma ordem moral ameaçada ora a rejeição de estruturas sociais opressivas. Através de uma articulação complexa, esses discursos configuram territórios simbólicos de vitimização e heroísmo, com o objetivo de sensibilizar seus auditórios e fortalecer suas identidades ideológicas.

No contexto dos atos polêmicos, a lógica da perseguição opera como uma ferramenta que intensifica os conflitos entre campos discursivos opostos. Cada lado emprega essa lógica para justificar-se, apresentando-se como uma vítima em uma dinâmica de opressão. Isso não apenas polariza os debates, mas também organiza as interações em torno dos valores centrais de cada grupo.

Partindo para o campo tradicionalista, a ideia de perseguição está diretamente ligada aos valores religiosos e à noção de uma ordem moral transcendental, reforçando a noção de que esses valores estariam sob ataque por forças externas, como a “ideologia de gênero”. Os sujeitos desse campo frequentemente se colocam como “guardiões” da moralidade cristã, vendo-se sob ataque por parte de um mundo que busca desconstruir os valores que consideram eternos e sagrados. Em um trecho do vídeo do canal Déia e Tiba, a afirmação “Estamos, graças a Deus, num novo tempo [...] Aqui em casa os meninos vestem azul e quando vier uma menina vai vestir rosa” (Déia e Tiba, 2019, 05:25) exemplifica como a tradição é apresentada como uma âncora de estabilidade em um mundo percebido como instável. Essa fala também evidencia a tentativa de naturalização de papéis de gênero binários como parte de uma ordem divina e imutável.

A perseguição nesse campo também é utilizada para criar um contraste entre a liberdade de expressão de grupos progressistas e a suposta censura enfrentada por representantes conservadores. Ainda no vídeo de Déia e Tiba, encontramos a indignação: “Damares não pode falar que é menina veste rosa e menino azul, mas Dilma pode falar que vai estocar vento” (Déia e Tiba, 2019, 06:10), sugerindo que há um tratamento desigual e discriminatório contra ideias tradicionais. Esse apelo à injustiça reforça a narrativa de que o campo tradicionalista estaria sendo silenciado e marginalizado, mesmo representando uma maioria numérica e cultural. Assim, a narrativa é reforçada por uma história simbólica de perseguição aos cristãos, como as ocorridas durante os primeiros séculos do cristianismo (Shelley, 2018), e reaparece no discurso contemporâneo como tentativas de silenciamento ou ridicularização de sua fé.

Conseguimos compreender melhor quando voltamos para o enunciado “Menino veste azul e menina este rosa” e identificamos que, para o campo tradicionalista, ele é visto como uma luta contra a “ideologia de gênero”, considerada uma ameaça à família tradicional. Durante a análise do nosso *corpus* na subseção 4.1, observamos que os sujeitos desse campo retratam a “ideologia de gênero” como uma doutrina impositiva que busca corromper as crianças e destruir os valores eternos:

Porque ser mulher não é simplesmente, se eu tô me sentindo agora eu sou mulher. Não. Ah, homem agora eu tô me sentindo homem, vai virar homem, vai pronto, sou homem. Não, gente, mulher não é só falei, sou mulher, tô me sentindo mulher. Mulher tem útero, mulher tem ovário, mulher menstrua, mulher tem TPM, mulher brava, mulher maravilhosa, mulher, olha, melhor criação de Deus, né, sementou coisa melhor, guardou pra ele só, né. Isso foi feito da costela, né (Nemer, 2019, 5:01).

Nesse sentido, conseguimos observar que Damares Alves é posicionada como uma figura perseguida por suas crenças religiosas, um paralelo implícito com a experiência de Cristo:

E aí nós sabemos que hoje a sociedade vive aí uma negação tremenda de tudo aquilo se revela, se expõe como cristã que é de Deus, aquilo que vem de Deus, que coloca Deus em evidência. Então também tem esse agravante, né, Tiba? Damares também foi vítima de chacota há um tempo atrás, porque ela relatava a experiência dolorosa dela com abuso infantil, ela foi abusada dos 6 aos 8 anos de idade, e ela contava que ela estava prestes a se matar, na árvore para se envenenar e morrer e ela foi salva ali para uma experiência que ela teve com o Cristo (Déia e Tiba, 2019, 02:39).

Esse tipo de associação não apenas reforça a ideia de justiça divina em suas pautas, mas também convoca uma resposta emocional – *páthos* – de solidariedade do auditório.

Assim, conseguimos entender que a perseguição, para o campo tradicionalista, também é vinculada a um ressentimento contra a esquerda política e os movimentos sociais como observamos em:

Vocês gostam da Dilma, né? Vocês gostam do discurso da Dilma, né? Damares não pode falar que menina veste rosa e menino azul, mas a Dilma não pode falar que vai estocar vento. Que ela vê cachorro atrás de criança. Que a mandioca é a maior invenção do Brasil. Que é uma grande descoberta do homem sapiens e da mulher de sapiens. Por aí vai, gente. É tranquilo, né? (Déia e Tiba, 2019, 05:25).

Esse campo argumenta que tais grupos promovem uma inversão de valores e buscam marginalizar os cristãos, ignorando sua maioria no contexto brasileiro. Dessa maneira, essa perspectiva é articulada em discursos que valorizam a democracia, mas que, de maneira paradoxal, afirmam que os valores cristãos deveriam ser hegemônicos porque representam a suposta maioria da população.

Em contraste, o campo afetivossexual constrói sua narrativa de perseguição em torno da rejeição à norma heteronormativa e binária imposta pela sociedade, deslocando o foco da perseguição para expor as violências e exclusões. Esse campo enxerga o enunciado “Menino veste azul e menina veste rosa” como um símbolo de exclusão e opressão, pois reforça estereótipos de gênero que limitam a expressão individual e perpetuam desigualdades. Assim, para os sujeitos pertencentes a esse campo, a fixação nos papéis tradicionais de gênero é vista como um dispositivo que legitima uma hierarquia social na qual pessoas LGBTQIA+ e mulheres são marginalizadas.

Dessa forma, a construção discursiva do campo afetivossexual é marcada pela tentativa de desmistificar os argumentos tradicionalistas e por dar visibilidade às experiências de exclusão vividas pelos sujeitos que não se enquadram nos padrões heteronormativos. Pegando como exemplo nosso *corpus* da subseção 4.2, a influenciadora digital Louie Ponto, em seu vídeo *Estereótipos de gênero e papéis sociais*, declara: “Uma ideologia naturalizada, institucionalizada, reproduzida pelos mais diferentes discursos e que provoca consequências concretas na vida de crianças e de pessoas adultas oprimidas por uma estrutura social misógina e LGBTfóbica” (Ponto, 2019, 10:48). Aqui, o discurso se volta para deslegitimar a imposição de padrões de gênero e revelar os impactos psicológicos, sociais e materiais dessas estruturas.

A perseguição, nesse contexto, é descrita como uma força estrutural que limita a liberdade e perpetua desigualdades.

Já Maíra Medeiros, no canal *Nunca Te Pedi Nada*, reforça essa perspectiva ao criticar a naturalização da divisão azul/rosa: “Essa divisão não é biológica, é cultural, e quem sofre com ela são as crianças que precisam se encaixar em padrões que não as representam” (*Nunca Te Pedi Nada*, 2019, 08:15). Sua fala denuncia como as normas sociais moldam subjetividades desde a infância, impondo limitações que reverberam na vida adulta. Medeiros apela à liberdade individual como contraponto às estruturas opressivas, destacando o sofrimento causado pela imposição de papéis de gênero

Ao se apresentarem como perseguidos, os sujeitos do campo afetivossexual buscam subverter a narrativa dominante, que naturaliza os papéis de gênero como imutáveis e biologicamente determinados:

A única coisa que eu quero dizer é que se a gente pode falar em ideologia de gênero é dessa ideologia que eu abordei nesse vídeo. Uma ideologia naturalizada, institucionalizada, reproduzida pelos mais diferentes discursos e que provoca consequências concretas na vida de crianças e de pessoas adultas oprimidas por uma estrutura social misógina e LGBTfóbica (Ponto, 2019, 10:48).

A retórica da perseguição é, portanto, um instrumento de resistência que visa problematizar a legitimidade dos valores tradicionais e abrir espaço para um debate mais inclusivo.

Embora os dois campos se posicionem como perseguidos, suas lógicas de perseguição são construídas em bases opostas. O campo tradicionalista reivindica a manutenção de uma ordem moral baseada em valores religiosos e apresenta os avanços sociais como uma ameaça à liberdade de expressão e à prática religiosa. Já o campo afetivossexual denuncia o *status quo* como um sistema opressor que perpetua desigualdades e exclui aqueles que desafiam as normas estabelecidas.

Os discursos nos dois campos mostram-se profundamente polarizados, mas ambos utilizam estratégias que apelam à emoção e à identidade de seus auditórios. O campo tradicionalista evoca o medo de uma sociedade desestruturada pela perda de valores cristãos, enquanto o campo afetivossexual apela à empatia e à justiça social para destacar os danos causados por tais valores quando impostos. Essa dinâmica é amplificada pelas redes sociais, que atuam como palcos para disputas emocionais e ideológicas.

As plataformas digitais, como o *YouTube*, desempenham um papel crucial nesse processo, permitindo que os discursos sejam replicados e reinterpretados por diferentes públicos. Em ambos os campos, a lógica da perseguição é essencial para consolidar identidades discursivas. No entanto, enquanto o campo tradicionalista reivindica o retorno a um passado idealizado, o campo afetivossexual busca a construção de um futuro inclusivo. A coexistência desses discursos revela não apenas as tensões políticas e sociais do presente, mas também as possibilidades e limites da argumentação em um cenário de intensa polarização.

Essa polarização também se manifesta na maneira como os dois campos interpretam a liberdade. Para o campo tradicionalista, a liberdade está associada à manutenção de valores imutáveis que garantem uma ordem social coesa. Já para o campo afetivossexual, a liberdade significa o rompimento com essas mesmas normas, permitindo que as identidades sejam expressas de maneira plural e autônoma. Essa tensão é bem ilustrada por Louie Ponto, que afirma: “liberdade não é se encaixar no que esperam de você, é descobrir quem você realmente é sem medo de ser julgado” (Ponto, 2019, 12:30). Enquanto isso, o campo tradicionalista insiste na ideia de que os ataques à família cristão-conservadora representam uma tentativa de destruir a base moral da sociedade. Essa posição é reforçada pelo discurso de Déia e Tiba, que conduz seus seguidores a resistirem: “Não podemos deixar que desconstruam aquilo que Deus criou, nossa família precisa ser preservada” (Déia e Tiba, 2019, 09:20’).

Assim, essa dinâmica polêmica revela como o conceito de perseguição pode ser estrategicamente mobilizado por diferentes grupos para legitimar o seu discurso e reforçar suas identidades. Ambos os campos utilizam a ideia de perseguição como uma arma retórica que organiza a experiência política e social de cada campo. Essa lógica não apenas mobiliza emoções e valores, mas também delimita territórios de inclusão e exclusão, evidenciando as disputas por hegemonia que caracterizam o cenário contemporâneo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos por meio desta dissertação, o enunciado polêmico de Damares Alves, “Menino veste azul e menina veste rosa”, mobilizou e ainda mobiliza uma grande comoção em meio a sociedade brasileira. Disseminado através das redes sociais, esse evento tomou uma grande proporção mobilizando sujeitos e sendo constituído por campos discursivos antagônicos: o campo tradicionalista e o campo afetivossexual reformista.

Aqui investigamos a constituição do evento polêmico através da ADA, um arcabouço teórico-metodológico que permitiu uma análise interdisciplinar, considerando as dinâmicas de ambos os campos discursivos, o tradicionalista e o afetivossexual reformista, além de explorar o impacto do discurso político e cultural no contexto digital e social. O estudo nos revelou como valores e argumentos antagônicos se estruturam e reverberam em espaços públicos digitais, aprofundando nossa compreensão sobre o papel da linguagem na articulação de conflitos político-sociais.

O ponto central foi a análise da interação entre discurso, identidade e valores em contextos polarizados, evidenciando como os campos tradicionalista e afetivossexual reformista disputam a resignificação de práticas e sentidos atrelados às questões de gênero e sexualidade. Essa abordagem dialogou com o legado teórico de Bakhtin (2010, 2011, 2013) e a Nova Retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005), enriquecendo o entendimento sobre os processos de construção argumentativa em meio às polêmicas. A pesquisa mostrou que o discurso de Damares mobilizou estruturas culturais e históricas, explicitando um embate entre um conservadorismo normativo e as lutas progressistas de grupos subalternizados.

Outro aspecto relevante foi a escolha do *YouTube* como espaço de análise, considerando sua relevância como plataforma de disseminação e amplificação de discursos. A inclusão de vídeos de diferentes criadores evidenciou não apenas a multiplicidade de argumentos sobre o tema, mas também a potência das redes sociais na formação de eventos polêmicos contemporâneos. A pesquisa demonstrou como os dispositivos digitais facilitam a circulação e a transformação de discursos, promovendo novas formas de interação e disputa simbólica.

No que tange aos nossos objetivos para a execução desta pesquisa, ressaltamos os seguintes aspectos:

- a) Compreendemos que, por constituir-se em um espaço público digital, os argumentos utilizados pelos sujeitos alcançaram rapidamente o seu auditório,

pois a veiculação desses argumentos nas redes sociais permitiu que eles fossem disseminados de maneira veloz;

- b) Conseguimos caracterizar e identificar os campos discursivos e seus respectivos valores. O campo tradicionalista é fundamentado nos preceitos das Sagradas Escrituras — os chamados valores "eternos" — e no tradicionalismo religioso, baseado no modelo da família cristã tradicional e em valores heteronormativos de relacionamento. Esse campo se opõe às pautas progressistas, como o casamento homossexual e o aborto. Para ele, a comunidade LGBTQIA+ promove uma ideologia de gênero, ou seja, busca doutrinar indivíduos a "desviarem-se" da moral e dos bons costumes. Já o campo afetivossexual reformista é pautado pela identidade em constante formação, com base nos estudos de gênero e sexualidade. Nesse campo, os sujeitos defendem que as identidades de gênero são construídas socioculturalmente, variando conforme o tempo e o espaço, e não são determinadas por aspectos biológicos ou conceituais fixos;
- c) Nas subseções 4.1 e 4.2 conseguimos analisar quais são atos polêmicos dos sujeitos argumentantes nos vídeos que abordam o evento polêmico no *Youtube*.

Este trabalho contribui significativamente para os estudos sobre polêmicas discursivas, ao utilizar um método de análise que articula teoria e prática. Além disso, ampliou os debates sobre gênero e sexualidade no Brasil, revelando como essas questões estão intrinsecamente ligadas a dinâmicas de poder e resistência. As reflexões produzidas são valiosas tanto para a academia quanto para o entendimento do cenário político-cultural brasileiro. A partir disso, este trabalho reafirma a relevância dos estudos da argumentação e do discurso para a compreensão de eventos polêmicos em uma sociedade cada vez mais conectada e polarizada. O trabalho aqui realizado não só abre caminhos para novas investigações, mas também evidencia a urgência de continuar explorando os impactos do discurso na formação das subjetividades e na configuração dos debates sociais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. A. Fé e Política em nova chave: As Escolas de Formação Fé e Política. **Caminhos e Vidas**, 14 abr. 2010. Disponível em: <https://caminhosevidas.wordpress.com/2010/04/14/fe-e-politica-em-nova-chave-as-escolas-de-formacao-fe-e-politica/>. Acesso em: 04 de jun. 2024.
- AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso**: A construção do ethos. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti São Paulo: Contexto, 2015.
- AMOSSY, R. **Apologia da Polêmica**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante e Rosalice Botelho. São Paulo: Contexto, 2017
- ANGENOT, M. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: Consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. São Carlos: EdUFSCar, 2015.
- ANGENOT, M. **O discurso social: problemáticas e análises**. Trad. Sírio Possenti. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 1. ed. 2. tir. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. (Coleção Obras completas de Aristóteles).
- BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotello e Carlos A. Faraco. São Carlos: Pedro & João editores, 2010.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BALISCEI, J. P. Abordagem histórica e artística do uso das cores azul e rosa como pedagogias de gênero e sexualidade. **Revista TEIAS**, [S. l.], v. 21, ago., p. 223–244, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v21nspe/1518-5370-tei-21-nspe-0223.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- BASCOPE, K. et al. A reforma protestante e seus desdobramentos. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 38, especial, p. 160–180, 2022. Disponível em: <http://publicacoes.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/2499/2096>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- CAMINHA, P.V. de. **Carta de Pero Vaz de Caminha**: transcrição. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2010/11/Carta-de-Pero-Vaz-de-Caminha-transcricao.pdf>. Acesso em: 15 de out.2024.

CANALGOV. **Cerimônia de transmissão de cargo à Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves**. Youtube, 15 de jan. de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg. Acesso em: 27 jun. 2024.

CECCARELLI, P. R. A invenção da homossexualidade. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 2, n. 02, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2268>. Acesso em: 15 mai. 2024.

CECCARELLI, P. R.; FRANCO, S. Homossexualidade: verdades e mitos. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2315>. Acesso em: 03 mai. 2024.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

COMBLIN, J. Situação Histórica do Catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 574–601, 1966. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/5005>. Acesso em: 26 mai. 2024.

COURTINE, J. J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. do R. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

DÉIA E TIBA. **"Menino veste azul e menina veste rosa"?**. Youtube, 5 jan. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iaV9i_R1H38&t=2s. Acesso em: 13 mai. 2023

DESCARTES, R. **Discurso sobre o método**. Rio de Janeiro: Vozes De Bolso, 2018.

DIAS, C. **Análise do Discurso Digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editora, 2018.

EMEDIATO, W. **Análise do Discurso: numa perspectiva enunciativa e pragmática**. Campinas: Pontes Editora, 2022.

FERREIRA, M.; FUKS, M. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 32, n. 2, p. 50-75, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238866>. Acesso em 08 de abril de 2024.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2022.

FIORIN, J.L. A sacralização da política. In: FULANETI, O.N.; BUENO, A. M.(Orgs) **Linguagem e política: princípios teóricos-discursivos**. São Paulo: Contexto, 2013.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

FRIEDAN, B. **A mística feminina**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GERSHON, D. Atuação da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados. **Observatório do Legislativo Brasileiro**, 2022. Disponível em: <https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/> Acesso em: 29 jun. 2023.

GRÁCIO, R. A. Nova Retórica e tradição filosófica. **Caderno de Filosofias**, nº 5. Coimbra, p. 55-69, 1992.

GUSSO, S. F. K. O início do Protestantismo Histórico no Brasil: Luta por Direitos, Evangelismo e Educação. **Revista Via Teológica**, Curitiba, Edição Especial, v. 1, n. 3, p. 89-102, 2001.

INNERARITY, D. **A política em tempos de indignação: A frustração popular e os riscos para a democracia**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

LUTERO, M. 95 Teses. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/95%20Teses%20de%20Lutero.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2025.

MATOS, A. S. de. A reforma protestante do século XVI. **Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB**. Goiânia, v.3, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfai fae/article/view/24>. Acesso em: 25 mai. 2024.

MEYER, M. **A retórica**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzvD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2024.

NASCIMENTO, L. **Análise dialógica da argumentação: a polêmica entre afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço político**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018a.

NASCIMENTO, L. A filosofia do ato responsável como fundamento retórico argumentativo: um caminho possível. In: AZEVEDO, I. C.; PIRES, E. L. **Discurso e Argumentação: fotografias interdisciplinares**. V. 2. Coimbra: Portugal, 2018b. p. 153-172.

NASCIMENTO, L. Os sentidos polêmicos da palavra homofobia: a argumentação e o microato polêmico. **Revista Capacitar**, Feira de Santana, ano 2, n. 6, p. 11-27, abr./jun. 2020.

NEMER, Jonathan. **Menino usa Azul e Menina usa Rosa???**. Youtube, 4 jan. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZloVxa_ZINc. Acesso em: 13 mai. 2023.

NETO, A.S.; MACIEL, L.S.B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar Revista**, Curitiba, n. 3, p. 169-189, out. 2008

NUNCA TE PEDI NADA. **Pq menino veste azul e menina veste rosa?**. Youtube, 4 jan. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XV6D_sKwYWY&t=128s. Acesso em: 23 ago. 2023.

NUNES, F.; TRAUMANN, T. **Biografia do abismo**: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023.

PAVEAU, M. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e práticas. Campinas: Pontes Editores, 2022.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermanita de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PONTO, Louie. **Estereótipos de gênero e papéis sociais: menino veste azul e menina veste rosa**. Youtube, 23 jan. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZN81FAzsV_I&t=450s. Acesso em: 13 mai. 2023.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins fontes, 2004.

REILY, D. A. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 2003.

SALGADO CORTEZ, A. C. Evangélicos no espaço público: uma análise sobre a agenda de gênero. **PLURA, Revista de Estudos de Religião / PLURA, Journal for the Study of Religion**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 24-45, 2023.

SARGENTINI, V. Discurso político e redes sociais. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2015. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1264>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SEDWICK, M. **Contra o Mundo Moderno**: Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

SEIXAS, R.; NASCIMENTO, L. Impeachment ou morte: a configuração retórica de um evento polêmico no espaço público digital. **Rev. Estud. Ling.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 2397-2428, 2021.

SHELLEY, B. L. **História do cristianismo**: Uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI.: Editora Thomas Nelson Brasil, 2018.

SILVA, R. de O. Laicidade do Estado: dimensões analítico-conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento. **Sociologias**, Porto Alegre, v.21, 51, p. 208-237, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/QtwrnMqFf6SWYrkpdGx3Bdv/>. Acesso em: 7 de maio 2024.

SILVEIRA, E. J. S. da. Tradicionalismo católico e espaço público. A “guerra cultural” dos clérigos ultraconservadores. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 75, n. 300, p. 935-957, 2015. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/273>. Acesso em: 26 mai. 2024.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.